



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

EZEQUIEL RIBEIRO LOPES

**LITERACIA SERTANEJA: ENSINO DA HISTÓRIA DO SERTÃO NORDESTINO E
LITERATURA NO COMBATE AOS PRECONCEITOS**

CRATO – CE

2021

EZEQUIEL RIBEIRO LOPES

**LITERACIA SERTANEJA: ENSINO DA HISTÓRIA DO SERTÃO NORDESTINO E
LITERATURA NO COMBATE AOS PRECONCEITOS**

Dissertação apresentada à Universidade Regional do Cariri - URCA, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis.

CRATO – CE

2021

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA
Bibliotecária: Ana Paula Saraiva de Sousa CRB: 3/1000

Lopes, Ezequiel Ribeiro.

L864l Literacia sertaneja: ensino da história do sertão nordestino e literatura no combate aos preconceitos/ Ezequiel Ribeiro Lopes. – Crato - CE, 2021
119p.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis.

1. Ensino de história, 3. Preconceitos, 3. Sertão nordestino;
I. Título.

CDD: 907

EZEQUIEL RIBEIRO LOPES

**LITERACIA SERTANEJA: ENSINO DA HISTÓRIA DO SERTÃO NORDESTINO E
LITERATURA NO COMBATE AOS PRECONCEITOS**

Dissertação apresentada à Universidade Regional do Cariri - URCA, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
(Orientadora – URCA)

Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Júnior
(Membro Interno – URCA)

Prof.^a Dr.^a Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi
(Membro Externo – UFC)

Dedico este trabalho à toda a população sertaneja do interior do Nordeste, na qual se enquadram meus pais, avós e familiares próximos, sendo que foi a proximidade com o sertão que me motivou a realizar tal pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço do trabalho, gostaria de iniciar agradecendo a Deus, que acredito ser a força suprema que rege o universo e que me forneceu disposição e discernimento para concluir todas as etapas desta tarefa.

Agradeço à minha maior incentivadora, Vitória Maria, que sempre acredita nos meus projetos e me apoia incondicionalmente.

Aos meus pais, Jesualdo e Terezinha, que sempre se desdobraram para possibilitar boas condições de estudo, bem como a todos os meus familiares e amigos que torceram por mim.

Agradeço aos gestores da EEMTI São Pedro, que sempre foram extremamente solícitos aos meus pedidos, diante da necessidade de adequações para conciliar trabalho e estudos.

Aos meus colegas professores, que além de manifestarem total apoio a esta empreitada, contribuíram com ideias, sugestões e ações de valor imensurável para que eu pudesse concluir a escrita.

Aos meus alunos, cuja maioria sempre torceu pelo meu sucesso nesta etapa de minha formação, inclusive, manifestando a alegria de ver seu professor de História progredir nos estudos.

Agradeço aos meus colegas de turma dentro do curso, que ampliaram meu leque de conhecimentos e fontes, desde os debates em sala de aula até as sugestões e indicações de leituras que me forneceram.

Ao colegiado de professores do PROFHISTÓRIA, da Universidade Regional do Cariri (URCA), Campus Crato – CE, que me moldaram perfeitamente no intuito de ser um docente, historiador e ser humano melhor. O aprendizado que obtive nas aulas revolucionou a minha forma de ver e entender a minha função enquanto professor, contribuindo significativamente para minha melhora dentro do magistério.

Por fim, acredito que a maior contribuição dentro de todo o processo de mestrado, veio da minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis. Mesmo diante de diversas tribulações relativas à sua saúde, ela sempre se manteve solícita

e paciente, além de conservar minha tranquilidade em relação ao cumprimento de prazos e etapas, demonstrando profundo conhecimento da ciência histórica ao fazer intervenções e sugestões no meu trabalho. Manifesto minha gratidão e consideração, pois, sem essa ajuda, não seria possível a concretização deste trabalho.

Eu sei que dizendo assim,
Eu não tou falando à toa,
Meu sertão tem coisa boa
E também tem coisa ruim;
Umas que fede a cupim
Outras que chera a melão.
De tudo sei a feição
Pois conheço um por uma.
Vou aqui dizer alguma
Das coisas do meu sertão.

(Patativa do Assaré)

RESUMO

O presente trabalho visa incentivar o ensino da História do Sertão Nordestino em sala de aula, como forma de valorização identitária da população sertaneja e como mecanismo de combate aos preconceitos contra a origem geográfica de lugar. A partir do trabalho conceitual em torno da construção discursiva de termos como o próprio sertão e sua relação com a seca, discute-se o Nordeste brasileiro, as raízes históricas dos preconceitos contra os nordestinos, além da discussão em torno do conceito de consciência histórica como forma de superação das narrativas generalizantes e pejorativas. Com a utilização de um texto de fácil compreensão, voltado para alunos de ensino médio, se propõe um ensino de História através da literatura como forma de superação dos referidos preconceitos.

Palavras-chave: Ensino de História; Preconceitos; Sertão Nordestino.

ABSTRACT

The present work aims to encourage the teaching of the History of the Northeastern Hinterland in the classroom, as a way of valuing the identity of the backcountry population and as a mechanism to combat prejudices against the geographical origin of the place. From the conceptual work around the discursive construction of terms such as the hinterland itself and its relationship with drought, the Brazilian Northeast is discussed, the historical roots of prejudices against the Northeasterners, in addition to the discussion around the concept of historical consciousness as a way to overcome generalizing and pejorative narratives. With the use of an easily understandable text, aimed at high school students, it is proposed to teach History through literature as a way to overcome these prejudices.

Keywords: History teaching; Prejudices; Northeastern Hinterland.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O sertão, a seca e seus significados na construção do Nordeste	22
1.1 - Sertão: Lugar narrado para ser superado	26
1.2 - A Seca narrada para ser industrializada	39
1.3 - A visi/dizibilidade do Nordeste	51
CAPÍTULO 2 – Preconceito contra o nordestino e sua necessária superação	58
2.1 - Preconceito contra o Nordestino: Um processo	60
2.2 - Consciência Histórica no combate aos preconceitos	77
CAPÍTULO 3 – A literatura como suporte ao ensino da História do Sertão Nordestino	85
3.1 – O rapaz que se sentia Sertão	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

Em tempos de crise ambiental, estudos que analisem as relações entre homem e natureza tornam-se cada vez mais importantes, principalmente se o conhecimento produzido a partir destes estudos puder contribuir para a conscientização de novas gerações sobre, dentre outras coisas, a necessidade de preservação de recursos, utilizando os saberes de várias áreas do conhecimento. Com base nisso, resolveu-se propor uma pesquisa histórica para analisar as representações do sertão nordestino que estão presentes em diversos segmentos formadores de opinião, como discursos jornalísticos, políticos e religiosos, programas televisivos, na historiografia e literatura, buscando perceber o momento em que estas narrativas contribuem na manutenção de visões estereotipadas e, quase sempre, preconceituosas, a respeito do que é ser sertanejo, especificamente no Nordeste brasileiro.

É indissociável a relação entre estas visões depreciativas, cristalizadas no imaginário dos habitantes de diversas regiões do Brasil, e o fenômeno da seca, já que a estiagem é um tema extremamente presente nos relatos sobre o Nordeste, principalmente na literatura e na própria historiografia, sendo que estas últimas constituem as bases deste presente trabalho. Um dos objetivos propostos aqui, é a utilização de obras literárias que enfocam o sertão nordestino como espaço de ocorrência das tramas, a partir de abordagens mais contextualizadas voltadas para o ensino de História. Seria analisar os perfis e motivações dos autores, seu lugar de fala para definir determinadas práticas sertanejas e até propor uma nova escrita que trate o sertão sobre a lógica da inclusão e do empoderamento, contrariando-se à maioria das abordagens que tratam este espaço como local de problemas. Não significa que devemos, enquanto professores, fugir das problemáticas de nossa região como a própria seca, mas, devemos analisá-las de forma estrutural, mostrando o seu caráter socioeconômico e não tratando o atraso tecnológico como exclusividade do Nordeste.

Cabe salientar que a seca de 1877-1879 é um ponto de partida nesta pesquisa, pois, é a partir dela que se agravam as problemáticas nordestinas, principalmente pela morte de 5% da população brasileira (VILLA, 2000, p. 13) e que é descrita por Rodolfo Teófilo no romance *A Fome*, obra que ajuda a descrever um relato de indiferença das

autoridades governamentais cearenses para com os afetados pela estiagem, dentro de um processo de atrofiamento das atividades econômicas cearenses em detrimento do fortalecimento da economia do sudeste, o que afeta diretamente a qualidade de vida dos sertanejos pobres do sertão cearense e nordestino (DAVIS, 2001).

As visões de sertão nordestino como um lugar atrasado, carente de investimentos, miserável e principalmente como um local de clima seco e árido, fortalecido pela falta de chuvas ou pela pouca capacidade hídrica da região, são associadas à necessidade de superação destas representações diminutivas de uma região que possui características que se contrapõe às citadas, mas que pouco ocupam os espaços de divulgação de informações. O ensino de História pode ser este elo facilitador a partir da percepção das próprias visões que os alunos moradores de zona rural possam ter do seu local de moradia e de como eles venham a definir o que é sertão, com sua participação em aulas de História que usam metodologias problematizantes. As definições dos alunos podem conter muito do que já se viu dizer ou escrever por aí sobre o que é sertão, num entendimento que pode ser atualizado e ressignificado dentro de sala de aula, para que novas alternativas sejam propostas ao ensino da disciplina que surge da ciência dos homens no tempo, conforme outrora escreveu o historiador March Bloch (2002). Em suma, não se pretende aqui, descobrir como cada aluno morador de zona rural define o que é o sertão nordestino, mas, trabalhar esses jovens num conjunto, para que suas referidas compreensões sejam sempre mais inclusivas e menos generalizantes e preconceituosas.

Algumas problemáticas sociais nordestinas estão associadas ao clima, tendo em vista o aspecto rural das principais atividades econômicas da história da região, como o cultivo da cana-de-açúcar e algodão, e também da pecuária. A seca como escassez de chuvas é um fenômeno presente na história do Nordeste desde a época colonial, sendo que há diversos relatos deste fenômeno no século XVI (VILLA, 2000, p. 17). É esta seca que ajuda a caracterizar o que é sertão dentro de uma das várias definições para este conceito, que o coloca como lugar seco e árido, onde “o solo tinha um aspecto de deserto”, conforme afirmou Rodolfo Teófilo, na obra *A Fome*, que se constitui como um dos relatos literários que dá corpo a este trabalho e que se soma a várias outras narrativas vivificadoras do Nordeste como região-problema, com uma imensa necessidade de superação. É de suma importância que possamos compreender o que dá sustentação a essas definições, já que, enquanto professores

de História, nos deparamos com elas em sala de aula, onde os próprios alunos fazem eco, muitas vezes, às representações que chegam até eles oriundas de diversas fontes, os colocando como meros reprodutores desses discursos preconceituosos para consigo mesmos, enquanto moradores do campo.

Como morador de zona rural na pequena cidade de Caririaçu, cidade com imensa área agrícola localizada no interior do Ceará e habitada por quase 30 mil pessoas, e sendo filho de família composta majoritariamente por agricultores, sempre me vi imerso num mundo de forte contato com o ambiente e as variantes ambientais, com as chuvas, com as secas, com a vegetação, com a paisagem, sendo que a proximidade com o meio natural sempre foi determinante para minha compreensão de mundo, ajudando na determinação da temática de pesquisa. Ademais, as três escolas de ensino médio do município onde trabalho¹ são responsáveis por recolher a totalidade dos alunos que vêm do campo, pois, somente a sede do município oferta a modalidade de ensino que antecede os vestibulares. O cotidiano de muitos desses jovens é marcado pela agricultura, pela criação de animais, pela necessidade de alterar suas tarefas por ocorrências climáticas, para conseguir água em tempos de estiagem, por um trajeto até a escola acompanhados da chuva que provoca enchentes, ou sequeidão que provoca queimadas. Estas tarefas propiciam a estes jovens uma definição do que vem a ser aquele território no qual eles vivem, com suas peculiaridades que o constituem e lhes dão significado na mente dos seus habitantes. A problematização em torno de como esta compreensão do conceito de sertão nordestino se formou, e de como podemos torná-la cada vez mais respaldada no processo histórico e respeitosa, move estes escritos.

Academicamente, é importante citar o advento da História Ambiental como abordagem para análise e compreensão da sociedade em tempos de crises naturais e de preocupação com as causas e possíveis soluções para o desgaste do planeta. As ocorrências de fenômenos climáticos como o El Niño afetam diretamente o espaço estudado nesta pesquisa e tem interferência na vida dos estudantes que fazem parte deste trabalho, o que relaciona o contexto ambiental e social da ciência histórica, sempre partindo de uma compreensão de que a seca não é um fenômeno climático por si só, mas é acompanhada pela atuação de determinados indivíduos que podem

¹ As referidas escolas são localizadas na sede do município, sendo elas: EEM Plácido Aderaldo Castelo, EEP Paulo Barbosa Leite e EEMTI São Pedro.

obter benefícios com a sua ocorrência. Explicar estas situações locais para compreender os aspectos gerais da sociedade nordestina, fortalece o espírito de produção de conhecimento que um trabalho acadêmico deve ter.

Trabalhar com ensino de história significa possibilitar ao aluno os instrumentos necessários para se situar na sociedade atual e perceber-se como sujeito ativo e modificador desta realidade. Para tal tarefa, é fundamental ter o conhecimento das definições que estes jovens tem de si, do seu lugar, e da importância deste último na formação de sua identidade, sendo importante tentar reconhecer quais influências ajudaram-nos a definir o seu espaço de moradia e os significados que são produzidos a partir deste. Daí em diante, o ensino pode ser muito mais enriquecedor no sentido de gerar indivíduos que compreendam como se formam determinados significados, como eles podem ser precipitados e imprecisos, e de como atuar no tocante a promover um conhecimento mais edificador de uma sociedade tolerante à diversidade.

Como o sertão nordestino é retratado nos discursos formadores de opinião na atualidade, e dentro de um recorte histórico-literário que vem desde a afirmação da História enquanto uma das ciências formadoras de uma nacionalidade brasileira? Qual a relação entre o sertão e a seca, e como isso influencia as definições para o Nordeste brasileiro? Em que medida os discursos que relacionam estes termos ajudam a fortalecer preconceitos? Como esses discursos chegam aos nossos alunos? Se a literatura brasileira trabalha tão intensamente o sertão nordestino, como podemos utilizá-la para gerar mais tolerância e menos xenofobia? As respostas para estes questionamentos contribuem para entender como o sertão nordestino é narrado e entendido, e também, como pode ser ensinado.

A definição de sertão é ampla, complexa, dependendo de seu espaço e de sua época, o que leva o historiador norte-americano Mike Davis a usar a expressão “Sertões” para se referir à multiplicidade do termo e às suas variedades e paisagens (DAVIS, 2002, p. 397). Esta palavra, usada no plural, batiza um famoso livro da literatura brasileira escrito por Euclides da Cunha: Os Sertões. O sertão, quase sempre, é acompanhado de visões depreciativas que o colocam como lugar a ser modernizado e até superado, um local distante dos grandes polos industriais, o que acaba levando os seus habitantes a serem taxados como ignorantes e atrasados.

O sertão nordestino carrega consigo um peso ainda maior no que diz respeito à estereótipos negativos como o de inferioridade em relação a outros espaços, fator que é fortalecido em discursos que contribuem para os preconceitos. Os casos corriqueiros de xenofobia que tem se expandido com o avanço do acesso à internet demonstram que o sertão nordestino é associado a um lugar de seres inferiores e, muitas vezes, desprezíveis. Um dos casos mais recentes ocorreu após as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, quando os nordestinos foram insultados e atacados por terem tido impacto na ocorrência do segundo turno, já que deram maioria de votos a um determinado candidato².

Estas questões são importantes para o ensino de História na medida que os alunos estão incluídos nesse meio tecnológico-informacional e absorvem muito dessas definições que são divulgadas sobre o que é ser nordestino, mesmo que a partir de visões generalizantes e depreciativas que visam manter um determinado privilégio em detrimento do ato de rebaixar outrem.

Cabe salientar que o fator econômico é primordial para as taxações de Nordeste como sendo um lugar de atraso, já que “grande parte desta produção discursiva foi feita por representantes das elites políticas e intelectuais ligadas às atividades agrárias em declínio econômico e que vão pensar a região a partir da ideia do declínio e da decadência”, conforme afirma o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior. As primeiras narrativas em torno desta “região que estaria entre o norte e o leste”, vai sendo criada, estigmatizada, preenchida e reforçada nos discursos reinantes na opinião pública nacional desde o início do século XX, e contribuem para que os próprios habitantes da região acabem, as vezes até inconscientemente, reforçando preconceitos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 100).

Esta influência política e econômica nas definições de sertão Nordeste que chegam ao ensino e à sociedade em geral, estão associadas às demandas do capitalismo, já que o Nordeste brasileiro foi construído enquanto região de atraso na segunda metade do século XIX³. É neste período que se desenrola o enredo narrado por Rodolfo Teófilo no romance *A Fome*, obra que denuncia o descaso no tratamento

² Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/nordestinos-sao-atacados-nas-redes-sociais-apos-resultado-do-primeiro-turno-23138271>. Acesso em 20/11/2019 às 12h33.

³ Ver capítulo 12 de DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*; tradução de Alda Porto – Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 389 – 407.

aos afetados pela seca de 1877-1879. Nesta referida época, o Nordeste do Brasil, sertanejo e agrário, estava imerso numa tripla periferação, sendo que nosso país era subdesenvolvido financeiramente em relação a Inglaterra da rainha Vitória, maior potência econômica oitocentista. Em complemento a isso o Nordeste açucareiro, algodoeiro e pecuarista, declinava em relação ao estado de São Paulo da cafeicultura expansiva, e o próprio interior do sertão era marginalizado em relação ao litoral e suas elites, completando a trinca da pequenez que seria amplamente reproduzida pelos discursos reinantes, que quase sempre surgiam no intuito de fortalecer as ideias diminutivas de atraso e necessidade de superação atribuídas ao sertanejo do nordeste e seu local de habitação.

Outro fator que fortalece as visões pejorativas do sertão nordestino que chegam até nossos alunos é relacionada ao fenômeno da seca. Ainda hoje vemos isso reverberar no ensino de uma disciplina que, quando trata dos fatos ocorridos no Sul e Sudeste do país é classificada como história do Brasil, mas que, quando trata os processos do Nordeste é taxada como história local ou regional. As temáticas que são associadas ao povo nordestino são relegadas a notas de rodapé ou espaços pequenos nas páginas, sendo que ganham valor quando estão associadas ao tratamento da questão das estiagens ocorridas na região. Tenta-se criar uma imagem de sertão do Nordeste que só existe em função da falta d'água e das dificuldades originadas a partir das secas.

Segundo o historiador Durval Muniz, a própria definição de Nordeste enquanto região nos documentos da República Brasileira ocorre junto com a criação do IFOCS (Instituto Federal de Obras contra as Secas) processo ocorrido em 1919. O Nordeste nasce, portanto, associado a ocorrência do fenômeno das secas que passa a ser quase monopólio deste espaço e atesta uma gravidade maior que é destinada a esta palavra, já que as demais áreas do país passam a sofrer estiagens ao invés de secas, o que retrata uma suavização do termo. É de monopólio do Nordeste também, a expressão Sertão para se referir as terras que ficam no interior, já que este também ficou associado no Imaginário Nacional como espaço de ocorrência das secas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 99).

É fácil perceber como a seca e o sertão nordestino são termos que estão associados, sendo, na maioria das vezes, complementares em definições generalizantes e carentes de aprofundamento teórico. Se fizermos uma análise da

própria literatura regionalista brasileira em suas obras que retratam o sertão nordestino, vemos que este espaço é retratado também, como um lugar rico em diversidade em tradições, mas que, na maioria das vezes, é analisado a partir de suas problemáticas. Como regra, quase nunca se pensa a ocorrência das secas como um problema que tem uma parcela considerável do governo e das elites dominantes, sendo que a literatura brasileira é uma das formas de expressão que faz essa denúncia, saindo da visão que se tem da seca apenas como meteorológica ou hidrológica, mas passando a ser socioeconômica.

Combater as generalizações em torno do sertão nordestino como um lugar distante, onde sempre há atraso e carência, onde o povo é ignorante e incapaz, e onde a falta d'água é uma constante, é uma tarefa que pode ser realizada dentro do ensino de História, principalmente no mundo tecnológico e conectado da contemporaneidade, onde os alunos podem ter acesso a conteúdos diversos, numa velocidade recorde. O despertar destes jovens para a responsabilidade deles próprios como combatentes ao preconceito dentro de um mundo plural e variado, possibilitará a estes indivíduos a aquisição e fixação de uma consciência histórica que lhes permita se situar no tempo e espaço, refletindo acerca de suas rupturas e continuidades, e justificando um dos principais objetivos do ensino de História que é a criticidade dentro da formação do cidadão ativo dentro da sociedade.

Para fortalecer este ensino de História emancipador e mais comprometido com um mundo plural e variado, é necessária uma construção multidisciplinar e que se utilize de conhecimentos diversos. Um trabalho que envolve homem e natureza constitui-se necessariamente de um diálogo entre diversas áreas do conhecimento. Para melhor me aproximar da compreensão do conceito de sertão, foi necessária uma aproximação com o trabalho do geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, em seu artigo *Sertão, um outro geográfico* (2012), que forneceu contribuições para o entendimento dos adjetivos que constituem o espaço sertanejo e por quais características ele foi determinado. A partir desta referência, podemos entender o espaço sertanejo como um lugar que não é definido pelo meio natural e muito menos pelas ações humanas, mas uma apropriação simbólica que leva em conta as mentalidades reinantes e os interesses vigentes.

Em complemento a estas premissas, aparece o trabalho da historiadora Janaina Amado: *Região, Sertão, Nação* (1995), que mostra uma definição de sertão

como uma construção de uma mentalidade colonizada, definida pelos portugueses desde Lisboa, e reverberando nas narrativas que se referem ao espaço sertanejo como distante, atrasado, desconhecido, mas também, entendido como carente de progresso e civilização, o que torna essa região um espaço alvo de projetos colonizadores. Com base nestas referências, é possível identificar vários discursos que ainda estereotipam a região sertaneja, principalmente em relação ao Nordeste brasileiro, que tem imensas áreas afetadas pela seca, gerando essa necessidade de investimentos que, muitas vezes, são revertidos em benefício daqueles que constroem estas narrativas preconceituosas e generalizantes.

O morador do sertão também possui sua própria definição de seu espaço de moradia e de sua representatividade enquanto sertanejo. Muitas vezes, este indivíduo acaba reproduzindo discursos que o colocam em certo grau de inferioridade em relação aos moradores de outras regiões, partindo de taxações como dependente, retirante, flagelado, incapaz, termos que são derivados dos efeitos que a seca já causou e ainda causa em diversas áreas do nordeste e que são reproduzidos atendendo a determinados fins de garantia e manutenção de privilégios, principalmente em regiões do país onde os nordestinos disputam vagas de emprego com pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil. Este tema é profundamente debatido por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em sua obra *Preconceito contra a origem geográfica de lugar* (2012), quando o autor cita a seca como um dos motivos que originam a discórdia contra os nordestinos, colocando-os no mesmo rótulo de afetados pela escassez de água, sugadores e dependentes da caridade dos demais, atestando sua própria incapacidade pelo ato de depender de ajuda.

Entender a complexidade que compõe o fenômeno da seca também se fez necessário para este estudo. Sendo ela meteorológica, marcada pela diminuição no índice de chuvas, ou hidrológica, quando está associada à pouca quantidade de água armazenada em determinada região, a seca é um fator muitas vezes construído e perpetuado em parceria com determinados fins capitalistas que rimam com as intenções de exploração feita por determinados grupos de indivíduos que se beneficiam dos recursos destinados para a região afetada.

O historiador norte-americano Mike Davis, em seu livro *Holocaustos Coloniais* (2002), trabalha a ocorrência das estiagens no Nordeste do Brasil a partir desta perspectiva, citando primordialmente a influência do El Niño para a redução dos

índices pluviométricos, mas, associando a situação climática à interferência da potência capitalista inglesa de fins do século XIX e início do século XX, utilizando inclusive as expressões “colônia informal” e “virtual protetorado britânico” para se referir à região nordestina onde, segundo ele, a vassalagem se alongava desde os tratados anglo-portugueses do período anterior à independência, como o Tratado de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação. Para Davis, houve pesada interferência de banqueiros e industriais ingleses em parceria com os latifundiários sulistas nas atividades econômicas do sertão nordestino no intuito de desvalorizar o açúcar, a cotonicultura e a pecuária em detrimento do crescimento das lavouras cafeeiras do sudeste brasileiro, sendo que esta relação de declínio se intensifica justamente após a década de 1870, finalizada com a truculenta seca de 1877-1879. Investir menos no combate às problemáticas do sertão nordestino significaria prejudicar a economia desta região e fortalecer investimentos no eixo sul-sudeste brasileiro, inclusive com a transferência de mão-de-obra entre os estados. Dialogar com este trabalho nos permite analisar a condição sertaneja nordestina na virada do século XIX para o XX, o que fortalece ainda mais este estudo na busca pelas raízes históricas que constituem as noções que se tem dos sertanejos na contemporaneidade.

Outra das obras que serviu de base para este trabalho, tanto por sua proximidade temática, quanto por fornecer nas discussões um suporte teórico para trabalhar algumas questões conceituais e fazer determinadas análises destes significados que são dados aos conceitos, foi o livro *Sertão: Um lugar incomum - o sertão do Ceará na literatura do século XIX* (2000), da historiadora Ivone Cordeiro Barbosa. Este estudo associa a temática sertaneja com as narrativas literárias que estão consolidadas dentro do recorte temporal que pretende-se analisar na presente pesquisa, dando enfoque central às representações de sujeitos sertanejos, como fazendeiros, vaqueiros e agricultores, assim como as ressignificações do espaço sertanejo, e um olhar historicizante sobre as memórias do sertão e a constituição deste espaço sertanejo como sendo “do outro”, do estranho, do desconhecido, e que, na maioria das vezes, precisa ser superado, dado seu desconhecimento e seu atraso. A escola literária do regionalismo brasileiro expressa traços peculiares de determinado espaço e faz uma relação entre processos do passado associados às denúncias de misérias do presente, reflete sobre tensões entre o homem e a região na qual habita, constituindo-se como fonte a um trabalho de história social. A obra de Ivone Cordeiro

possibilita a observação de modelos que podem ser utilizados numa pesquisa similar, que se desdobre sobre objetivos parecidos.

Partindo do pressuposto de que este trabalho visa gerar contribuições para o ensino de História de tal maneira que gere um despertar dos alunos para sua relação ativa e de outros homens com o ambiente e a sociedade, é de suma importância a utilização do conceito de Consciência Histórica nas perspectivas de Jorn Rusen e debatidas pelo professor Luis Fernando Cerri no seu livro *Ensino de História e Consciência Histórica* (2011). Uma noção dessa consciência está interligada ao empoderamento dos estudantes no reconhecimento de seu papel de protagonistas no processo histórico da sociedade contemporânea, que lida com efeitos climáticos ambientais, com preconceitos contra sertanejos e nordestinos, e com a sempre recorrente seca. Este conceito é ampliado quando coloca o jovem como sendo determinado pelas ações do passado e o atenta para a noção de que seus atos do presente têm peso nos processos vindouros. Também reforça sua própria noção identitária de se reconhecer como um ser social, político, cultural e inserido num processo econômico, e que neste caso, possui mudanças e permanências, rupturas e continuidades, talvez sendo esse o principal objetivo de um trabalho que lide com essa tal consciência histórica: gerar um aluno capaz de reconhecer as variações de diferentes processos sociais em diversos tempos e espaços, buscando suas relações com as problemáticas lançadas a partir do nosso presente. Se ao final desta tarefa de pesquisa que visa o ensino, os professores de História se sentirem instigados a fazer os alunos compreenderem que o sertão, a seca e o Nordeste são representações que variam de acordo com o tempo e o espaço, que estas representações, muitas vezes, geram preconceitos, e que os próprios jovens podem ser sujeitos ativos na ressignificação destes conceitos através de novas abordagens ou práticas discursivas, podemos garantir que os objetivos do referido trabalho estarão realizados.

Em suma, o passo-a-passo deste trabalho seguiu delineado por entre seus três capítulos. No primeiro deles, foram buscadas as definições conceituais em torno de três termos: sertão, seca e Nordeste, sendo este último mais associado em sua compreensão quando relacionado com os outros dois. Dentro de outras áreas e de variados discursos, buscou-se mostrar as variações do conceito de *sertão*, o que já o coloca como um espaço múltiplo e possuidor de características que extrapolam sua localização territorial, sua paisagem e seu clima, mas se interligam com as ações

humanas desenvolvidas naquele espaço. Ao tentar definir o termo *seca*, foi analisada sua capacidade de determinar o que é sertão nordestino mediante a ocorrência de estiagens. Buscou-se analisar a atuação humana dentro do fortalecimento de algumas secas ocorridas no Nordeste, principalmente a partir dos fins do século XIX, quando ocorre a seca de 1877-1879. Também foi um objetivo deste momento perceber o papel de algumas obras da literatura nacional, de modo a entender como estes livros e autores ajudaram a conceituar este fenômeno. Ao final, procurou-se demonstrar como o Nordeste brasileiro é intensamente associado a um espaço sertanejo onde ocorre a falta d'água, e como os discursos formadores de opinião na História do Brasil reforçam essa associação.

No segundo capítulo o assunto tratado prioritariamente foi o preconceito contra o nordestino, analisando algumas de suas formas de sustentação e como ele se solidificou dentro do tempo e espaço de nosso país. O que se procurou foi entender as bases da xenofobia com base em fatos e processos ocorridos dentro da história nacional e do Nordeste enquanto região. Quais as práticas legitimadoras de interesses de dominação que foram e são utilizadas para taxar o sertanejo nordestino como inferior? Quais os campos de disputas que promoveram/promovem esta manutenção das generalizações pejorativas? Como a região é inferiorizada a partir da supervalorização de problemáticas com a seca ou comportamentos como o coronelismo, o cangaço e o fanatismo religioso, que são narrados como exclusividade do Nordeste? Se propôs ainda, um debate em torno do conceito de *Consciência Histórica*, como forma de promover cada vez mais a inclusão dos alunos da educação básica como combatentes destes preconceitos.

No terceiro e último capítulo, foram feitas algumas considerações acerca do uso da literatura em sala de aula como ferramenta de fortalecimento de um ensino de História mais eficiente, no sentido de trabalhar as mesmas obras sob novas abordagens, promovendo uma valorização do espaço sertanejo e dos indivíduos e práticas que o constituem, intercalando ou substituindo os trechos das narrativas que sempre falam em problemas da região. Ao final, foi proposto um texto simples, com diálogo de fácil compreensão e voltado para alunos do ensino médio. A proposta do referido texto surgiu a partir da realidade de muitos alunos moradores da zona rural da imensa região Nordeste do Brasil, buscando aproximar os personagens de muitas realidades enfrentadas por eles. Desta forma, buscou-se mostrar como novos sujeitos

devem surgir, tanto na escrita quanto no protagonismo de suas próprias vivências, pois, só poderemos superar o discurso em torno de uma inferioridade nordestina, se formos a campo e promovermos formas de oposição e comparação entre realidades, mostrando o sertão como espaço também de riqueza, autonomia e capacidade de desenvolvimento.

Capítulo 1 – O sertão, a seca e seus significados na construção do Nordeste

Sertão, seca, nordeste: palavras que possuem sentidos e definições que, muitas vezes, são associadas por quem escreve e estuda a história do Brasil.⁴ Partindo desta associação, é perfeitamente compreensível a ideia de propor o ensino de uma história do sertão nordestino a partir da literatura sobre a seca, numa escrita que interliga ainda mais estes termos e os analisa como partes complementares de um processo que constrói, muitas vezes de forma estereotipada, as definições para os habitantes da região localizada entre o norte e o leste do país.

Para desconstruir preconceitos é necessário, no entanto, mostrar como eles foram construídos. Neste trabalho, a busca pela origem destes estereótipos inicia-se a partir da década de 1870 e da seca de 1877, com breve passagem por períodos anteriores para algumas definições pontuais, e com parada obrigatória na literatura regionalista brasileira do século XX, que fornece várias obras passíveis de estudo dessas definições de Nordeste. Objetiva-se chegar até a contemporaneidade, com a análise da utilização destas definições generalizantes para estimular ódio e preconceito e, principalmente, para propor a atuação do ensino de história na desconstrução destas generalizações imprecisas e na valorização e empoderamento das identidades nordestinas, através da ressignificação de termos que caracterizam o que é ser sertanejo e nordestino.

Para que possamos entender como se formam estas definições para o Nordeste e seus habitantes e como elas fortalecem preconceitos, influenciando inclusive, nos debates dentro de sala de aula, é necessário que se compreenda o que estes termos significam. O que representa a palavra sertão quando é pronunciada? Será que ela possui o mesmo significado quando pronunciada por um historiador, por um geógrafo, ou quando é impressa numa obra literária, tendo em vista que a literatura brasileira aborda de forma abundante este termo, principalmente nas obras trabalhadas na escola? Será que o sertão é um espaço único e singular ou múltiplo e plural, o que leva alguns autores, como o literato Euclides da Cunha, a preferir o título

⁴ Há ciência da necessidade de situar o leitor sobre as motivações que levaram a pesquisar sobre estas temáticas. Isto foi feito na parte de Introdução da dissertação.

Os *Sertões* para batizar uma de suas obras mais famosas. E quanto ao termo *seca*, em quais características pensamos quando ouvimos se definir o Nordeste a partir da estiagem na literatura brasileira e outros canais de divulgação do termo? A *seca* que é narrada por vários autores em diversos segmentos nos séculos XIX e XX, seria meteorológica, hidrológica ou muito mais socioeconômica? De qual destas “secas” se fala quando se referem ao Nordeste, ou este termo é generalizado? Aliás, a caracterização desta região do Brasil faz inúmeras referências à pouca chuva ou à falta d’água. No entanto, é pela falta de ações governamentais que a *seca* tanto já afetou e ainda afeta o lugar com menores índices pluviométricos do Brasil.

Os currículos de História não abordam estas temáticas relativas ao sertão com a profundidade que deveriam, tendo em vista a importância deste espaço para a construção das identidades brasileiras. A disciplina de literatura brasileira o faz, mas, muitas vezes com um olhar externo aos pressupostos históricos, sem contextualizar as rupturas e continuidades que construíram o sertão nordestino no tempo. Esta ausência de uma análise histórica do tema em sala de aula impacta no cotidiano dos alunos na contemporaneidade, e a realização de uma atividade historicizante constitui-se como uma abordagem necessária aos objetivos educacionais que buscam a construção de sujeitos críticos, cientes dos processos que construíram a sociedade na qual vivem.

Todavia, é necessário mencionar que aqui não se objetiva explicar como estes termos surgem ou quais características efetivamente os constituem, aproximando-se de uma definição única e incontestada, mas, utilizar-se da noção de que estas palavras e suas formas de compreensão foram construídas no tempo dentro de variados recortes temporais e espaciais, para, em seguida, buscar algumas definições conceituais que tornam estes termos compreensíveis, já que o conceito é uma palavra agregada de significado que sofre variações dentro do espaço e tempo histórico.

As definições destes termos variam de acordo com a época e o lugar e, muitas vezes, são ressignificados para atender interesses particulares, pois, com base no que diz o historiador alemão Reinhart Koselleck, “privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los (KOSELLECK, 2006, P.102)”. As formas de compreensão se dão pela linguagem e os significados das palavras podem ser criados ou modificados, o que se constitui como um

neologismo que se atende a objetivos, muitas vezes de indivíduos que visam uma situação futura, podendo ser ela de dominação ou resistência.

Ao mencionar a importância da reflexão conceitual no ensino de História, Circe Bittencourt afirma que os “conceitos e noções empregados com frequência são evidentemente necessários para tornar o objeto histórico inteligível. No entanto, é importante que se forneça uma descrição mais precisa deles (...), em razão do significado que assumem em cada época” (BITTENCOURT, 2009, P. 193). Para fornecer elementos que propiciem uma boa compreensão histórica por parte dos alunos, o professor precisa situar bem a historicidade de cada conceito trabalhado, evitando as generalizações que podem vir a distorcer a criticidade do aluno. No caso de sertão, seca e Nordeste, é imprescindível mostrar que são termos que podem não significar a mesma coisa dentro das variações de época e de local em que são analisados.

Essa compreensão conceitual dentro das aulas de História constitui-se como uma possibilidade de maior assimilação intelectual por parte dos alunos sobre o que que representa sua própria historicidade, e de como ela se relaciona com outros contextos históricos dentro de nossa realidade, fornecendo às novas gerações a capacidade de argumentar mais solidamente sobre as trajetórias dos homens no tempo, levando em conta suas inúmeras variações culturais dentro do espaço. O professor Rafael Ruiz ao trabalhar as possibilidades de uso da Literatura em sala de aula no seu texto *Novas formas de abordar o ensino de História* (2010), afirma que

ensinar a edificar o próprio ponto de vista histórico significa ensinar a construir conceitos e aplicá-los diante das variadas situações e problemas; significa ensinar a relacionar e interpretar dados e informações de maneira a ter uma maior compreensão da realidade que estiver sendo estudada; ensinar a construir argumentos que permitem explicar a si próprios e os outros de maneira convincente, a apreensão e compreensão da situação histórica (RUIZ, 2010, p. 77).

Para o professor de História, despertar no aluno o entendimento da forma como os conceitos são construídos e tem variações, significa a realização de um processo de ensino e aprendizagem eficiente. O aluno ciente dos atos formadores das expressões que são utilizadas e dão significado a seu tempo, torna-se mais capaz de se localizar na cronologia e perceber sua atividade e passividade no movimento da engrenagem social e histórica. Dentro da análise do Nordeste brasileiro, torna-se

essencial entender como as palavras que o definem são gestadas e alicerçadas, mesmo que muitas vezes utilizando generalizações imprecisas, mas sempre firmadas historicamente.

Não é importante aqui, falar o que realmente é o sertão, numa missão que mais se adequaria a um dicionário, mas, importa entender como ele é narrado de diversas formas pelos homens que fazem a história e, que estas narrativas dão significado a este espaço. Não é cabido aqui, muito menos como objetivo primário, falar sobre o que é ou o que causa a seca e seus efeitos na população, mas estudar como os discursos produzidos sobre este fenômeno climático com agravantes socioeconômicos, contribuem para que se mantenham preconceitos e desvantagens dentro da sociedade brasileira.

As narrativas em torno destes conceitos e as ações humanas que as criam, constituem-se como interessantes para esta parte da pesquisa por estarem entrelaçadas na constituição de uma História do Sertão Nordestino. Dentro da análise histórica que aqui é proposta, se dá muita importância à relação entre o ato e a narrativa construída a partir dele, pois, conforme escreveu Francisco Régis Lopes Ramos, “pressupõe-se que não há tempo sem ação, ou melhor, sem ação narrada: é no modo de encadear os fatos que o tempo ganha ação e sentido: é na maneira de ajeitar o mapa do verbo existir que se cria a ideia do tempo dividido entre passado, presente e futuro” (RAMOS, 2012, p.13). Os relatos que constroem os conceitos Sertão, Seca e Nordeste e os tornam cognoscíveis, são baseados nos fatos ocorridos dentro das vivências sertanejas e nos permitem historicizar o seu espaço de ocorrência dentro de suas relações temporais, ou seja, as narrativas sobre as ações dos homens do sertão ajudam a dizer o que as palavras que definem este espaço significam dentro da variação do tempo.

Estes aspectos podem ajudar a entender como se narra o Sertão Nordestino e sua relação com as estiagens buscando utilizar o conhecimento desta temática para a valorização identitária e empoderamento dos jovens, principalmente os que moram em zona rural e estão cotidianamente em contato com as características narradas sobre aquele ambiente. Mesmo sabendo que só compreender ou mudar o discurso talvez não seja suficiente para diminuir preconceitos, essa compreensão obtida por parte dos alunos lhes possibilitaria sua colocação como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, tornando-os sujeitos ativos da dinâmica social a partir do

conhecimento destes discursos sobre sua região de moradia que aparecem em sala de aula, internet, programas televisivos, música e discursos políticos e religiosos. Isto lhes daria o embasamento necessário para perceber como o espaço de moradia deles é criado, construído e, muitas vezes, inventado, no intuito de manter privilégios.

Os diálogos aqui propostos com algumas áreas do conhecimento que dão significados aos termos Sertão, Seca e Nordeste Brasileiro, podem ser utilizados para a desconstrução das definições que se baseiam numa inferioridade construída para o Sertão Nordestino e seus moradores.

É necessário lembrar que o combate aos preconceitos contra os nordestinos é uma tarefa que pode ser feita dentro do ensino de história, visando uma aquisição de poder através do conhecimento, principalmente se este conhecimento é histórico e se refere ao passado que forneceu as bases da sociedade atual. Como escreveu Marc Ferro, “controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações como as rebeldias” (FERRO, 1983, p.11). É necessário, ao professor de história, tomar posse do seu campo de atuação e conhecimento na produção de um saber ético e compromissado com as bases da pesquisa histórica, sempre embasado na clareza documental e de bases fortes e sustentáveis, principalmente numa época de questionamentos da legitimidade do saber histórico e da autoridade de fala dos professores.

1.1 - Sertão: Lugar narrado para ser superado

Para se ensinar a História do Sertão Nordestino é necessário entender como esse espaço foi narrado e quais características ele possui dentro dos significados que lhes são dados. Sertão é um lugar que recebe diferentes sentidos dentro de múltiplos e variados discursos e, se o tempo é a matéria-prima base do trabalho do professor de História, não se pode conceber nenhuma análise histórica que se desprenda de um lugar. Nas palavras de Circe Bittencourt, “não se pode conceber um ‘fazer humano’ separado do lugar onde esse fazer ocorre. O ambiente natural ou urbano, as paisagens, o território, as trajetórias, os caminhos por terra e por mar são necessariamente parte do conhecimento histórico” (BITTENCOURT, 2009, p. 208). Numa relação mútua, não há fazer histórico que esteja desvinculado de um lugar, sendo que este é construído através de sua produção histórica. O lugar, enquanto

espaço da ação humana e do fazer histórico, obtém sentido através das atividades dos homens que o formam a partir de suas vivências.

Pode-se entender que o lugar representado pelo sertão está em constante processo de construção e sobreposição de ideias e características que o constituem, representando uma variedade de definições que tem o tempo como agente de mudança, sempre de acordo com os usos que os seres humanos fazem daquele espaço no decorrer da temporalidade. Seria como nas palavras de Milton Santos, onde o geógrafo diz que “o lugar é um conjunto de objetos que tem autonomia de existência pelas coisas que o formam (...), mas que não tem autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se interpõem e se exercem (SANTOS, 1991, p. 52)”. Embora não se discuta a existência física daquele lugar, pode-se discutir o que ele representa enquanto espaço do fazer humano que se modifica com o passar do tempo, e como esse fazer humano influencia a significação conceitual daquele local. Para uma compreensão mais robusta do tema deste trabalho, é necessário que se busque os significados desse lugar atribuído ao Sertão.

Ao falar de Sertão, estamos nos referindo a um termo que possui imensas e variadas definições. Aqui, busca-se analisar algumas delas no intuito de compreender o que esta palavra representa quando pronunciada, pois, esta oralidade possui impacto e ajuda a definir a sociedade narrada, conforme afirma a historiadora Ivone Cordeiro Barbosa:

Como os relatos/narrativas contêm os elementos indicadores de espaço (deslocamento direcional e temporal), são por essência construtores de espaços sociais. Desta forma, pode-se pensar que as demarcações do espaço físico, geográfico e territorial, enquanto suporte de práticas sociais, revelam-se nos relatos como espaços de experiências que os qualificam e historizam. (BARBOSA, 2000, p. 34).

Desta forma, podemos entender que são as narrativas que vão indicar o que é o Sertão e como ele foi construído e ressignificado dentro do tempo e espaço, podendo assim, ser qualificado enquanto conceito, já que tem um significado agregado quando pronunciado e que nos leva a determinadas compreensões da relevância deste termo para as práticas sociais que se relacionam ao mesmo.

Um conceito que serve para a compreensão histórica pode ser obtido dentro do diálogo com outras áreas. Como o sertão é um lugar que muitas vezes é narrado

e compreendido a partir de sua paisagem ou de suas características climáticas, buscou-se um diálogo com a área de geografia. Esse estudo entre as duas áreas do conhecimento já é realizado desde o século XIX, dentro do contexto de criação e legitimação de uma História do Brasil e do Estado do Ceará. O historiador Régis Lopes, propôs que

a partir da geografia, o Ceará entrou na história. Quer dizer: antes havia estudos sobre o espaço realizados por cientistas que procuravam identificar o território e analisar as possibilidades de cultivo e extração de minerais (preciosos ou não). Não se tinha um trabalho específico para investigar o passado cearense. Mas, além do espaço, o tempo passava a ser objeto de investigação. Assim veio a história (RAMOS, 2012, p. 8).

Nas relações espaciais e temporais o ser humano vem traçando sua existência há milênios e, muitas vezes, registrando essas ações. Nessas linhas e entrelinhas o historiador encontra a matéria-prima para o “fazer” que cria um “saber” histórico.

Dentro da geografia, Antônio Carlos Robert Moraes define sertão a partir de “um outro geográfico”, e complementa sobre a impossibilidade de chegar a uma definição desse espaço levando em conta suas características naturais, como a paisagem. “Não há um espaço peculiar, cuja naturalidade própria permita uma tipologização consistente de localização sertaneja”, afirma o geógrafo (MORAES, 2012, p. 2). Desta feita, tornam-se sem fundamento as aulas de História, Geografia ou Literatura Brasileira que caracterizam o sertão unicamente como espaço de zona rural, tendo em vista sua proximidade com a natureza e com uma paisagem própria que lembra tranquilidade e pouca interferência humana. Essa definição até pode ser utilizada, mas não como verdade absoluta no que se refere à região sertaneja, pois, estas definições são múltiplas e variadas. O ensino da História do Sertão deve contemplar as inúmeras possibilidades de definição sobre este lugar e suas características construídas pela história das sociedades.

Ainda dentro da tarefa de buscar perceber como o sertão foi narrado e construído a partir de algumas perspectivas, muitas delas com o intuito de manter privilégios, é novamente importante destacar o trabalho de Antônio Robert Moraes, quando o autor afirma:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. (...) Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes. (MORAES, 2012, p. 3).

Sertão como símbolo, como ideologia, como produto pensado, descrito e qualificado a partir de interesses: uma definição que vai além da compreensão de um simples território que possa ser definido como sendo apenas espaço físico. É esta a grande missão para o ensino de História: despertar os alunos para uma consciência histórica e até libertadora, que desprenda o Sertão Nordestino dos rótulos que lhes foram dados dentro do processo histórico com intuito de garantir privilégios de grupos interessados em manter uma dominação. São estas definições estereotipadas que criam preconceitos contra o nordestino, pois, muitos destes estereótipos vem com objetivo de desqualificar este indivíduo, atribuindo a ele características pejorativas que colocam em dúvida sua capacidade de executar determinadas tarefas. Executando um plano de aula que problematize essa construção discursiva do sertão, e conseguindo atingir esta consciência por parte dos alunos, poderemos dizer que a atividade em classe foi capaz de atingir um dos principais objetivos do ensino de História: criar um indivíduo capaz de se situar dentro do processo estrutural que envolve sociedade e economia, e de se perceber como ser passivo e ativo nesse processo, ciente dos espaços de experiência percorridos e capaz de mensurar os horizontes de expectativas possíveis, conforme outrora definiu o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006).

Dentre as definições da palavra Sertão, podemos encontrar registros desde o início da colonização do Brasil numa associação do termo que viria desde Portugal para designar as terras mais distantes das sedes governamentais lusitanas. A historiadora Janaína Amado trabalha esta construção do conceito a partir dos primeiros séculos de nossa história, e escreve que:

Sertão foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes da sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados – acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém, específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira (AMADO, 1995, p.148).

O sertão como espaço distante nos remete à necessidade de modernização deste local para torná-lo mais acessível. Acessibilidade nos lembra estradas, formas de deslocamento, o que nos permite uma análise de uma contemporaneidade marcada pela substituição das estradas de terra e veredas, que tanto foram associadas ao sertão no decorrer do tempo. Atualmente, dentro do sertão nordestino, muitas delas são substituídas pelas vias pavimentadas, onde o asfalto reina, facilitando o ir e vir de muitos, enquanto, para outros, essa substituição acaba descaracterizando um espaço que se baseia no contato direto com a terra, alicerçado no percurso de indígenas e agricultores para suas tarefas diárias ou, do gado que constrói sua própria rota em busca do seu alimento. Não é demasiado lembrar que estradas também fornecem poder aos proprietários das terras pelas quais os caminhos irão passar. As estradas pavimentadas possibilitam mais vantagens econômicas aos latifundiários do que as simples estradas vicinais que servem às atividades sertanejas de subsistência, ficando claro um dos motivos de seu asfaltamento.

Daí surge a associação do Sertão como local a ser superado, que nunca está pronto, que precisa de investimentos para que possa vir a ser um lugar mais condizente com os avanços da sociedade. Este é um dos discursos que mais agrada a quem precisa lucrar naquele espaço, aos latifundiários e políticos que precisam justificar sua dominação sobre aquele território. Utilizando a desculpa da superação da condição de atraso, estes poderosos buscam a manutenção de uma exploração sobre a condição de dependência dos sertanejos pobres, carentes de trabalho e sujeitos a se submeter a diversas tarefas.

O espaço a ser superado é desconhecido e tem mata fechada, animais ferozes, habitantes ignorantes e até hostis. Com essas premissas, o sertão brasileiro vai sendo colonizado, o mato vai sendo devastado, os animais vão sendo caçados, os sertanejos vão sendo expulsos de suas habitações ou recrutados para serem explorados em alguma atividade laboral e, quando são índios, muitas vezes exterminados pela inferioridade que é atribuída a eles.

Assim é construída uma das formas de se narrar o sertão, na base da exploração dos latifundiários sobre seus moradores que se justifica pelo desenvolvimento da economia com plantações e criação de gado, das cidades que

poderiam facilitar as condições de vida dos moradores daquele lugar, das estradas e vias que facilitariam o deslocamento, nas construções hidráulicas que serviriam no combate a falta d'água, sendo que todas estão sob um eixo mantenedor de uma condição de favorecimento comercial e econômico aos poderosos do Nordeste, que detém a posse da terra e do voto dos sertanejos envolvidos nestas relações de dominação. O historiador norte-americano Mike Davis estudou algumas relações econômicas presentes na região nordestina de fins do século XIX e afirma que várias obras construídas no intuito de modernizar o Sertão eram feitas visando beneficiar quem tinha a posse da terra, pois, alguns dos reservatórios “armazenaram água que beneficiou grandes proprietários de terras e protegeu seu gado, fornecendo-lhe pasto e regando as instalações, mas (...) deixou intocada a maior parte da população agrícola de baixa renda” (DAVIS, 2002, p. 405). O sertão vira uma “condição a ser superada” que é mantida por interesses capitalistas.

Desde as primeiras narrativas sobre sertão na história nacional, este espaço já nasce associado a uma negatividade que ecoa nas definições associadas ao termo dentro da sociedade por parte de quem forma opinião no Brasil, como ainda hoje fazem alguns jornais, blogs e livros didáticos. Erroneamente, e sem considerar a multiplicidade de características que este lugar pode ter, alguns preconceitos vão sendo publicados em diversos veículos de informação e impactando nas conceituações, geração após geração.

A manutenção de uma condição de inferioridade é perceptível, também, na colocação do sertão como um espaço de oposição ao litoral, o que está condicionado a uma bipolaridade. Enquanto o sertão seria o local do atraso e da dificuldade, do pouco desenvolvimento demográfico e comercial, o litoral seria o local do desenvolvimento e das facilidades, das aglomerações e mercados de negócios proveitosos, lugar onde muitos queriam morar e aonde todos queriam chegar para ter uma vida melhor, sendo as narrativas sobre retirantes da Seca associadas a esta última premissa. O romance *Essa Terra*, escrito por Antônio Torres e cuja primeira publicação é datada do ano de 1976, é uma das poucas obras literárias que trata o sertanejo a partir do abandono do seu local de origem para buscar oportunidades melhores em cidades maiores, alimentando sempre o desejo de retornar à sua terra natal, sendo que muitas vezes acaba retornando sem ter obtido o sucesso esperado.

O abandono do Sertão e a busca pelas condições de vida mais consistentes que o litoral poderia propiciar é exemplificada por Marco Antônio Villa, quando cita a mensagem enviada pelo governador da Paraíba, Antônio Pessoa, à assembleia legislativa do estado em virtude da situação vigente no estado nordestino durante a Seca de 1915:

Todo o vasto trato do nosso estado, que designa com o nome de sertão, território apto à cultura do algodão e à criação de gados, elementos dos mais valiosos da fortuna particular e fontes principais da receita pública, ficou estéril e teve de ser abandonado pela sua população necessitada que, em grandes levas, se retirou em busca do litoral (VILLA, 2000, p.110).

O próprio Antônio Pessoa, embora talvez não tivesse tal consciência na época, já atentava para o fato do Sertão ser um território “designado”, narrado, construído e, neste caso, cita a preponderância das atividades econômicas da cotonicultura e pecuária para caracterizar ainda mais aquele espaço a partir de seu significado econômico e de geração de uma renda considerável na receita estadual, complementando sua definição com a busca pelo litoral que deveria ser o lugar da sobrevivência dos retirantes das secas.

Mike Davis também analisa a influência das relações capitalistas dentro da relação entre sertão e litoral e de como a superação de entendida condição de carência sertaneja não era estimulada, tendo em vista o aproveitamento dos braços sertanejos migrantes e afetados pela seca:

Na verdade, da década de 1870 em diante, o Nordeste foi eficazmente capitalizado nos fluxos da mão-de-obra entre sertão e litoral. As acumulações potencialmente explosivas de trabalhadores pobres e desempregados no litoral foram desviadas para a economia de subsistência do sertão, depois periodicamente regurgitadas para o litoral pela seca. O sertão, na verdade, proporcionava assistência ao pobre, enquanto a seca garantia que trabalhadores desesperados sempre estivessem disponíveis para reduzir os salários no litoral” (DAVIS, 2001, p. 404).

Na segunda metade do século XIX, a Inglaterra governada pela Rainha Vitória (1819-1901) estimulava inúmeras relações comerciais com o Brasil, que vinham desde a abertura dos portos e os tratados de Comércio e Navegação do período Joanino (1808-1821), conseguindo garantir facilidades para imposição de seu capitalismo. Para Mike Davis, estas relações impactavam diretamente no Nordeste Brasileiro, onde a exploração da população mais pobre e afetada intensamente pelos

efeitos das estiagens, se torna uma questão socioeconômica, transformando os sertanejos em peças de um tabuleiro que são movidas sempre de acordo com os interesses do capital, para manter as vantagens econômicas de um salário baixo consoante à abundância de mão de obra oriunda do interior.

Se fizermos um breve retorno ao período colonial brasileiro para estudarmos a dominação do território nacional, veremos que não se pode fugir do fato de que a penetração das atividades colonizadoras no Nordeste se dá, efetivamente, pelo litoral através da construção de fortes e aldeamentos e com as plantações de cana-de-açúcar. Entretanto, mesmo quando a atividade açucareira declinou e as povoações tomaram o interior nordestino para outras atividades agropecuárias, e mesmo quando a própria região Nordeste começa a declinar economicamente por igual em virtude da expansão cafeeira do sudeste brasileiro, ainda se utilizava largamente a colocação do litoral como espaço superior ao sertão. Mike Davis, ainda em seu estudo sobre raça e capital no Nordeste do século XIX, denuncia uma

marginalidade do sertão no seio da política do estado em relação às elites agrárias do litoral. Políticos sempre propunham esquema de irrigação, mas não se construía nenhum. Ironicamente, a impotência do estado para desenvolver o sertão foi deturpada pela elite litorânea na racista caricatura do sertanejo indolente, subdesenvolvido. (DAVIS, 2002, p. 400)”

Claramente, se percebe uma periferação do interior em relação à zona costeira, situação que seria induzida e perpetuada em diversos discursos feitos à época, atestando dependência e incapacidade da região sertaneja do Nordeste, sem levar em conta que o estado e as elites dominantes pouco ou nada faziam no intuito de resolver esta situação, muitas vezes, se beneficiando dessa relação de desigualdade para fins de vantagens comerciais que colocavam a zona litorânea como mais favorável a investimentos seguros. É de suma importância para o professor de História, num trabalho em sala de aula, buscar promover a conscientização dos jovens para o papel das próprias elites nordestinas na construção de uma noção de inferioridade para parte de seus próprios conterrâneos, atentando para a atuação desta como uma das formas de sustentação dos preconceitos contra o sertão nordestino e seus habitantes.

Um não existiria sem o outro, e também as definições discursivas foram sendo feitas simultaneamente, já que uma categoria “foi sendo construída em função da

outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvaziava-se de sentido, tornando-se inteligível e vice versa. (AMADO,1995, p. 149)”. Sertão, no período da colonização, seria uma categoria explicada a partir uma oposição ao que existiria no litoral, pois, só seria possível explicar as características sertanejas, partindo de uma referência litorânea, para que se pudesse fazer uma comparação e possibilitar uma inteligibilidade. O Sertão por si só, não seria passível de entendimento, mantendo-se, inclusive como conceito, dependente de definições exógenas.

A colocação de sertão enquanto lugar de atraso e de oposição ao litoral durante a era colonial aparece também na obra *Vida e Morte no Sertão* (2000), do historiador Marco Antônio Villa. Num estudo que propõe um levantamento da história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX, o autor associa estes dois conceitos – Sertão e Seca – mostrando como a falta de mecanismos para lidar com as estiagens despovoavam os espaços e isso gerava um desinteresse econômico em se criar investimentos naquelas localidades, tendo em vista que a Seca era uma constante e que, sem a atuação humana necessária, ela sempre retornaria para dizimar plantações e matar o gado. Desta forma, não compensaria investir naqueles espaços, e “as dificuldades de comunicação e a pequena importância econômica do sertão no interior da economia colonial permitiram certo isolamento do domínio colonial português, fundando uma sociedade com características peculiares em relação àquela do litoral. (VILLA, 2000, p. 21)”.

Para o ensino da História do Sertão no período colonial fica a necessidade de mostrar aos alunos como este espaço de habitação traz consigo várias caracterizações que lhes são atribuídas pelo fator de oposição ao litoral, pelo seu baixo potencial econômico e pela sua associação com a seca. Todavia, no transcorrer do século XX há um esforço por narrar o sertão como espaço peculiar, rico em tradições e vivências que ali se consolidam e que ganham vida ao se pronunciar tal palavra. O sertão passa a virar alvo de estudos, de escritas, sendo que os romancistas passam a valorizar aquele local como sendo dotado de uma magia própria, muitas vezes baseada em tradições e costumes que se solidificaram com o tempo, e que o colocam como lugar ideal para se inspirar quando se quer escrever sobre a formação do povo e das regiões brasileiras, objetivo principal da literatura regionalista e do desejo de construção de uma história nacional no período posterior à independência.

Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o lugar.
Viver é muito perigoso...
O sertão é do tamanho do mundo.
Sertão é dentro de gente.
O sertão é sem lugar. (ROSA, 1986)

João Guimarães Rosa, já escrevendo no século XX, exemplifica esta colocação do Sertão como local de múltiplas definições, mesmo que não aborde suas condições climáticas, econômicas ou de localização, mas coloca aquele lugar como representável a partir dos sentimentos, de uma noção própria observada a partir de quem vive aquele espaço e o sente, vivificando uma ideia que, as vezes, parece bem difícil de explicar, mas, ao mesmo tempo, pode ser facilmente compreensível por quem conhece as sensações que aquele local pode passar e fazer sentir. Seria levar o sertão para um campo que transcende o espaço físico e já adentra no campo sentimental, ou pensar este termo conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso. É uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de colonização... (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 67)”

Um dos sentimentos que o sertanejo melhor define é sua relação com as chuvas, sendo seu espaço de moradia também associado à pluviosidade. A maioria dos enredos da literatura brasileira escritos sobre a temática da seca terminam com a chegada das chuvas, ou enaltecem o tempo todo o momento do retorno das precipitações como o marco redentor de um processo de intenso sofrimento. A água é importante para vida da população e das atividades agrícolas e pecuaristas, sendo a chegada do período chuvoso sempre comemorada por quem mora no Nordeste brasileiro, quando o clima seco e árido passa ser coberto pela vegetação que simboliza a mudança do clima, ato que traz consigo todo um significado simbólico que fortalece a esperança para quem mora naquele ambiente.

O sertão é uma planície alta, ondulante, interrompida apenas por planaltos de cimos lisos e montes residuais rochosos de granito em decomposição. A precipitação atmosférica é dramaticamente orquestrada pelo El Niño e poucas paisagens mudam de aspecto de forma tão radical entre as estações ou anos úmidos ou secos (DAVIS, 2001, p. 91).

Conforme a definição de Mike Davis, a chuva, ou a ausência dela, são determinantes para dizer o que representa o sertão quanto ao simbolismo das memórias e vivências que sua paisagem desperta. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha ainda complementa ao afirmar que “a natureza aqui se regozija em um jogo de antíteses”, dada a capacidade de mudança que aquele espaço pode manifestar a partir da chegada do período chuvoso.

Ainda parafraseando Euclides da Cunha em *Os Sertões*, “o sertanejo é antes de tudo um forte”, mas, é a falta d’água, muitas vezes, a responsável por testar essa afirmação. Na literatura que versa sobre o sertão, a hora em que o sertanejo dobra o joelho para agradecer é quando começa a chover, pois, “no inverno, o sertão tinha cheiro de milagre”, nas palavras escritas no romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida. É definido como lugar miraculoso e de encontro com as bençãos divinas o tão falado Sertão, outro fator que enriquece ainda mais estas definições conceituais do termo e o próprio lugar como objeto de estudo das relações humanas no tempo.

Nessa busca por analisar algumas definições da palavra Sertão, não se pode fugir daquela que associa este espaço ao homem do campo e suas atividades rurais. Acordar antes do raiar do sol, ouvir o canto dos pássaros, cuidar do gado, ir pro roçado, viver em intenso contato com a natureza, são tarefas que fazem parte do cotidiano sertanejo, testemunhado por quem mora na imensa maioria das cidades da região Nordeste e se dispõe a sair um pouco do centro para visitar as periferias. Não é estranho cruzar com agricultores e vaqueiros nas ruas da maioria das cidades nordestinas, tendo em vista que a história econômica do Nordeste ainda é muito ligada a agropecuária.

Símbolo de uma expressão sentimental traduzida na melodia e na poesia, a música brasileira também é repleta de referências a um sertão campestre, como nas canções *Deus e eu no sertão* e *Vida Boa*⁵, compostas por Victor Chaves e interpretadas por ele em parceria com seu irmão, Léo Chaves e alguns outros artistas como Renato Teixeira e Sérgio Reis. Na primeira década do século XXI estas músicas ocuparam as principais paradas de sucesso nas rádios brasileiras com letras que enfatizam a felicidade do sertanejo em morar naquele lugar e executar determinadas

⁵ VICTOR E LÉO. *Deus e eu no sertão*. Rio de Janeiro: Sony BMG, 2009. Duração 3:41. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JdCMjGKyV5s>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020, às 9h49.

_____. *Vida Boa*. Rio de Janeiro: Sony BMG, 2004. Duração: 3:16. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qjt7LTzp5UI>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020 às 09h54.

tarefas estando próximo da natureza. Nesta definição o sertão se fortalece como espaço de simplicidade, beleza e aconchego únicos.

Entretanto, como objeto literário, o sertanejo seria, indissociavelmente, o agricultor que luta contra a Seca nos romances já citados neste trabalho, havendo uma carência de abordagens destes como protagonistas em outros aspectos que venham a colocar o camponês como bem-sucedido nas plantações ou demais atividades campesinas. Pouco se aborda na literatura brasileira esta relação entre o sertanejo agricultor e a natureza manuseada nos trabalhos agrícolas, preferindo abordar este personagem como retirante de uma condição de sofrimento, ou, em algumas ocasiões, dentro de uma tentativa de heroicizar a figura do vaqueiro. Ivone Barbosa diz que:

Apesar da agricultura ser responsável pelo envolvimento de uma grande parte da população sertaneja, de ser a atividade mais comprometida e dependente dos ciclos da natureza, permanece como acessória na maior parte dos romances, cujas ênfases se dão em torno da vida heroica dos vaqueiros e da fazenda pastoril, ou do momento mesmo em que ficam suspensas atividades sertanejas, isto é, quando se instaura uma seca. (BARBOSA, 2000, p.119)”

Assim, esta definição de sertão como espaço de agricultura intensa e proveitosa fica restrita a quem testemunha essas atividades, e segue desconhecida por quem está distante destas relações que também ajudam a definir o que é sertão, ou de qual sertão se fala.

A História do Sertão partiria da experiência do que já foi narrado sobre este lugar no intuito de desvalorizá-lo e excluí-lo da identidade nacional, para traçar uma expectativa que traga definições mais plurais e embasadas em condições mais valorativas e inclusivas, fortalecendo o sentimento de pertença dos habitantes da região e dos próprios alunos que ali habitam. Seria mostrar que o sertão descrito por Rodolfo Teófilo quando escreve que “o solo tinha um aspecto de deserto” e que “árvores desfolhadas enchiam uma área de léguas com a monotonia de um cemitério” (TÉÓFILO, 2011, p. 48), descreve apenas uma condição que não se aplica a todos os “sertões” em suas variedades de significados, espaços e épocas, já que o sertão é uma construção discursiva que, muitas vezes, se relaciona com a aquisição ou manutenção de poder.

Cabe aos profissionais do ensino de História, mostrar que o tempo construiu as raízes nas quais se solidifica o Sertão de diversas formas, e que muitas dessas bases generalizam erroneamente este espaço e seus habitantes. Ivone Cordeiro sintetiza a variedade de símbolos que envolvem o sertão escrevendo:

Se como categoria analítica, o sertão é um espaço territorializado, podendo ser resgatado a partir de referências e designações várias, como 'sertão de dentro' e 'sertão de fora', 'sertão de cima' e 'sertão de baixo', 'sertão bruto', 'sertão aberto', 'sertão deserto', 'sertão da Bahia', 'sertão do Ceará', 'sertão do Piauí' etc., por outro lado, como categoria literária também é um espaço de grande carga simbólica, sendo-lhe atribuído valores genéricos referidos à experiência rural e campesina. (...) A fluidez literária na identificação do espaço sertanejo, se demonstra na dificuldade de defini-lo ou localizá-lo, e também o prenúncio da riqueza e das possibilidades não só da literatura, mas da própria experiência sertaneja que a referenciou... (BARBOSA, 2000, p.55).

Um termo móvel na mente, criado a partir de inúmeras definições que qualificam e dão legitimidade às experiências dos indivíduos que constituem aquele espaço, e dos que o narram como expectadores. O sertão possui uma variedade de definições que mostra uma riqueza ímpar de se narrar este lugar e como ela é fornecida e legitimada pelas inúmeras vivências humanas que ali se desenrolam.

O sentimento mobilizador desta busca por várias narrativas que envolvem a palavra sertão é o de quem está imerso neste ambiente e se considera sertanejo. A propriedade de falar de um local conhecido motiva cada linha escrita e dá ainda mais significado a um trabalho que visa deixar alguma contribuição para a valorização do lugar no qual se vive. Esta descrição do sentimento encontra representatividade nos versos do poeta Patativa do Assaré:

Poeta, cantô da rua,
que na cidade nasceu,
cante a cidade que é sua,
que eu canto o sertão que é meu.
(...) Pra gente cantá o sertão,
precisa nele morá,
Tê armoço de feijão
E a janta de mucunzá,
Vivê pobre, sem dinhêro,
Trabaiando o dia intêro,
Socado dentro do mato,
De apragata currelepe
Pisando inriba do estrepe,
Brocando a unha-de-gato. (ASSARÉ, 2008, p. 25)

O poder do ensino de História como disciplina que estuda o passado a partir de questões do presente se soma ao sentimento valorativo dos poemas de Patativa do Assaré e pode buscar questões para a sala de aula que partam, também, da descrição do Sertão feita por quem o conhece e sabe definir suas riquezas simbólicas, se contrapondo ao Sertão definido de acordo as vantagens econômicas que pode fornecer aos interessados nelas.

Dentro de uma lógica capitalista reinante na segunda metade do século XIX, a definição do sertão do nordeste associada ao fenômeno da Seca é bem forte nas narrativas sobre este espaço. Com base nisso, torna-se importante a este estudo fazer uma breve análise sobre o conceito de Seca e suas definições em diferentes formas discursivas dentro do período supracitado, analisando também suas consequências no início do século XX, onde literatura sobre o tema se fortalece no Brasil, e como muitos preconceitos contra o Nordeste se baseiam nesta relação.

1.2 - A Seca narrada para ser industrializada

A tentativa de fazer uma análise conceitual do termo se assemelha à do capítulo anterior, buscando entender como a Seca é um termo que agrega significados diversos dentro do tempo histórico, passando pelas formas discursivas que pronunciam esta palavra. Dentro de narrativas que emergem de diversas perspectivas e de sujeitos diferentes, busca-se compreender o que aparece na mente quando se ouve a palavra Seca, pensando as ressignificações que a palavra possui, de acordo com as atividades humanas que estão em seu entorno e lhes dão sentido. Seria como identificar a ideia que se tem da seca, se ela é definida de forma correspondente ou divergente da sua ocorrência natural e social.

Uma análise das relações entre homem e natureza irá ajudar a entender os diversos sentidos que a Seca possui dentro das falas de quem vê este fenômeno como determinante para muitas ações humanas, a partir de seus efeitos. Notoriamente, sabemos que quando o armazenamento de água é insuficiente para manter a vida e as atividades agropecuárias, há uma necessidade de adaptação dos indivíduos do espaço afetado na tentativa de lidar com a estiagem, até mesmo fugindo dela. Entretanto, essas relações são mútuas, pois, se o cotidiano sertanejo é afetado pela Seca, as ações destes sertanejos contribuem para a ocorrência das alterações que

levam ao acontecimento das estiagens, numa relação de mão dupla. Isso nos arremete à definição do historiador norte americano Donald Worster para os estudos em História Ambiental. Ao indagar a si mesmo sobre a serventia da História Ambiental, Worster responde que essa corrente é necessária “para entender como os seres humanos foram afetados pelo ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 201). É nas entrelinhas destas relações entre homem e ambiente, reforçadas pela temática da Seca, que estão alicerçadas muitas das definições estereotipadas sobre a condição de vida no sertão nordestino.

A História do Sertão trabalhada em sala de aula, deve buscar analisar os motivos que levam as estiagens e suas problemáticas a serem usadas para definir uma determinada região como sertaneja. Segundo Frederico de Castro Neves, a década de 1920 é muito importante para esta relação de definição, pois, em algumas narrativas, “a seca continha um fortíssimo elemento ‘regionalizador’, articulando em torno do semiárido um conjunto imaginário extremamente amplo e complexo de significados, expresso em discursos, imagens, valores, normas de conduta e movimentos artísticos” (NEVES, 2012, p. 6). Como o Nordeste passa a ser definido geograficamente enquanto região brasileira nos documentos republicanos justamente no início do século XX, é perceptível a importância da Seca para dar à região o título de um território do Brasil que possuía como características imediatas a pouca chuva e a falta d’água. Um entendimento conceitual da palavra Seca se faz necessário.

Em uma das ferramentas de mais fácil acesso ao conhecimento na atualidade, a internet, o termo é caracterizado na sua forma climática, como sendo um “período de persistência anômala de tempo seco de modo a causar problemas na agricultura, na pecuária e/ou no fornecimento de água.”⁶ As definições climáticas do termo Seca utilizadas neste ponto do trabalho, bem como suas variações meteorológica, hidrológica, agrícola e socioeconômica, foram obtidas no site do Ministério Português do Mar e da Atmosfera – IPMA, tendo em vista o fato dela ser mais adequada aos objetivos aqui propostos e influenciar as definições do fenômeno feitas em diversas páginas eletrônicas de órgãos brasileiros que tratam a questão, fazendo classificação similar. Neste caso, já se define a Seca como condição de anomalia, de anormalidade,

⁶Para as definições de seca e suas quatro variações feitas nesta parte do trabalho, ver <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/index.jsp?page=seca.definicao.xml>. Acesso em 6 de janeiro de 2019, às 15h03.

não sendo constante mesmo na região mais árida do país, o que já faz cair por terra a associação de toda a região do Sertão Nordeste à pouca chuva, como se isso fosse uma regra de todo esse imenso espaço, ou como se essa condição fosse uma constante naquela região brasileira. Já que essa condição de estiagem não se aplicaria a todo o Nordeste e não seria uma condição de normalidade climática, derruba-se também a sustentação para frases preconceituosas que colocam o povo oriundo dessa região como retirante, fugitivo da seca ou afetado por ela, como por muito tempo se difundiu em diversos discursos sobre o Nordeste do Brasil, e ainda refletem dentro de sala de aula, conforme se discutirá no segundo capítulo deste trabalho.

Utilizando as definições do site do IPMA, a Seca meteorológica é colocada como sendo “uma medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal”. Se a quantidade de chuva é pouca e fica abaixo da média histórica num determinado período, e essa situação afeta as condições de vida dos indivíduos de determinada região, podemos então, segundo esta definição, falar de Seca meteorológica. Entretanto, este tipo de Seca pode ter seus efeitos reduzidos pelo acúmulo de água realizado em períodos anteriores, sendo que, quando isto não ocorre, temos um segundo tipo de Seca, “relacionado com a redução dos níveis médios de água nos reservatórios e com a depleção de água no solo” e denominada Seca hidrológica. Deste modo, podemos pensar que um ano atípico de chuvas com índices pluviométricos abaixo do normal, pode não resultar numa Seca se os reservatórios de água possuem capacidade suficiente para evitar ou minimizar os impactos desta, na vida dos seres humanos do local.

No caso da Seca agrícola, ela está relacionada com o termo *depleção*, que significa a perda de elementos que compõem a água e são essenciais para as plantas cultivadas nas lavouras, se caracterizando como um tipo de estiagem que se relaciona com as características das plantas e dos sistemas agrícolas em geral. Uma temática pertinente para um trabalho em escolas de zona rural ou onde os alunos componham famílias de agricultores.

Em nenhum dos tipos de Seca, se percebe de forma tão intensa a ação humana quanto na Seca socioeconômica. Nela se associam fatores naturais, sociais e econômicos, dos indivíduos envolvidos com o controle e a distribuição de água, e com estruturas que possam possibilitar uma redução dos efeitos das estiagens. É dentro

dessa definição de Seca que percebemos a atuação dos fatores políticos na perpetuação de uma situação que nunca é resolvida e fica sempre nas ações paliativas, tendo em vista manter um cenário de favorecimento econômico a determinados indivíduos que se beneficiam desta situação, mantendo a partir daí, a chamada “indústria da seca”. Segundo o site *todamateria.com*⁷, “esta expressão foi usada pela primeira vez por Antônio Callado (1917-1997) para se referir ao ‘mito da seca’, usado como desculpa à miséria que afeta milhões de brasileiros vivendo entre o Nordeste do Brasil e a região norte de Minas Gerais”, e não faltam referências historiográficas e literárias para ilustrar este termo.

No livro *holocaustos coloniais*, Mike Davis associa a definição de Seca com a tal indústria organizada em torno do fenômeno, onde alguns latifundiários de estados do Nordeste conseguem a valorização econômica de seus territórios indicando-os como local de construção de obras de acúmulo de água. O historiador norte-americano cita um caso cearense do período de transição do século XIX para o século XX, quando escreve que

Os poucos projetos hidráulicos que foram de fato construídos, inaugurados como o açude de Quixadá no Ceará em 1899, armazenaram água que beneficiou grandes proprietários de terra e protegeu seu gado, fornecendo-lhe pasto e regando as instalações, mas (...) deixou intocada a maior parte da população agrícola de baixa renda (DAVIS, 2001, p.405).

Geralmente, os latifundiários cearenses do período possuíam grande influência política, o que também é uma característica do início do período republicano brasileiro, momento em que os principais cargos políticos eram ocupados por quem possuía maior renda, como foi na chamada era do *café com leite*⁸ do governo federal, ou no período do domínio coronelista nas áreas mais interioranas dos estados. Utilizando este poder, os proprietários de terra das regiões mais afetadas pelas estiagens conseguiam fazer das obras de armazenamento hídrico uma maneira de obter benefício próprio.

Os *industriais da seca*, munidos do poder econômico e governamental que obtinham, ainda encontravam formas de lucrar ainda mais com a situação calamitosa

⁷ Uma definição que pode ser estudada pelos alunos sobre o termo indústria da seca está em www.todamateria.com.br/industria-da-seca. Acesso em 07 de janeiro de 2020, às 12h01.

⁸ Ver mais em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/politica-cafe-com-leite.htm>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020, às 10h10.

pela qual a maioria da população pobre e sertaneja passava, pois, “mesmo no sertão do Ceará, quase despovoado pelas grandes secas das décadas de 1870 e 1890, as oligarquias locais conseguiram lucrar como contratantes de mão de obra para o Pará e o Amazonas” (DAVIS, 2001, p. 404). Alegando que o motivo principal das migrações facilitadas, e em alguns casos até forçadas, era ajudar as pessoas que estavam ociosas pelas estiagens e dar-lhes maneiras de obter renda para sobreviver àquela fase emergencial, os responsáveis pela transferência de braços para o norte do país ganhavam ainda mais dinheiro com aquelas migrações, deixando claro o caráter secundário da preocupação com o sofrimento do povo e o caráter primário de seus interesses de enriquecimento particular.

No romance *A Fome* (2011, p. 156/157), Rodolfo Teófilo deposita no responsável pela comissão de socorros públicos, Simeão de Arruda, a crítica aos poderosos que utilizavam as verbas destinadas aos afetados pelas estiagens em favorecimento próprio. Os recursos eram utilizados para beneficiar pessoas escolhidas pelo próprio comissário, sendo que ele era o encarregado de efetuar as distribuições de alimentos e dinheiro, além de encaminhar as famílias para os abarracamentos criados na capital. Desta forma, Simeão de Arruda era um dos que se beneficiavam daquela situação, pois, sempre que houvesse secas, haveria recursos que seriam repassados para as suas mãos, aumentando sua representatividade e seu poder dentro daquela área carente.

A obra supracitada de Rodolfo Teófilo bem como outras produções literárias do século XIX, que ainda hoje são referências da atividade dos romancistas brasileiros, além de fornecer uma enorme contribuição para a construção e afirmação da identidade ou das identidades brasileiras, inclusive já buscando enredos que valorizassem a miscigenação e as características locais e regionais do Brasil, vão fornecer relatos que servem a historiografia como forma de perceber a compreensão dos formadores de opinião da época acerca das temáticas de seu tempo. Segundo o historiador Caio César Boschi,

ainda que, ao contrário do historiador, o romancista e o poeta não tenham o compromisso com a realidade dos fatos ou com a reconstituição do passado, seu trabalho pode ajudar a preencher as lacunas do conhecimento histórico. A literatura auxilia o historiador a repensar e ampliar o leque de seus questionamentos sobre a realidade (BOSCHI, 2007, p. 36-37).

As obras produzidas por agentes de seu próprio tempo e testemunhas das principais ocorrências de sua época, ajudam o professor de História a extrair as raízes do presente ao analisar estes documentos. Como exemplo, o próprio Rodolfo Teófilo era historiador, o que nos permite entender seus romances como relatos também historiográficos pelas análises que o mesmo desenvolve acerca da sociedade que ele via se organizar, como sujeito presente dos fatos, enaltecendo sua visão sobre a sociedade cearense oitocentista. Neste diálogo entre História e literatura

o romance do século XIX, (...), assumiu a condição de narrativa responsável por inúmeros encargos, tanto no âmbito da produção de conhecimento, quanto na sua divulgação para um público mais amplo. Entre as pretensões do romance, estava o poder do narrar o passado, tão bem quanto a própria escrita da história, ou melhor (RAMOS, 2012, p. 11).

A análise da sociedade vigente que compõe muitas obras literárias produzidas no século XIX e teria continuidade no século XX, enriquece a quantidade de fontes para um trabalho em sala de aula que analise os romances referentes ao Sertão neste período, buscando um ensino de história problematizador do passado como raiz do presente. Além do mais, dentro de uma perspectiva de François Hartog (1996), que defende a utilização da história comparativa como forma de possibilitar um ensino mais eficiente, podemos utilizar os textos literários como forma de obter esta comparação e fornecer ao aluno as ferramentas para perceber como se dá o processo de construção da história, impedindo a ideia de história pronta e acabada. “A convenção da veracidade, própria da história, e a convenção da ficcionalidade, própria da literatura, permitem-nos estabelecer um método que, seguindo as diretrizes de Hartog, poderá ajudar-nos a elaborar essa abordagem comparativa” (RUIZ, 2010, p. 78).

O livro *A fome*, de Rodolfo Teófilo, é escrito tendo como base a seca de 1877-1879 que foi responsável por colocar a região Nordeste do Brasil – mesmo que ainda não possuísse essa nomenclatura oficial - numa situação de “região-problema” tendo em vista a mortandade de 5% da população brasileira, conforme afirma o historiador Marco Antônio Villa (2000, p. 13). Estava nítida a necessidade de intervenção do governo federal no combate aos efeitos da daquela estiagem, mas estas intervenções nunca ocorreram no intuito de atender preventivamente ao maior número possível de afetados, garantindo que os efeitos da Seca sempre necessitassem de mais verbas.

Muitas das definições do Nordeste brasileiro enquanto região problemática, estão associadas à seca de 1877 e nos ajudam a entender ainda mais o que se consolida como Seca socioeconômica. Além do mais, as elites locais e algumas personalidades representativas do Nordeste dentro das instâncias nacionais, algumas vezes, minimizaram a condição de sofrimento de seus conterrâneos e contribuíram para reforçar a inferiorização discursiva de seu povo. O escritor José de Alencar, ao retornar de visita ao Ceará na década de 1870, fez discurso na tribuna do Rio de Janeiro onde minimizou os efeitos da Seca e qualificou como exageradas as notícias vindas das regiões afetadas pela falta de água naquele período, além de definir o Ceará “como um membro inútil marcado pelo selo de uma desgraça irreparável”. Em consoante a este discurso, o ministro do Império na época, Costa Pinto, exclamou: “Nenhuma província sofrerá por falta de providencias do governo. (VILLA, 2000, p. 43)”. Não foi o que se viu no fim daquela mesma década.

No ano de 1877 não choveu conforme esperado nos estados do Nordeste brasileiro, e a própria crença popular de que o sagrado sempre intervirá em favor dos pobres deu lugar a uma expectativa de provação e purgação de pecados que estaria por vir, quando não choveu no dia de São José daquele ano (TEÓFILO, 2011, p.19). Toda ajuda seria necessária para resistir aos efeitos de mais uma estiagem, e o papel do governo era indispensável para superar aquela situação, mas, as estruturas coronelistas e clientelistas que dominavam o Brasil neste período sempre colocavam os interesses de manutenção do poder acima do interesse pelo bem coletivo. A indústria voltaria a funcionar e o maquinário de distribuição de favores entre pequenos grupos estava acima dos interesses da coletividade. Talvez por isso, se explique o fato da região açucareira de Pernambuco ter passado praticamente ileso por esta calamidade, ou das capitais estaduais serem sempre os alvos mais procurados pelos que migravam do interior em busca de sobrevivência, já que a capital é sempre o local de maior desenvolvimento econômico, o que mostra desigualdade. Enquanto o gado morria de forma imensurável e as populações afetadas pela Seca morriam de inanição ou se digladiavam na disputa pelas poucas “rações” e “víveres” distribuídos em formas de migalhas pelo governo, as autoridades davam pouca importância à situação, enquanto, muitas vezes, se beneficiavam dos recursos destinados aos mais afetados pelas estiagens (VILLA, 2000, p. 53).

Para o ensino de História é importante mostrar o papel das instituições governamentais na manutenção da Seca no Nordeste e de tudo que compõe o termo 'indústria da seca' e suas instituições coronelistas, sendo que esta prática é um dos pilares que dá base para a fixação de estereótipos que surgiram pela colocação do sertanejo nordestino como sendo uma marionete de um jogo político de dominação.

Consolidando-se como uma excelente ferramenta de diálogo com o ensino de História, a literatura brasileira continua produzindo, no século XX, diversas obras que podem ajudar na busca pela compreensão dos significados manifestados quando se fala em Seca, sempre lembrando que são estes significados que dão legitimidade aos termos utilizados por pessoas que só conhecem o Sertão Nordeste a partir de discursos produzidos sobre este espaço, sem jamais ter vindo à região.

Em comparação com a escrita do século anterior, as obras literárias novecentistas fornecem ainda mais significado à atuação de quem narra aqueles enredos em função de seu papel social. Ao citar o trabalho de um enviado para fazer a cobertura jornalística de um conflito, como Euclides da Cunha; os escritos de uma jovem de 17 anos que se sensibilizava com as mazelas sociais de seu tempo, como Rachel de Queiroz; ou as análises de um membro dos órgãos governistas que narrava a situação vexatória de seu lugar de origem, como José Américo, o mote mais adequado para o trabalho interdisciplinar em sala de aula entre História e Literatura é despertar os alunos para a noção de que

o texto literário só pode ser compreendido em função da posição social de quem enuncia o contexto histórico no qual ele foi escrito. O seu autor é um sujeito histórico, um indivíduo do seu tempo, que produz sua obra num determinado momento e lugar; logo, seu texto é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (BERRUTI; MARQUES, 2009, p. 116).

Trabalhar em sala as motivações e visões dos autores para escrever seus relatos é uma forma de pautar as aulas na história-problema, estimulando os questionamentos que aguçam a criticidade dos educandos e atentando-os para a escrita literária produzida a partir de um determinado recorte feito por um sujeito de determinado tempo.

A compreensão crítica dos motivos que fizeram os sujeitos históricos escreverem sobre seu tempo de determinada forma pode ser estimulada ao analisar a variedade de relatos que colocam a Seca como uma ocasião que muda a rotina dos

sertanejos de uma forma grotesca, fazendo pessoas acostumadas com a lida na terra, nas fazendas e currais, terem que se adaptar uma rotina de dependência e incerteza. O sertanejo que “é sempre um forte” na definição de Euclides da Cunha em *Os Sertões*, não depende mais, unicamente, dessa força para traçar seus caminhos, pois, como escreve José Américo de Almeida em *A Bagaceira*, “A história das secas era uma história de passividades.” Os homens do sertão “limitavam-se a fitar os olhos terríveis nos seus ofensores” (ALMEIDA, 2004, p. 9). A impotência que não combina com o morador do sertão campesino era uma obrigação diante da situação vexatória que eram obrigados a passar por conta da seca. Nas palavras de Rachel de Queiroz, no livro *O Quinze*, a energia característica do morador do campo era agora destinada à sua sobrevivência, pois, “recordando a labuta do dia, o que dominava agora era uma infinita preguiça da vida, da eterna luta com o sol, com a fome, com a natureza” (QUEIROZ, 2015, p. 30).

Aos poucos, iam se naturalizando os relatos literários que tratavam o Sertão a partir da ocorrência da Seca, e da sua oposição característica com a presença da chuva, possibilitando um modelo de análise histórica ligado ao passado que exemplificava o tempo presente a partir da comparação com anos anteriores, pela ocorrência ou não das estiagens e pela quantidade de água que caiu no solo do Sertão. “Fatos da natureza, como a chuva ou a seca, ganhariam dimensão histórica, na medida em que a própria história do Ceará seria constituída pela alternância entre períodos secos e molhados. Assim, a história tornar-se-ia mestra da vida” (RAMOS, 2012, p. 82).

A concepção de Seca retratada nas obras de Rachel de Queiroz e José Américo segue um modelo de narrativa mais íntimo ao termo. Conforme observa Durval Muniz ao analisar a literatura regionalista de 1930, o foco discursivo busca tratar o Nordeste afetado pela estiagem como “lugar da conservação de uma identidade ameaçada de se perder”, mesmo que o fator a ser conservado sejam as suas problemáticas. Nas obras destes autores, a Seca está situada dentro daquelas características que parecem ser indissociáveis ao Sertão Nordestino, mesmo que no intuito de atrair atenção para aquela região a partir de seus problemas, pois, “embora se reportem também ao litoral, é o sertão o espaço tradicional por excelência e aquele que dá originalidade ao Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 128). A estiagem é tratada como uma das peculiaridades que daria significado ao Nordeste e,

inclusive, parece delimitar geograficamente esta região como aquela onde a Seca ocorre.

Dentro da literatura de cordel há um enorme romantização do Sertão Nordeste no tocante às suas experiências simbólicas, e há uma oposição à temática da Seca como característica inerente àquele lugar, numa tentativa de valorizar as memórias construídas na labuta diária sertaneja, seja do agricultor ou do vaqueiro, na construção de uma valorização do cotidiano nos tempos da fartura no campo, conforme complementa Durval Muniz:

“É próprio da ideologia camponesa a idealização do passado, sempre que se quer demonstrar o descontentamento com o presente. É constante no cordel, a presença de um Norte paraíso e feliz, antes da seca, o que reforça a imagem da seca como um corte na rotina da vida destes homens pobres” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1987, p. 98).

Talvez pelo fato de que a maioria dos cordelistas tem uma relação de proximidade com o Sertão, sendo moradores e conhecedores do sentimento que aquele local fornece a quem lhe mantém contato, a Seca é definida como condição anormal naquele espaço, que não faz parte do clima dali em sua normalidade, sendo que os momentos de grande fartura são sempre rememorados quando a estiagem vem, pois, são estes momentos que representam a felicidade de uma boa colheita, de um bom período chuvoso, da prosperidade do rebanho. Até a alegria de contemplar a lua dentro da noite no meio do campo tem um significado de felicidade para o sertanejo que está longe da seca. “Não há, óh gente óh não, luar como este do sertão”⁹, num exemplo de quem cantou o Nordeste como Luiz Gonzaga, representa embelezamento e revigoração de um período de bonança, enquanto a Seca representa, em outra canção de Gonzaga, a *Triste Partida*¹⁰ da terra onde o pobre se vê feliz, mas também se vê forçado a abandonar. Símbolos e sentimentos que não parecem significar muito para quem vê o sertão de uma posição externa ou distante, mas que, para quem “sente” o Nordeste e sua magia, estão dentro da ideologia de uma boa vida neste lugar.

⁹ GONZAGA, Luiz. *Luar do Sertão*. Rio de Janeiro: RCA: 1981. Duração: 4min17s. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KhfZnZwBFHM>. Acesso em 23 de janeiro de 2021, às 13h27.

¹⁰ GONZAGA, Luiz. *A Triste Partida*. Rio de Janeiro, RCA Victor: 1964. Duração: 9min. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Yu0bvuk8s_k. Acesso em 23 de janeiro de 2021, às 13h43.

Algumas das ideias propostas até agora sobre as definições do conceito de seca têm levado em conta a associação de fatores climáticos e socioeconômicos, e a interferência destes na vida das pessoas. O historiador Mike Davis afirma, inclusive, que a Seca “sempre tem uma dimensão artificial e nunca é apenas um desastre natural” (DAVIS, 2001, p. 29). É justamente ele um dos estudiosos que associam estes dois fatores – climático e econômico – para dar significado ao termo. Para Mike Davis, a influência do clima na ocorrência das secas no Sertão Nordestino se dá prioritariamente pela ocorrência do El Niño, fenômeno de aquecimento das águas em torno do oceano pacífico, o que afeta a proximidade da Zona de Convergência Intertropical, principal sistema indutor de chuvas na região. No entanto, segundo o autor, a situação climática por si só não configuraria a ocorrência de prejuízos significativos aos seres humanos se não fosse o fator socioeconômico, principalmente no caso da Seca hidrológica.

A seca hidrológica tem sempre uma história social. Os sistemas de irrigação artificial dependem, claro, de níveis contínuos de investimento social e trabalho de manutenção, mas mesmo a capacidade de abastecimento de água natural pode ser drasticamente atingida por práticas humanas que levem ao desmatamento e à erosão do solo. (...) as mais devastadoras secas do século XIX foram sem a menor dúvida condicionadas pela degradação da paisagem, descuido com os tradicionais sistemas de irrigação, desmobilização da mão de obra comunal e/ou negligência do estado em investir no abastecimento de água” (DAVIS, 2001, p.28)

As estruturas na manutenção desse fenômeno como climático, social e econômico se interligam e formam ciclos que caem sempre na já discutida atuação da “indústria da seca”. Na criação dos próprios órgãos de combate as estiagens ou de beneficiamento da condição econômica da região Nordeste do Brasil, não se percebem medidas significativas para resolução do problema, a não ser que em troca de favorecimentos e propagandas políticas.

O IFOCS, Instituto Federal de Obras contra as Secas, foi criado para ajudar a reduzir os efeitos das estiagens a partir de uma maior atenção e maior investimento do estado. É importante salientar a atuação do paraibano José Américo de Almeida, autor do romance *A Bagaceira*, que é considerado uma das obras inaugurais da escrita regionalista no modernismo brasileiro. Quando esteve no comando do órgão, no início da Era Vargas, e teve de encontrar meios de enfrentar a seca de 1932, José Américo se mostrou um profundo conhecedor do semiárido brasileiro, concentrando

investimentos na construção de obras públicas que poderiam armazenar água, além de dar devida atenção à questão dos retirantes que circulavam pelas estradas nordestinas buscando sobrevivência. Como de praxe no período, ele encontrou a resistência das elites políticas sulistas para aprovar projetos e destinar verbas para o combate à Seca na sua região de nascimento (VILLA, 2000, p. 142 - 143).

Os retirantes que ele tentou ajudar algumas vezes, aparecem representados na sua obra:

Tangidos pela seca, os retirantes vão andando devagar, olhando para trás como quem quer voltar. (...) Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo. A imagem configura a implacabilidade da força que os obrigara a partir; a nenhuma outra se curvavam. Homens do sertão, obcecados na mentalidade das reações cruentas, só se deixavam vencer pelo poder da seca, invulnerável à bravura sertaneja. E só a passividade com que os poderosos assistiam ao martírio periódico do sertão era capaz de levar descorajamento à raça ultriz. (ALMEIDA, 2004, p. 42).

A relação entre o sofrimento causado pela seca e a indiferença dos poderosos que tinham condições de fazer algo para amenizar tal situação é realmente uma constante nos relatos da literatura regionalista, mesmo que quando este relato é feito por um indivíduo que está num lugar de fala privilegiado nesta relação, um político do regime republicano que buscou usufruir do seu lugar de poder para escrever algo que denunciasse aquela situação de opressão sertaneja.

As contradições no trato com a Seca por parte dos governantes ajudaram a fixar a concepção de Sertão Nordestino como região-problema. O que dizer da SUDENE, Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste, e de sua sede construída em Recife com um espelho d'água ao redor, enquanto no interior do estado faltavam dinheiro e água para os moradores. Em fins do século XX, este órgão ficou marcado pelas denúncias de uso político, visando favorecimento eleitoral, mesmo com a péssima qualidade da água distribuídas aos sertanejos pelos caminhões-pipa alugados pela companhia (VILLA, 2000, p. 143).

Várias das reflexões aqui colocadas visam contribuir para um ensino de História que problematize a importância da Seca na definição e entendimento do sertão nordestino. A definição de Nordeste enquanto região está muito associada aos discursos envolvendo Sertão e Seca, sendo útil a este estudo fazer um aprofundamento destas relações para a construção do conceito de Nordeste e da

importância deste entendimento na busca pela aquisição ou fixação de uma consciência histórica por parte dos alunos.

1.3 - A visi/dizibilidade do Nordeste¹¹

A relação entre o Nordeste e às definições de sertão e seca caminham na mesma direção e possuem sentidos que acabam se completando, graças aos discursos que lhes dão sustentação. Para que se possa analisar o preconceito contra o nordestino, deve-se entender a construção do termo Nordeste. Objetiva-se fornecer ao professor de História mecanismos para combater a xenofobia a partir de uma abordagem mais estrutural, que demonstre como a negatividade e inferioridade associadas aos nordestinos, fazem parte de narrativas baseadas em achismos que andam lado a lado com interesses econômicos, e privilégios diversos.

No meio da historiografia brasileira das últimas décadas não se pode pensar na região Nordeste brasileira ou no que esta palavra representa quando pronunciada sem levar em consideração a obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Somada a outras contribuições literárias, esta obra constitui-se como base para analisar esta região do país a partir dos discursos que a compõem enquanto conceito, e seus possíveis significados, enveredando por caminhos muito além de sua definição geográfica.

Na obra supracitada, o autor coloca dentro das bases de sustentação destes discursos que narram o Nordeste, a própria passividade dos nordestinos como elemento constitutivo e de importante valor nesta relação. Fugindo da busca por uma verdade sobre o que realmente o termo significa, Durval Muniz se propõe a analisar, inclusive, porque muitos membros da elite nordestina se colocam como subordinados a um sistema que domina as relações de classe, fazendo com que essa condição de inferioridade se prolifere dentro das mais diversas falas que tratam a essência do nordestino.

Como, por meio de nossas praticas discursivas, reproduzimos um dispositivo de poder que nos reserva o lugar de pedintes lamurientos, produzimos e reproduzimos um saber em que sentimos prazer de dizer e mostrar que somos pobres coitados? Que masoquismo é esse que faz nos orgulharmos

¹¹ Ao prefaciar o livro *A invenção do Nordeste*, em sua 5ª edição (2011), Margareth Rago utiliza os termos visi/dizibilidade grafados desta forma, sendo que estes termos serão retomados por Durval Muniz em outros trechos da obra.

dessa discriminação, que faz aceitarmos felizes o lugar de derrotados, de vencidos? E, principalmente, o que leva uma classe dominante a se deleitar em afirmar sua impotência e se assumir como subordinada e independente? (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 31).

Para os discursos que narram a relação entre o Nordeste e as demais regiões, e entre os nordestinos e os demais brasileiros, a ligação se daria numa perspectiva hierarquizada, em escala vertical, onde um está por cima e o outro por baixo, sendo que cabe ao Nordeste estar sempre na posição inferior. Divulga-se uma ideia de que, para o nordestino, viver é sempre mais difícil, e esta condição, muitas vezes, é descrita como natural e imutável, fortalecendo a noção de existência de uma ideia em oposição à outra, e a condição de Nordeste como dependente da comparação com outros espaços, o que já sugere uma inferioridade de não “existir por si só”.

Frederico de Castro Neves analisa as representações do termo na historiografia brasileira ao escrever que “Nordeste é um conceito e, como todo conceito, não é inocente. Trata-se de uma construção histórica. Assim, é sempre preciso retornar a essa definição básica e tentar refazer o percurso de configuração deste conteúdo e seus conflitos e diferenças, destacando alguns pontos de referência” (NEVES, 2012, p. 1). Sabendo que esta região é narrada como conflituosa e diferente, conforme muito do que já foi escrito aqui, o Nordeste brasileiro traz consigo suas variações climáticas, suas habitações distantes e de difícil acesso, suas tarefas econômicas pouco rentáveis, e a falta de assistência de seus governantes para obter um significado que foi fortalecido dentro de diversos veículos de comunicação.

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizado como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 35)

Durval Muniz aprofunda o entendimento de que toda definição de região é histórica e está associada às muitas formas de se atribuir características a um espaço regional em diversos campos. As delimitações de uma região são construídas historicamente levando em conta critérios que são definidos pelos agentes humanos em sua relação com o espaço. Todos os campos que compõem a sociedade de uma determinada região são componentes que lhes dão significado e, para compreendê-

la, devemos entender as ações dos seres humanos na constituição das leis, nas relações entre quem manda e quem obedece, nas tradições que são mantidas entre a população e nas relações comerciais que geram ricos e pobres. A chamada rede de relações que fazem o Nordeste está interligada diretamente a outros conceitos aqui já discutidos, dando a este lugar uma inferioridade associada aos interesses que dominam as relações de poder e privilégios.

Não é demais lembrar que a economia colonial nordestina era baseada na cana-de-açúcar, que tinha prioridade sobre outras atividades, fazendo inclusive com que a pecuária e a cotonicultura fossem proibidas no litoral e deslocadas para o interior. Deste modo, dentro do período colonial, já se configuram privilégios sedimentados entre os próprios nordestinos, onde o morador litorâneo tinha atividades econômicas mais importantes no cenário nacional do que o sertanejo. Além do mais, em relação às outras regiões do Brasil, o Nordeste tem o aumento dessa inferiorização econômica dentro do século XIX, no auge do reinado da Rainha Vitória da Inglaterra (1837-1901), quando o capitalismo passa a dar as cartas no mundo e interfere diretamente no Brasil, parceiro comercial dos ingleses. A interferência britânica no Brasil se dá em virtude dos interesses no algodão nordestino onde esses atuaram diretamente num ato de sufocamento dos fazendeiros da região, buscando sempre vantagens comerciais, que eram simultâneas à destruição das lavouras de subsistência para plantar a matéria prima básica dos tecidos da época (DAVIS, 2001, p. 402/403).

A economia cafeeira do estado de São Paulo e seus vizinhos passa a atrair mais investimentos do que a lavoura açucareira, empobrecendo e colocando a economia do Nordeste em situação cada vez pior, sempre com predomínio das negociações inglesas sobre a região, o que faz Mike Davis utilizar os termos “colônia informal” e “virtual protetorado britânico” para se referir à passividade econômica do Nordeste durante o século XIX. Mike Davis ainda complementa sua análise com o termo “tripla periferização”, levando em conta, quanto ao Brasil, o “subdesenvolvimento do sistema financeiro em relação ao capital britânico; a posição econômica e política do Nordeste em relação a São Paulo; e a marginalidade do sertão no seio da política do estado em relação às elites agrárias do litoral” (DAVIS, 2001, p. 400). Chegamos, portanto, numa definição de Nordeste baseada nas relações econômicas desta região dentro de seu território e em relação ao restante do país.

Esta região é definida a partir do quanto ela vale e de quanto ela poderia render economicamente, se comparada a outros modelos capitalistas nacionais e internacionais.

Dentro do estudo do termo *seca* enquanto palavra dotada de um significado que foi lhe foi atribuído conforme o tempo e os processos históricos, pode-se entender como o Nordeste é associado à falta de chuvas e à pouca água, “numa tentativa do pensamento geográfico brasileiro em delimitar espacialmente a pobreza relativa à seca” (NEVES, 2012, p. 5), além do papel de algumas obras da literatura brasileira em tratar deste espaço do Brasil como indissociável das estiagens dentro do seu enredo principal, mas também nas ações governamentais de criação de órgãos específicos para tratar a falta d’água e seus efeitos.

O Instituto Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) recebeu essa nomenclatura em 1919, durante o governo presidencial do paraibano Epitácio Pessoa, que em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, em 3 de dezembro daquele ano, “acabou surpreendendo ao mundo político com um amplo programa de obras para enfrentar as secas no Nordeste” (VILLA, 2000, p. 127). Entretanto a forte oposição dos deputados paulistas se fez notar em discursos que colocavam as obras contra as secas como empreendimentos para os quais não haviam recursos, além do fato dos habitantes do Nordeste não terem “instrução agrícola” para valorizar a irrigação (VILLA, 2000, p. 128). O IFOCS, inclusive, é o órgão que possibilita as primeiras definições oficiais do Nordeste enquanto região do Brasil, e não apenas como um território indefinível entre o norte e o leste, pois, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, é a partir do registro legal deste espaço como sendo peculiar e merecedor de uma atenção própria em que “vai se articulando toda uma produção cultural em torno desta ideia de Nordeste, tornando este espaço visível e dizível, tornando esta designação um conceito em torno do qual se articulam demandas econômicas e políticas e se elabora um conjunto de narrativas e símbolos que o vão definir (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 100). Ou seja, o Nordeste enquanto região do Brasil surge relacionado com a temática da seca e a preocupação com as consequências negativas deste fenômeno.

Não apenas nos nomes dos órgãos públicos, a regionalização do Brasil segue algumas definições oriundas da escrita de alguns autores. Frederico de Castro Neves considera que a obra de Gilberto Freyre é muito importante para uma compreensão

do que seria o Nordeste dentro do início do século XX. Embora ainda dentro de um contexto que associava a região ao seu comércio açucareiro, Gilberto Freyre propunha uma definição muito mais associada a outros aspectos históricos que levavam em consideração a miscigenação de culturas, o acesso ao conhecimento e o caráter revolucionário de alguns estados da região. “No *Manifesto Regionalista*, de 1926, Gilberto Freyre defende que talvez não haja região do Brasil que exceda o Nordeste em riqueza e tradições ilustres e nitidez de caráter” (NEVES, 2012, p.4). É perceptível, a partir desta referência, que sertão e Nordeste parecem possuir a mesma simbologia, de um espaço com representações culturais e práticas tradicionais que pertencem unicamente aquele lugar e que se aproximam de um sentimento identitário que só é compreensível por quem participa daquelas atividades.

Ainda segundo Frederico de Castro Neves, para Gilberto Freyre havia na vida e paisagem daquele espaço algo que diferia largamente dos locais vizinhos e que serviria para rotular aquela região como merecedora de uma classificação territorial própria. “Essa nova delimitação escapava da amplitude evocada pelo impreciso “Norte”, que expressava uma territorialização incipiente, originária do Império, insuficiente para demarcar ou descrever as fronteiras internas do Brasil no período de consolidação da República” (NEVES, 2012, p. 6). Ao referir-se ao Nordeste como espaço diferenciado, mesmo que pelo declínio de suas atividades agrícolas, Freyre ressalta que essa queda só é possível porque um dia a agricultura nordestina esteve num patamar superior. Daí a necessidade do autor “esboçar a fisionomia daquele Nordeste agrário, hoje decadente, que foi, por algum tempo, o centro da civilização brasileira” (FREYRE, 1989, p. 17).

Numa era de rápida e intensa circulação de informações, são essas definições de Nordeste que ainda vemos ecoar na contemporaneidade em diversos veículos midiáticos. No espaço televisivo, que ainda atrai mais a população brasileira do que a leitura, vemos corriqueiramente a representação no Nordeste sertanejo, de condição rural, do contato intenso com a natureza e da lida com a seca, em muitos desses enredos e, são essas imagens que se fixam e passam a dominar o imaginário da população sobre esta região. As tramas que tratam o Nordeste televisivo geralmente são gravadas em cidades pobres da região, buscando sempre associar este espaço as mesmas características historicamente consolidadas como pertencentes a este

local. Podemos citar a cidade de Cabaceiras, na Paraíba, onde foram gravados mais de vinte filmes sobre a região e conhecida como a “Roliúde Nordestina”¹².

Um dos longas produzidos nesta cidade e tido como uma das grandes representações de Nordeste em fins do século XX, é o filme *O auto da compadecida*¹³, baseado na obra teatral de Ariano Suassuna, e que posteriormente virou minissérie. O autor paraibano é definido por Durval Muniz como “um dos inventores do Nordeste como espaço da tradição e da saudade”, dentro da obra ficcional que cria para narrar a região. O Nordeste que aparece nas peças de Ariano Suassuna,

é espaço com saudade de uma dominação tradicional, de códigos sociais e de valores patriarcais. Nordeste que reage ao presente, à sociedade capitalista, como motivo de todos os seus males, atrasos, misérias e injustiças, e que sonha com a volta ao passado. Um Nordeste contra a história e a favor da memória. Nordeste, sofisticada maquinaria imagético-discursiva voltada para a conservação, para a reação ao novo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 194).

Percebe-se ao analisar o conteúdo das obras do dramaturgo, que há um esforço conservador em narrar o nordeste popular, arraigado às características do passado, que não é espaço para novidades e que mantém suas instituições praticamente intactas, onde o povo não se seduz com a modernidade e a tecnologia, adquirindo para aquele espaço um valor simbólico imensurável.

Após todas essas construções em torno do que seria o Nordeste, vê-se ecoar na contemporaneidade diversos atos que inferiorizam a condição do nordestino e de sua região. De algum modo, essas definições pejorativas foram construídas dentro do processo histórico. Os processos eleitorais que visavam a escolha dos presidentes do Brasil em 2014 e 2018 são exemplos desse comportamento de ódio atribuído a um povo de uma região e sua opção política. No primeiro desses pleitos, uma rede social chegou a reunir em um de seus perfis, diversas frases contra nordestinos, tendo em vista o apoio do povo desta região a determinada candidata¹⁴. A insatisfação por ver que o jogo democrático possibilita a escolha de representantes que não coadunam com sua vontade individual motivou pessoas de diversos estados, inclusive do próprio

¹²<http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/t/edicoes/v/patrimonio-historico-e-cultural-da-cidade-de-cabaceiras-agora-e-protetido-por-lei/6411574/>. Acesso em 21 de janeiro de 2020, às 15h53.

¹³ O AUTO DA COMPADECIDA. Direção de Guel Arraes. Rio de Janeiro: Lereby Produções e Globo Filmes, 2000. Duração: 104 min.

¹⁴<https://tribunadoceara.com.br/noticias/politica/rede-social-reune-frases-de-preconceito-contra-nordestinos-por-conta-de-apoio-a-dilma>. Acesso em 15 de janeiro de 2020, às 14h59.

Nordeste, a utilizarem o discurso de ódio contra a região e seus habitantes. Dentre as principais generalizações feitas nesse período, estava a associação do povo nordestino a um programa social de auxílio a renda, e a falta de coragem dos habitantes de Nordeste para o trabalho, que seria um dos motivos de votar em candidato que dava uma quantia mensal em dinheiro às famílias mais pobres. Temáticas da contemporaneidade que são pertinentes a um trabalho desconstrutor de estereótipos que pode ser realizado em sala de aula.

Durval Muniz, em seu livro *Preconceito contra a origem geográfica de lugar* (2007, p. 106), afirma que há quatro temáticas fundamentais que, no século XX, passam a construir o imaginário em torno Nordeste a partir de sua relação com o sertão: A seca, o coronelismo, o cangaço e o messianismo ou fanatismo religioso. Os alicerces do preconceito contra nordestinos estariam, segundo o autor, amparados nesses temas que fortalecem uma negatividade atribuída a esse povo, e os inferioriza dentro de uma comparação que visa manter outros indivíduos como superiores e detentores de privilégios, sendo estes indivíduos os agentes da divulgação destes preconceitos.

Se a invenção do Nordeste se baseia em discursos, “vai se operar nestes discursos com um arquivo de clichês e estereótipos de decodificação fácil e imediata, de preconceitos populares ou aristocráticos, além de “conhecimentos” produzidos pelos estudos em torno da região (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 90). Dessa facilidade e simplicidade em definir a região com poucas palavras, que são geradas com pouco ou nenhum conhecimento, e baseadas em generalizações e achismos, se consolida uma prática preconceituosa que ainda hoje é manifestada contra o Nordeste e seu povo. A dizibilidade criada para o Nordeste vai sempre ser pautada em elementos de rápida associação, sem nenhuma preocupação com o fato de muitos destes elementos estarem associados à vinda de uma negatividade para a região.

Conhecendo os pilares nos quais os preconceitos contra os nordestinos se apoiam, será mais fácil desconstruir suas bases e provar que elas se sustentam em ideias vagas. Para o trabalho em sala de aula, essa atividade possibilitará que os jovens despertem para a busca de um conhecimento que estimule a curiosidade para a origem de outras formas de manifestação preconceituosa, tornando-os combatentes por uma sociedade mais inclusiva.

CAPÍTULO 2 – Preconceito contra o nordestino e sua necessária superação

Se, como professores de História, pensarmos o sertão nordestino como um espaço construído e descrito pejorativamente em diversos veículos formadores de opinião, ao longo do tempo de formação da nacionalidade e das regionalidades em nosso país, e problematizarmos essa questão com nossos alunos, iremos nos deparar com a necessidade de valorização de nosso lugar, em comparativo com outras regiões brasileiras. Muitas vezes, os sertanejos são colocados em rótulos que refletem essa necessidade de valorização, tendo em vista discursos depreciativos criados e baseados em definições superficiais.

Todo conceito é uma criação histórica, isto é, uma definição que é construída e solidificada no tempo pelos agentes históricos que vivenciam determinados processos, sendo dependente, na maioria das vezes, dos interesses dominantes. Com esta análise, podemos entender que o sertão nordestino, enquanto lugar ou objeto passível de compreensão, é fruto de inúmeras vivências humanas que foram condicionadas, no tempo, a definir determinado espaço ou as práticas que ali se desenvolvem. Por conseguinte, se essa definição conceitual gera preconceitos e reforça privilégios de determinados grupos em relação a outros, mantendo assim, uma relação de exclusão, a própria tarefa dos que educam e ajudam a formar o processo histórico contemporâneo é desconstruir preconceitos e promover a inclusão e a tolerância.

O ensino de História dos dias atuais em nosso país ainda coloca diversos desafios à tarefa do professor que pretende cumprir as premissas supracitadas, dificultando a conscientização de grupos nordestinos que foram e são imensamente importantes para a formação e consolidação da economia, sociedade e cultura brasileiras, mas que, outrora, foram marginalizados e inferiorizados, algumas vezes por conta de sua origem e sua classe.

No tocante a combater os preconceitos contra o nordestino e entender o espaço sertanejo como um recinto crucial para a consolidação do Brasil e do que é ser brasileiro, o ensino de uma história a partir do sertão para as novas gerações torna-se imprescindível. O Brasil é um país múltiplo e variado, sendo impossível nos referirmos a um povo homogêneo quando tratamos as questões nacionais. As regiões e seus estados também são, mas essa variedade de cores, credos e raças é, muitas

vezes, silenciada por discursos que pregam um elitismo e protagonismo de determinados grupos ligados ao domínio econômico, associado, muitas vezes, ao sul do país. Também, a uma pureza racial que ainda se baseia em teorias do início do século XX, ou ao fato do simples 'eu sou superior a você, mesmo que eu não tenha critérios científicos ou argumentos para provar isso, mas eu me acho superior e isso já basta'.

Exemplos que ilustram preconceitos diversos são cada vez mais recorrentes em nosso meio e demonstram resquícios de uma sociedade que foi alicerçada na base do privilégio colonialista. Temos o desembargador que, ao ser multado por não cumprir uma medida sanitária obrigatória de usar máscara, acaba chamando o guarda de analfabeto¹⁵. Temos a mulher que alega a superioridade do marido em relação aos fiscais sanitários com a frase: "Cidadão, não. Engenheiro civil, formado. Melhor do que você"¹⁶. E temos, ainda, o morador de condomínio de luxo que ofende a esposa e alguns policiais na grande São Paulo e justifica ser maioral pelo fato de morar em Alphaville¹⁷, e o homem que aponta para a própria pele ao ofender um entregador, dizendo "você tem inveja disso aqui"¹⁸.

Casos como estes são comuns nas relações históricas do povo brasileiro, mas, atualmente, são registradas e divulgadas com maior frequência, além de ganhar maior repercussão pelo advento da tecnologia e a ampliação do acesso à internet. Preconceitos baseados numa estereotipação ocorrem histórica e recorrentemente na sociedade brasileira, e muitos relatos e exemplos também dão conta de uma suposta inferioridade do nordestino, do sertanejo, rotulados e generalizados para manter determinados interesses.

Se o trabalho do professor em sala de aula puder mostrar como estes preconceitos são alicerçados em narrativas de determinadas épocas e não se sustentam em definições lógicas, poderemos incentivar uma geração mais consciente, que combata os discursos preconceituosos e seja mais tolerante às possíveis

¹⁵ <https://oglobo.globo.com/sociedade/desembargador-de-sp-rasga-multa-por-nao-usar-mascara-cham-a-guarda-de-analfabeto-24540488>. Acesso em 12 de agosto de 2020, às 14h35.

¹⁶ <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/07/05/fiscais-sofrem-ataques-ao-reprimir-aglomeracoes-em-bares-do-rio-veja-flagrantes.ghtml>. Acesso em 12 de agosto de 2020, às 14h42.

¹⁷ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/31/morador-de-condominio-de-luxo-de-sp-suspeito-de-violencia-domestica-e-detido-apos-ameacar-e-xingar-pm-de-lixo-veja-video.ghtml>. Acesso em 12 de agosto de 2020, às 14h48.

¹⁸ <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/07/entregador-registra-boletim-de-ocorren-cia-apos-sofrer-ofensas-racistas-em-condominio-de-valinhos-video.ghtml>. Acesso em 12 de agosto de 2020, às 14h52.

diferenças do próximo. Embora haja consciência de que há muitas heterogeneidades entre os povos e regiões brasileiras, e que também ocorrem inúmeras problemáticas neste imenso território do Nordeste brasileiro, poderemos mostrar que o sertão nordestino não é um ambiente único e imutável conforme determinadas fotos ou pinturas produzidas sob determinado ângulo, e que o povo desta região não pode ser definido apenas por uma condição de ignorância, miséria e sofrimento, conforme determinada narrativa. É essencial gerar estes questionamentos e discussões para os jovens de hoje em dia.

2.1 - Preconceito contra o Nordeste: Um processo

O Brasil foi formado num processo colonizatório desencadeado a partir do século XVI. Esta afirmação, por si só, já dá sustentação ao fato de nossa nação ter, historicamente, sido formada de acordo com a sociedade patriarcal e o mandonismo¹⁹, numa hierarquia de funções e valores na colônia, traduzidos na religião, idioma, critérios raciais, sociais e econômicos tidos como mais valiosos que outros. O preconceito contra o Nordeste está dentro deste processo histórico de colonização e, posteriormente, com a independência em 1822, estes aspectos influenciaram a formação de padrões que deveriam ser ideais para a população nacional, o que leva a excluir alguns padrões colocados como inaptos.

Mesmo na segunda década do século XXI, ainda é perceptível em parte da sociedade brasileira, o ódio manifesto contra determinados grupos, sendo os nordestinos um dos preferidos entre os alvos de práticas xenofóbicas²⁰. Raízes tão sólidas e duradouras só podem ser explicadas a partir de um amplo levantamento histórico, que pense o preconceito contra o nordestino a partir de suas características estruturais, buscando analisar as origens dos termos e ideias que dão sustentação a este modelo de intolerância que foi capaz de atravessar séculos e ainda resistir com tamanha força num momento histórico de exaltação da tolerância à diversidade.

O Nordeste enquanto região brasileira, também é uma designação fruto de um processo histórico, bem como a ideia de ser nordestino. Com base nisso, sabemos

¹⁹ <https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/sociedade-colonial-brasileira>. Acesso em 18 de março de 2021, às 14h19.

²⁰ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/02/24/negros-e-nordestinos-sao-principais-vitimas-de-discriminacao-em-sp.htm>. Acesso em 23 de setembro de 2020, às 10h56.

que os preconceitos também são fruto destas mudanças e permanências históricas, e são gestados e fortalecidos no tempo e espaço, utilizando algumas premissas para sua justificação. É necessário que se entenda como se forma esta aversão à nossa região.

Um dos livros que discute esta questão, e que pode contribuir para o trabalho do professor que busca promover questionamentos às bases nas quais se solidificam as generalizações em torno do Nordeste, é o livro *Preconceito contra a origem geográfica de lugar: as fronteiras da discórdia*, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007). Esta obra traz análises que enriquecem a discussão proposta, em torno das narrativas sobre a formação do Nordeste e das ideias preconceituosas que são imediatamente associadas aos habitantes desta região, quando pensadas a partir da literatura, música, práticas instituídas como o coronelismo, messianismo e cangaço, ou de conceitos chaves como o sertão e a seca. Aqui, a tarefa passa a ser a de não definir os termos em si, mas entender como estes termos acabam fortalecendo as características pejorativas em torno do nordestino, fortalecendo preconceitos.

O autor faz uma argumentação em torno do que gera diversas objeções quanto à figura do sertanejo e do nordestino, e tenta mostrar que esta região do Brasil parece, dentro de alguns discursos, ter o monopólio de problemáticas que também existem em outros lugares, mas que são primariamente lembradas quando se pensa o Nordeste, principalmente dentro da ótica sulista de ver as demais regiões (p. 90). Ele alerta para o fato da construção da ideia de Nordeste, que nem sempre existiu, mas que, mesmo antes de sua colocação oficial como região brasileira, na década de 1910, o espaço já era um lugar associado a problemas.

A seca de 1877-1879 é um marco divisor nesta abordagem. Seus efeitos severos para a produção agropecuária, prejudicaram tanto a população menos abastada, quanto as elites locais, que tinham alguma preponderância econômica ligada à agricultura e criação de gado, já que houve a diminuição massiva dos rebanhos e a quase nulidade das colheitas no mencionado triênio. Além do mais, o momento econômico brasileiro já era desfavorável à pecuária, à cotonicultura e ao cultivo da cana-de-açúcar, em detrimento da expansão das lavouras cafeeiras do sul do país, o que faz com que os mandatários locais passem a repercutir a estiagem no intuito de atrair atenção dos investimentos federais para a região.

Durval Muniz (2007, p. 91) identifica fatores que contribuem para o surgimento de preconceitos, quando coloca que a divulgação de fotografias, discursos, e até das primeiras obras literárias que retratam o ocorrido durante a seca de 1877-79, acabam enaltecendo a dificuldade e a miséria que seriam atribuídas aos habitantes daquele sertão por muitos discursos posteriores, como se a região fosse composta majoritariamente por essas relações. “O nordestino sofrerá muitos dos preconceitos de que é vítima por estar associado a estas imagens e a estes tipos: o nordestino será visto, quase sempre, como um retirante, um flagelado ou um cangaceiro em potencial” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 94). O autor ressalta, ainda, que esta forma de divulgação do sofrimento serve como arma para os indivíduos que dominavam a economia e, conseqüentemente, a política local, na tarefa de atrair recursos que seriam manipulados por eles próprios.

Boa parte dos jovens, que compõem as salas de aula das escolas do Nordeste brasileiro, talvez nunca tenha tido contato direto com os efeitos da seca, talvez nunca precisem migrar para o sul do país, e, talvez, nem saibam a fundo o que significa o termo cangaço ou seu modo de funcionamento. Entretanto, é importante que eles saibam que podem ser taxados como flagelados, retirantes ou cangaceiros, mesmo estando em condições de vida bem diferentes, em ataques que são proferidos à distância, utilizando a internet²¹. É necessário que estes jovens possam conhecer as origens destas generalizações para que, dotados de consciência histórica, possam atuar na desconstrução destes preconceitos, promovendo uma sociedade menos excludente e desigual.

Nesta atuação de ressignificar definições e questionar discursos, fica claro que a seca é um fator que fortalece a aversão ao sertão nordestino, pois, foi historicamente associada à dependência, e a reverberação dessa compreensão viria de outras localidades brasileiras. Diversas vezes, as práticas discursivas criticam o sertanejo pobre afetado pelas estiagens e não mencionam os interesses das elites regionais com a escassez de água, conforme afirma Durval Muniz em outra obra:

Se, no final do século XIX, as elites do Norte reivindicam estradas-de-ferro, estas são apresentadas como solução para as secas; se querem estradas de rodagem, estas se tornam solução para a seca; se hoje as elites do Nordeste querem a instalação de Zonas de Exportação, elas são também apresentadas como solução para a seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 243).

²¹ <https://extra.globo.com/noticias/brasil/nordestinos-sao-atacados-nas-redes-sociais-apos-resultado-d-o-primeiro-turno-23138104.html>. Acesso em 17 de agosto de 2020, às 15h08.

A seca e sua necessidade de resolução, que nunca acontece, parecem justificar toda a dinâmica da vida nordestina, e passa a caracterizar um povo sob a pecha da inutilidade. “Neste discurso, muitas vezes, o nordestino é apresentado com aquele que vive às custas dos impostos pagos pelos contribuintes de outras regiões do país, sanguessuga dos cofres públicos, que, retorno nenhum daria ao país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 95).

A necessidade constante de recursos das autoridades governamentais do país para ajudar no combate aos efeitos das estiagens parecem dar ao Nordeste e ao seu povo, o monopólio da corrupção e do mau uso do dinheiro público, como se isso fosse uma exclusividade deste espaço. Não se pode negar que são práticas de corrupção que acentuam os problemas nordestinos, já que a própria seca não é um fenômeno somente natural, mas político e social, sendo que a própria indústria da seca demonstra como a má gestão dos recursos públicos parece eternizar as problemáticas decorrentes da falta d'água. Entretanto, generalizações improcedentes como esta contribuem para a exclusão e intolerância em tempos onde devemos buscar modelos educacionais inclusivos e de convivência tolerante.

A exclusividade da dependência é descrita como sendo do povo pobre do sertão, e a inutilidade seria outra característica do nordestino, de acordo com estas definições que remetem a indivíduos que não servem para ajudar no desenvolvimento do país, narrativas que mostram um desconhecimento profundo da contribuição histórica dos habitantes do sertão do Nordeste nas atividades econômicas que deram sustentação a outros locais, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde estas pessoas, ao chegarem, são genericamente tratadas por “baianos” e “paraíbas”, como se estes termos fossem suficientes para classificar todos os indivíduos do espaçoso e variado Nordeste.

A estereotipação em torno da figura do nordestino questiona, em diversos momentos da história do nosso país, a sua capacidade para executar determinadas tarefas. A própria constituição em torno da figura do “baiano” remete a necessidade de mão de obra nacional para trabalhar em tarefas menos privilegiadas, além de auxiliar nas lavouras cafeeiras e também nas primeiras indústrias localizadas no sudeste brasileiro a partir das décadas de 1920 e 1930. Um grande afluxo de pessoas nascidas na Bahia começa a chegar em São Paulo, ainda num momento em que o

branqueamento da população era desejado, tendo em vista a influência da imigração europeia. As levas de migrantes de cor parda e negra passam a disputar espaço e empregos com os sulistas, o que faz com que esse duelo solidifique as generalizações em torno de todas as figuras oriundas do Nordeste, sob a denominação de “baianos”. Neste momento histórico, para boa parte dos habitantes de São Paulo, este termo:

“remete a uma população negra, pobre, dedicada as atividades menos valorizadas no mercado de trabalho, como aquelas ligadas à construção civil, ao comércio informal, aos empregos domésticos e que cultivam hábitos e costumes vistos como pouco civilizados, rudes, em descompasso com a polidez e os códigos que regem a civilidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 98).

Percebe-se como a figura do “baiano” nasce, em território sulista, marcada pelo preconceito que representava além de outras coisas, algo que contradizia o modo de vida organizado e até requintado, que era cultuado e desenvolvido pelas elites paulistanas. Dentro das disputas nas quais os nordestinos embarcavam em busca de emprego e oportunidades, era importante para aqueles que já detinham privilégios dentro daqueles ambientes fortalecer as formas usadas para manter a sua dominação, mesmo que, para esse fim, fosse necessário diminuir os seus concorrentes sob as pechas da ignorância que não serviriam aos moldes adequados daquela região.

Na contramão dos discursos que defendem a existência de uma superioridade ligada à origem geográfica, aos poucos, devem surgir narrativas que coloquem o nordestino em condição de igualdade com os demais, também se baseando em construções históricas. Posições como a da apresentadora de um famoso telejornal brasileiro, que manifestou em cadeia nacional o orgulho de ter nascido no estado da Paraíba²², tornam-se suporte para um empoderamento dos jovens nordestinos, que passam a se ver representados em espaços de formação de opinião. Entretanto, posturas como essa ainda são escassas, ou permanecem ocultas sob a atuação de grandes personagens da cultura brasileira que, muitas vezes, nem sabemos que são nascidos no Nordeste.

Esse silenciamento e/ou negação existem desde as primeiras definições territoriais que se tem em torno da mencionada região e encontram suporte na atuação de algumas parcelas ricas da sociedade nordestina do início do século XX, período

²² <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/sou-paraiba-com-muito-orgulho-diz-ancora-que-apresentou-jornal-nacional>. Acesso em 20 de agosto de 2020, às 14h21.

onde se começa a pensar um lugar entre o Norte e o Leste, que tinha características específicas, sendo, as principais, associadas ao declínio e à decadência. Os primeiros intelectuais que apontam um significado para o território nordestino, estimulam preconceitos à medida que

“vão articular toda uma produção cultural em torno desta ideia de Nordeste, tornado este espaço visível e dizível... (...) O Nordeste já nasce pensado como um espaço que está ficando para trás no processo de desenvolvimento do país, uma área que representaria o que chamavam de uma civilização em vias de desaparecer” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 100).

A ideia predominante nas regiões associadas ao café, principal produto de exportação do Brasil no início do século XX, possibilita aos indivíduos dos estados considerados produtores, uma proximidade ideológica com o comércio, o moderno, e o que seria voltado para o futuro e visava o crescimento através da inovação. Já o Nordeste seria atrelado a padrões antigos e ultrapassados, também pelo fato da sua população estar ligada à zona rural, sem nenhuma perspectiva industrial ou tecnológica, e indissociável do rótulo do atraso. Os migrantes que rumavam para São Paulo eram, em sua imensa maioria, habitantes do campo, tendo muita dificuldade de se adaptar e se afirmar dentro dos costumes, regras e padrões de vida vigentes na sociedade elitista que era pretendida no sul do país. Esse fator também contribui para que fossem solidificados preconceitos em torno do sertão nordestino como se fosse um espaço a ser superado.

Neste espaço de disputas entre regiões nacionais, motivadas por fatores políticos e econômicos, mas que reverbera em outros campos, podemos perceber que a própria produção do conhecimento histórico é afetada, quando a História do Brasil é associada aos trabalhos que se referem às temáticas do sul, ou como afirma Durval Muniz,

“quase sempre, as elites paulistas falam em nome da nação, do mesmo modo que os historiadores paulistas, mesmo falando de sua cidade, fazem história nacional, e os nordestinos, escrevendo sobre os nove estados, fazem história regional, divisão do trabalho intelectual, que repercute a divisão de poder em nível nacional entre os diferentes espaços e elites econômicas, políticas e intelectuais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 105).

Os preconceitos associados à desvalorização da diversidade regional do país existem em diversos aspectos, inclusive no campo intelectual. Atuar na contrariedade

desta corrente, promovendo trabalhos que sejam cada vez mais compromissados com a valorização do Nordeste enquanto temática, é uma tarefa que poderá fazer jus à contribuição histórica de nossa região para a formação e consolidação de um país rico em tradições e vivências diversificadas.

A literatura brasileira foi importante para a afirmação e registro das identidades nacionais, e por fazer análises em torno da sociedade vigente em cada época. Se no século XIX, as principais obras literárias surgem no ideário de escrita em torno de um modelo de país, como nos escritos de Gonçalves Dias e José de Alencar, durante o século XX este modelo de escrita se dedica a tratar os aspectos locais do espaço regional brasileiro e sua população. Ele sai de uma definição do todo, para se debruçar sobre as partes.

Foi nessa busca por reconhecimento que o campo literário regionalista procurou atuar no fim do século XIX, colocando os indivíduos nordestinos como partícipes na representação do povo brasileiro, e também na transição de séculos que culminaria com a literatura regionalista de 1930, promovendo as peculiaridades sertanejas ao posto de objeto merecedor de debate nos espaços intelectuais. Entretanto, boa parte das obras deste regionalismo acabaram por contribuir para uma estereotipação do sertão nordestino enquanto espaço uníssono de dificuldades e problemáticas, se adequando a muitas ideais pejorativas já discutidas aqui.

Se as primeiras menções ao Nordeste enquanto região do Brasil surgem no início do século XX e são feitas a partir da abrangência da seca, as temáticas sertanejas passam a atrair atenção de escritores que colocam para o leitor, mesmo que inconscientemente, toda essa imensa e variada região dentro das mesmas características que viriam a contribuir para taxações generalizadas. O sertão nordestino que aparece para os consumidores destas obras, que estão em outras partes do país e do mundo, é um lugar que não traduz vida, pois, seus habitantes são, diariamente, convidados a sobreviver superando adversidades que aquele ambiente lhes impõe. E a própria paisagem, afetada pela estiagem, remete a um local desprovido de beleza e que geraria estranhamento se diferente fosse e, como complementa Durval Muniz,

“esta imagem é tão poderosa que, muitas vezes, presenciei visitantes do sul do país, ao chegarem pela primeira vez ao Nordeste, se espantarem por encontrar a vegetação verde. Muitos ficam a procurar as terras gretadas, os cactos e as caveiras de animais mortos pela seca, que são imagens símbolo

da região, elementos que compõem o que se convencionou ser a paisagem nordestina, construída pelas narrativas literárias, com suas ilustrações, pela pintura, ou pelo cinema de temática nordestina” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.106).

A seca é o primeiro dos quatro fatores que, segundo Durval Muniz, passa a representar o Nordeste dentro do imaginário de quem fala sobre esta região e quer defini-la de forma simples e rápida. Os privilegiados pelo domínio deste espaço passam a reforçar estes discursos e até contribuir para a manutenção das estiagens, alimentando a já comentada indústria da seca, que tem em vista o benefício próprio dos donos de terras, comerciantes prósperos nas cidades do interior, e principalmente da classe política. Entretanto, outros fatores também são utilizados para definir o nordestino de uma forma simplista e contribuem nos preconceitos contra este povo.

O segundo elemento definidor do nordestino como ser inferior é o cangaço. As atuações de bandos armados que percorriam o sertão saqueando, matando, e aterrorizando populares e autoridades, principalmente no início do século XX, ganharam os noticiários e passaram a ser símbolo de um povo que seria ligado à violência e à ignorância. A proximidade com um nordestino passa a ser um motivo de atenção, principalmente nos espaços do sul que passam a ser habitados por migrantes, merecendo atenção constante das autoridades e dos próprios moradores nativos que agem com desconfiança diante de possíveis seres influenciados pelo banditismo rural. “Até os anos 70, em São Paulo, encontramos notícias, nos jornais, que dão conta da repressão que a polícia fazia aos forrós ou a qualquer ajuntamento de nordestinos, na cidade, porque nestas ocasiões, o receio era que houvesse violência e crimes de morte” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 109).

Dentro desta ótica, a ideia que é passada neste imaginário diz que a atuação de malfeitores na zona rural era mais uma exclusividade nordestina, como seria a seca, o atraso, a ignorância, ou que, pelo menos no Nordeste, essas situações seriam mais acentuadas e merecedoras de uma segregação, que mantivesse estes costumes impróprios longe de uma pretensa civilidade sulista.

Esta ideia de monopólio sobre uma característica que seria negativa e diminutiva das aptidões humanas, também é perceptível no fortalecimento dos estereótipos em torno do povo nordestino com base no coronelismo - terceiro elemento - e nas formas de atuação de seus protagonistas. Entretanto, a atuação dos chefes locais, proprietários de terra, que dominavam a política e mandavam no

contexto local também não é uma exclusividade do Nordeste. Todavia, esta característica é atribuída à totalidade do povo desta região e,

“O nordestino, visto também como homem rural, herdará da figura do coronel, ao mesmo tempo, esta imagem de ser um personagem de outros tempos, um personagem sempre em atraso com a modernidade, um homem bronco, rude, autoridade, violento, discricionário, politicamente primário, incapaz do ponto de vista da gestão pública, dedicando-se apenas à troca de favores, ao personalismo e ao nepotismo...” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 100).

Mesmo que inúmeros nordestinos tenham ocupado posições de destaque no cenário brasileiro, sem necessariamente agir de acordo com as práticas coronelistas, muitos olhares generalizantes foram lançados sobre os habitantes desta região, principalmente em momentos e ambientes marcados pelas disputas de cargos e funções que denotam poder. O comportamento da maioria dos coronéis televisivos, retratados por personagens de telenovelas que tem o Nordeste como cenário principal, contribui para o fortalecimento de práticas discursivas que dão ao povo nordestino a alcunha de “mandão”, baseado numa autoridade violenta e corrupta, capaz de inúmeras ações para conseguir realizar seus anseios.

O quarto fator que, segundo Durval Muniz, contribui para taxações preconceituosas em torno da regionalidade nordestina, é o fanatismo religioso. O forte teor apelativo para poderes divinos e miraculosos que são retratados em diversos discursos sobre a cultura nordestina, acabam atuando como elemento inferiorizante de uma população que teria uma vida voltada para a religião, rompendo com os ares da modernidade que o estado laico propunha no início da república brasileira. Durval Muniz chega a citar a Sedição de Juazeiro²³, ocorrida em 1914, para exemplificar um fato utilizado em outras regiões do país no intuito de mostrar um povo disposto a matar e morrer pela sua devoção, tornando-se perigoso a uma convivência social civilizada.

“O nordestino passa a ser marcado pela figura do beato ou da beata, homens e mulheres à beira da insânia em suas crenças, cheias de superstições e credices que misturavam, desordenadamente, elementos religiosos de matrizes culturais diversas, sincretizando crenças católicas, com crenças animistas ou fetichistas de origem africana ou indígena” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 112).

²³ <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/revolta-de-juazeiro-povo-pega-em-armas-sob-ordens-do-padre-cicero.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2020, às 15h59.

Um povo que seria influenciado diretamente por ideologias religiosas e utilizava a fé para justificar todos os fatos da vida cotidiana, parecia descontextualizado de um momento de afirmação de valores menos dogmáticos na sociedade brasileira. Em muitas narrativas preconceituosas, o povo do sertão, que demonstrava intensa devoção aos credos religiosos, era colocado como possuidor de uma menor capacidade de compreensão de mundo, sendo mais vulnerável à alienação e, portanto, sendo menos capaz de assumir determinadas funções ou executar atividades, nas quais, tinha habitantes de outras regiões como concorrentes.

A inferioridade passa a designar o nordestino e acompanhá-lo dentro do processo histórico nacional. Esses quatro elementos, a seca, o cangaço, o coronelismo e o fanatismo religioso, são condicionantes de diversas capacidades nos discursos produzidos e passam a caracterizar a totalidade nordestina dentro de outras regiões. São adjetivações que possuem algo em comum e parecem inibir a possibilidade de superação de uma possível condição de atraso. “Todas elas remetem o nordestino para ser elemento de uma sociedade rural, atrasada, pobre, rústica, de relações sociais violentas e discricionárias” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 113). Se essas práticas discursivas foram construídas através do tempo histórico, elas são passíveis de desconstruções que também sejam orientadas pelas ações humanas no tempo, visando releituras e ressignificações. É esta tarefa que também se propõe aqui, de mostrar aos jovens da educação básica a sua capacidade de ressignificar ideias e termos que se solidificaram no tempo histórico, mas são passíveis de adaptações e mudanças, pois, são os sujeitos históricos que dão significado aos conceitos, e estes alunos devem ser preparados para ser os protagonistas do futuro.

Entretanto, esse processo de dissolução de preconceitos parece ser cada dia mais longo e árduo, num momento político e social que caminha na contrariedade da mudança, buscando conservar padrões já solidificados, ainda que retratem intolerância e exclusão. E o que dizer de uma dupla inferioridade, de quem nasceu na região Nordeste do país e, ainda por cima, ainda é considerada inferior e menos capaz de executar determinadas funções pelo seu gênero?

A mulher nordestina, se levarmos em conta alguns discursos literários e artísticos do século XX, parece não existir como protagonista dentro da realidade criada para o Nordeste, a não ser que fosse investida de atributos masculinos, sendo a “fulana-homem” ou “mulher-macho”. A figura feminina aparenta não ter visibilidade

se estiver dissociada de valores pertencentes aos homens e, a “mulher-paraíba” é narrada como mulher valente, forte e rude, muito se devendo à ocupação das atividades masculinas por elas, tendo em vista o intenso processo de migração masculino ocorrido no sertão nordestino no início do século supracitado. A inclusão de mulheres oriundas de Nordeste em outras regiões passa a ser rodeada da marcante desconfiança que se tem, historicamente, com relação ao gênero feminino e, neste caso, com o acréscimo da ignorância, atraso e até brutalidade que acompanha seus conterrâneos.

No ano de 1977, ocorre certa introdução da figura feminina nordestina num espaço de protagonismo dentro da escrita literária nacional, quando Clarice Lispector publica o livro *A Hora da Estrela*. Como forma de conservadorismo, o enredo ainda é “mais do mesmo”, já que Macabéa é mais uma migrante nordestina que se aventura para construir sua vida no Rio de Janeiro. Nesse período, o preconceito ainda reinava, embora a capital carioca já conhecesse um pouco mais da diversificada cultura nordestina, com forte contribuição da música.

As canções de Luiz Gonzaga são exemplos que fazem referência às representações em torno da mulher nordestina, mas, também acabaram favorecendo preconceitos ao expor determinados contextos em torno da região Nordeste e de suas figuras. O seu papel como elemento unificador, capaz de dar representatividade ao povo nordestino que acompanhava suas canções em outras regiões, passa pelas letras carregadas de lembranças do seu lugar de origem, muitas vivificadas nas melodias do Rei do Baião. O papel de denúncia em torno das opressões e abusos que faziam permanecer as condições de vida precárias dos sertanejos, é outro fator de contribuição em torno da tradição musical criada por ele. Entretanto,

“as músicas de Gonzaga também foram responsáveis pela veiculação daqueles temas que iriam servir para reforçar o preconceito contra o nordestino, como a percepção deste como sendo um matuto que teria o jumento como irmão, homem atrapalhado com o mundo da cidade, homem simplório, desconectado com as transformações que se passam no mundo, que não sabe se automóvel é homem ou é mulher, homem reativo às transformações trazidas pela história, pela modernidade, homem moralista, machista, para quem cabeludo não tinha vez...” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 120).

O impacto das canções interpretadas por alguém que viveu e conhece o Nordeste acabam por dar muito respaldo as ideias trazidas em suas letras. As

premissas contidas em algumas destas músicas dão divulgação e visibilidade a intolerâncias que ocorrem dentro da sociedade sertaneja, mostrando um conservadorismo que será acrescentado a outras características depreciativas da personalidade nordestina. Novamente, se fortalece a narrativa em torno de um povo menos desenvolvido.

Com base nos escritos de Durval Muniz, vemos que, no decorrer do processo histórico que forma o Brasil contemporâneo e forma, também, inúmeras práticas discursivas que representam o Nordeste nas mentalidades da população nacional, o nordestino é narrado como possuidor de alguma inferioridade. No dado momento histórico em que muitas destas narrativas são produzidas e que o próprio Nordeste começa a ser definido enquanto região do Brasil, a influência da ciência passa a ser utilizada para justificar muitas destas generalizações e comparações às quais os nordestinos serão submetidos.

Na transição do século XIX para o XX, o mundo vivia uma corrida imperialista, marcada por intensas disputas em torno de territórios que poderiam favorecer o desenvolvimento industrial e tecnológico das grandes potências mundiais. O nacionalismo extremado, que inclusive foi um dos motivos da eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), é perceptível, também, nas ideias que valorizam o seu lugar de origem em detrimento de espaços onde nasciam povos miscigenados entendidos como impuros, como nas teorias pangermanista e pan-eslavista²⁴. O mundo assistiu às atrocidades contra povos dos territórios asiáticos e africanos, que passaram a ser explorados para favorecer o enriquecimento dos colonizadores, ou exterminados, tendo em vista uma suposta condição racial inferior no processo evolutivo. Estas teorias que favorecem a opressão de um povo sobre outro, no dado período histórico, acabam favorecendo as narrativas que colocam o nordestino como partícipe de um povo impuro e possuidor de características inferiores por sua heterogeneidade.

“Muitos dos discursos que construíram a figura do nordestino, nos anos 20, estavam marcados, ainda, por concepções eugenistas e social-darwinistas. Em muitos deles o atraso da região, sua crise econômica e social, eram atribuídos à composição de sua população, majoritariamente mestiça” (ALBUQUERQUE JÚNIOR,

²⁴ Sobre o nacionalismo que atuou como elemento motivador da Primeira Grande Guerra (1914-1918), ver <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/nacionalismo-i-guerra-mundial.htm>. Acesso em 22 de março de 2021, às 20h58.

2007, p. 114). Desta forma, a ausência de um sangue puro entre a população nordestina era um fator que comprovaria a limitação destes indivíduos. Já a região sul do Brasil, lugar da intensa penetração de imigrantes europeus, seria composta por pessoas muito mais aptas e evoluídas, levando-se em conta a teoria do Darwinismo Social, tendo em vista que os brancos e cristãos eram as matrizes favoritas dos defensores destas ideias de purificação da sociedade brasileira.

Dentro de uma perspectiva lógica, é até curioso e improcedente, mesmo no início do século XX, defender a existência de uma raça pura num país formado por indígenas, europeus e africanos, independentemente de qual dessas supostas raças poderia ser superior ou inferior às demais. Então, mesmo que algumas correntes científicas da época defendessem a existência de humanos mais aptos e melhores do que outros, seria inviável, num país miscigenado como o Brasil, identificar quem seria mais puro do que outro, tendo em vista que o processo colonial havia se iniciado há cerca de quatrocentos anos, e as misturas interracialis seriam incontáveis. No Brasil do início do século XX, os próprios defensores da pureza racial poderiam ter ancestrais indígenas ou negros, criticando aquilo que eles representariam: a mestiçagem.

A estereotipação dos baianos está situada dentro deste contexto social-darwinista, já que o referido estado é caracterizado por sua imensa população preta e parda. Com o incremento do tráfico interprovincial, ainda no século XIX, os baianos que migravam para o trabalho nos cafezais do sudeste traziam consigo, além da cor da pele, a obrigatoriedade de desempenhar as atividades menos prestigiadas, onde o sulista não queria trabalhar. Este fato histórico continuou ultrapassando décadas no sentido de definir os que fossem nascidos no estado da Bahia, e os discursos depreciativos continuaram ultrapassando gerações, fortalecendo preconceitos de classe e cor (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 114).

Entretanto, mesmo com a perda de comprovação e credibilidade do Darwinismo Social e a queda de argumentos que poderiam sustentar a existência de uma superioridade racial, o nordestino continua a ser discriminado com base nas suas características físicas para justificar alguma anomalia ou inaptidão. Há a existência de um racismo que passa a rotular o nordestino como um ser fácil de identificar visualmente e possuidor de características físicas semelhantes, novamente ilustradas por apelidos como o “cabeça-chata”. E a criação e reprodução destes termos

pejorativos é feita, muitas vezes, por nordestinos ou descendentes que parecem sentir vergonha de suas origens, querendo estar distante daquelas definições que podem lhes trazer prejuízos dentro de uma inserção social, mas, muitos destes nordestinos radicados não medem palavras para receber um conterrâneo recém chegado à São Paulo com a denominação de “cabeça-chata,” ou “baiano”, entre outros.

“Muitas vezes, para se mostrar perfeitamente integrado ao ser paulista ou carioca, o próprio nordestino passa a reproduzir o preconceito contra aqueles que chegam da mesma região de onde veio, gerando assim o fato de que as novas levas de migrantes sejam discriminadas por aqueles que chegaram primeiro. Muitos dos filhos dos migrantes nordestinos, se nascidos já em São Paulo ou no Rio de Janeiro, irão negar veementemente suas origens, e poderão também ridicularizar, até com maior ênfase, as pessoas que daí provém, como forma de afirmarem sua paulistividade ou carioquice” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 188).

Hoje, num momento em que ainda presenciamos diversas manifestações preconceituosas contra o nordestino na região sudeste, percebemos a falta de consciência histórica de quem reproduz estes discursos rasos e desprovidos de uma análise dos fatos que formaram a própria população de sua região. Ainda que não citeamos o fator econômico e nos apeguemos apenas ao genético, a participação dos nordestinos em estados do sudeste também se dá pelo surgimento de novas gerações, várias delas descendentes dos primeiros migrantes que se dirigiram para São Paulo a partir do incremento industrial da década de 1950. O Sudeste de hoje, seria, então, um local miscigenado e com considerável presença do sangue nordestino, tendo em vista o transcorrer de setenta anos desde o início do fluxo migratório.²⁵

Entre todas estas formas de preconceito, é perceptível que a maioria delas se dá por uma negação de uma condição rural que explicaria a totalidade da existência nordestina. Obras da literatura, do cinema e da televisão exploram intensamente a representação do Nordeste formado pelas pequenas povoações no interior, sem nenhum indício de desenvolvimento tecnológico e outros atributos que representariam a modernidade nas regiões mais desenvolvidas economicamente. Dentro destes discursos, as atividades rurais seriam a única forma de sobrevivência do sertão nordestino. Seria importante, para os que negam suas origens, fugir destas “narrativas

²⁵ <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-migracao-nordestina.htm>. Acesso em 31 de agosto de 2020, às 15h44.

que produziram a identidade nordestina” associando-a “diretamente ao meio em que viviam. (...) Esta visão de que o nordestino é um homem próximo à natureza, também o estigmatizou como um homem incapaz de conviver com o fenômeno urbano” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 115). Ser incapaz de se adaptar às novas realidades e exigências do mercado de trabalho paulistano não é uma boa referência para quem é recém-chegado do Nordeste, exigindo assim, uma negação de sua procedência.

No que diz respeito a combater estes preconceitos contra os nordestinos utilizando também o ensino de História como aliado essencial, sabemos que as generalizações surgem de construções históricas, e que esse mesmo processo pode ser utilizado no intuito de combater elas próprias, mostrando a heterogeneidade do povo do Nordeste. Outro exemplo que permite considerar que estas estereotipações são baseadas num racismo fortalecido pelo fator econômico, surge em outra comparação com os negros e o período escravista brasileiro. Ao chegarem no Brasil, os vários povos trazidos da África para serem explorados de diversas formas em nosso país, eram todos rotulados como sendo simplesmente africanos. Aos habitantes brasileiros, não importava a pluralidade de indivíduos que chegava, originária de vários grupos étnicos diferentes, nascidos em países onde a diversidade de tipos físicos, idiomas, religiões e outros aspectos culturais é extremamente presente. Todos eram tratados dentro de uma totalidade e armazenados num mesmo recipiente nas narrativas que se referiam a tais.

Os habitantes nordestinos também são vítimas de classificação semelhante, onde suas peculiaridades regionais são desprezadas com base em características gerais. “No Nordeste são cearenses, pernambucanos, paraibanos ou são sertanejos, brejeiros ou citadinos; é no Sul que se aproximam, se descobrem iguais, muito porque assim são vistos pelo olhar do outro, que também se vê unificado através da denominação de sulista” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 118). Em alguns casos, há até a surpresa ao ver variações entre nordestinos, como no idioma. Pessoas de estados ou regiões diferentes são questionados a respeito de suas diferenças no modo de falar, como se todo nordestino falasse da mesma forma. Daí vem as explicações de que o Nordeste não é um espaço homogêneo, bem como suas localidades possuem características próprias, e que de uma cidade para outra podem existir diferenças marcantes na linguagem. Estes fatos só comprovam um

descompromisso e uma falta de conhecimento sobre a diversidade de seu próprio país, não que isso seja um problema pelo fato de não conhecer, mas, que passa a ser problemático quando tal desconhecimento gera intolerância e discórdia.

O Nordeste é uma região inventada, e os preconceitos contra o nordestino também são, a partir de personagens e modelos, indivíduos adjetivados de acordo com suas funções dentro de uma sociedade. O dono de terras que oprime a população e usa diversas artimanhas para se manter no poder, ou o miserável afetado pela falta d'água, forçado a desenvolver diversas peripécias para sobreviver, são emblemas construídos a partir de compreensões solidificadas dentro do processo histórico, e narradas de alguma forma. A literatura regionalista produzida nos anos 1930, o cinema e a televisão, contribuem para estas narrativas.

No campo literário obras que tem a seca como tema principal, como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, são referências no ensino da disciplina de Literatura Brasileira, e povoam o imaginário de muitos alunos por causa da relevância que estas obras possuem dentro do conteúdo programático escolar e da própria crítica literária brasileira, que aponta estas obras como marcos da escrita nacional. Todavia, segundo Durval Muniz, “estas obras vão reforçar e reafirmar toda uma mitologia em torno do espaço nordestino e de seus habitantes, reduzidos muitas vezes às figuras emblemáticas do retirante, do flagelado, do beato, do cangaceiro, do sertanejo, do coronel ou do senhor do engenho” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 121). São obras que acabam chamando a atenção para as problemáticas em torno do sertão nordestino, e acabam sendo fontes informativas para as pessoas que veem o Nordeste a partir de uma posição externa e que buscam informações sobre este lugar e suas características.

Quanto ao cinema e a televisão, no tocante à sua ação como cristalizadores de estereótipos, são veículos que, embora tenham passado por atualizações e renovações constantes nas últimas décadas do século XX, acabam encontrando audiência ao trabalhar o Nordeste dentro de velhas perspectivas, bem mais próximas dos estereótipos e termos pejorativos discutidos aqui do que de uma renovação de temas e abordagens. “Mesmo com todas as transformações pelas quais passou este espaço, desde a década de 70, o cinema nacional ou a televisão, com raras exceções, não conseguem ver no Nordeste a não ser as mesmas coisas: seca, cacto, caveira, retirante, cangaceiro, jagunço, coronel e até Padre Cícero ou Frei Damião...”

(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 122). O impacto destes veículos de comunicação foi diminuído nos últimos anos com o advento da internet, mas sua abrangência ainda é enorme dentro do território brasileiro. Estas imagens de um Nordeste codificado e filiado a padrões tem peso considerável sobre o entendimento que a população de outras regiões tem sobre o espaço nordestino, contribuindo para mais generalizações preconceituosas.

É importante que, como professores de História e cidadãos que contribuem no processo de formação de outros, busquemos romper com estas definições estanques construídas para designar nossa região a partir das mesmas imagens, buscando superá-las e ressignificá-las. Mostrar o problema, mas apenas onde ele existe, demonstrando que uma condição de miséria e desigualdade é histórica e não pode ser aplicada a todo o território nordestino e, que as pessoas que são nascidas aqui não podem ser colocadas dentro das mesmas características de inferioridade e atraso que lhes são atribuídas historicamente. “O Nordeste é hoje um espaço diversificado do ponto de vista econômico, diverso do ponto de vista político, social e cultural, uma realidade complexa que não pode ser explicada lançando mão destes desgastados estereótipos construídos desde o princípio do século passado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 125).

A história tem a possibilidade de ser reescrita, dentro da ocasião de surgimento de novas fontes e a partir de novas perspectivas propostas por quem observa e analisa o tempo histórico. O olhar historicizante de quem fala sobre o passado Nordestino pode produzir obras emancipadoras desta condição de preconceito, buscando a conscientização das novas gerações e o fortalecimento de ideias que podem se disseminar e povoar o imaginário sobre a nossa região, gerando um conhecimento mais inclusivo. Nesta tarefa, é importante questionar “a lógica do discurso do preconceito e da estereotipia que é o de tornar o complexo e o diverso em algo simplificado e homogêneo, ignorando que no Nordeste existem muitas outras realidades...” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 125).

2. 2 - Consciência Histórica no combate aos preconceitos

O trabalho em sala de aula é uma missão árdua para a quase totalidade dos professores brasileiros de História. A pouca valorização salarial, somada às

exigências da função e à pouca condição de aprimorar sua qualificação profissional, aparecem aliadas aos constantes ataques que estes profissionais vem sofrendo nos últimos anos, impondo questionamentos à ciência histórica e à legitimidade de saber e autoridade de fala dos referidos profissionais, nas análises que envolvem o tempo e a sociedade. A antiga necessidade da redução do abismo entre saber acadêmico e educação básica torna-se cada vez mais urgente.

Uma das noções mais recentes dentro da teoria da História e que tem sido extremamente presente na academia, reverberando na produção historiográfica, é a Consciência Histórica. Talvez pela sua intrínseca relação com o ensino de Humanidades, fator indispensável para sua aquisição ou ampliação, este conceito propõe debates atuais que se relacionam fortemente com a tarefa dos profissionais de história na atualidade.

A compreensão das finalidades da educação passa pela formação de sujeitos sociais que sejam capazes de se reconhecer identitariamente e que possam contribuir para a formação de uma sociedade menos desigual e mais capaz de solucionar suas problemáticas. Daí, vemos a relação entre ensino e consciência histórica como partes complementares de um processo que pretende levar os indivíduos a uma maior compreensão de sua capacidade de agir e modificar as estruturas nas quais se vive.

Mediante os desafios que os professores de História têm enfrentado nas diversas salas de aula onde o saber se faz necessário, é primordial que, dentro dos objetivos da atividade docente, haja uma busca constante pela utilização de metodologias que propiciem a aquisição da consciência histórica pelos educandos, para que estes tenham embasamento suficiente para compreender, estruturalmente, a sociedade e possam atuar como defensores das causas que envolvem igualdade e tolerância. “Ensinar história considerando a consciência histórica é desenvolver atividades que permitam que o educando conheça história – de preferência a história que, de forma mais aproximada, seja sua história – ao mesmo tempo que conhece diferentes formas pelas quais se lhe atribuiu significado” (CERRI, 2011, p. 130).

Dentro da temática dos preconceitos, alunos que possuam a compreensão de que estes estereótipos são construídos no tempo, e são influenciados e mantidos por interesses e mentalidades que, quase sempre, se beneficiam desta situação de exclusão, serão alunos mais capazes de promover o empoderamento de grupos minoritários ou negligenciados dentro da engrenagem de funcionamento social no

nosso país. As identidades nordestinas, que estão associadas aos rótulos negativos criados dentro das narrativas históricas discutidas anteriormente, podem passar a representar uma posição mais enaltecida, numa lógica que proponha a valorização e o empoderamento de grupos que fazem parte da história nacional. É uma missão que não deve negar os problemas históricos do Nordeste, mas enaltecer as soluções e citar os pontos positivos, para que consigamos, enquanto formadores de opinião, promover uma sociedade mais justa e igualitária, pautada no respeito à diversidade.

Na elaboração de um plano de aula das disciplinas de Ciências Humanas, os objetivos parecem confluir em algo que se assemelhe a um legado, a um aprendizado duradouro, que possa modificar a consciência e, conseqüentemente, a capacidade de análise e compreensão de mundo dos indivíduos. É como se a aula tivesse seus objetivos plenamente concluídos quando os alunos conseguissem mostrar que obtiveram tal consciência, que aprenderam algo novo, e que este aprendizado inovador possa fortalecer na sociedade a capacidade de criticidade e cidadania do aluno, tornando-se, portanto, uma consciência histórica. Hans George Gadamer (1998), ao tratar sobre consciência histórica, escreve que um dos atributos que ela confere posteriormente aos indivíduos é “uma posição reflexiva com relação a tudo que é transmitido pela tradição”. A busca pela reflexão e pela postura crítica proposta pelos parâmetros educacionais da pedagogia libertadora e pela própria legislação educacional brasileira, nos mostram como toda aula tem objetivos centrados na aquisição de uma consciência por parte do educando, dando ainda mais importância às análises em torno deste conceito no seu caráter histórico.

Desde as proposições do historiador alemão Jörn Rüsen, que iniciaram os debates sobre este conceito, tem se tentado chegar a um denominador comum sobre o que seria esta tal consciência, como ela é adquirida, se é adquirida, se todos a possuem, e, enfim, gerando discussões pertinentes acerca do termo e sua utilização (CERRI, 2011). Rüsen introduz seu pensamento sobre este termo ao afirmar que “a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens (RÜSEN, 2001, p. 78). Essa postura coloca o conceito como inerente à toda humanidade, independente de um possível modo de aquisição. Independente disso, a tarefa do professor de História e os frutos do seu trabalho estão

intensamente associados a essa tal consciência que impacta diretamente na formação dos indivíduos que compõem a sociedade contemporânea.

“A consciência histórica, entretanto, não se resume ao passado e à memória, mas às projeções que fazemos para o nosso futuro”, escreve o professor Luís Fernando Cerri (2011). É uma posse que se dá a partir do vivido e selecionado em nossa mente, mas que visa alcançar um objetivo futuro, que ensina através dos erros e acertos, como se a História fosse mestra da vida, porém, mais completa, já que a consciência histórica considera a possibilidade de mudança de rumos e sentidos, tendo em vista a imprevisibilidade do que virá adiante. O que foi construído e vivido, individual e coletivamente, define quem é o indivíduo e dá margem suficiente para planejar o amanhã, embora sabendo que o futuro não será exatamente como previsto, mas dará uma segurança e confiabilidade maior para que o sujeito se adapte aos novos trajetos impostos por um mundo tão dinâmico.

Conforme afirmou Hans George Gadamer, entender e trabalhar a consciência histórica não se constituem como facilidade, mas são tarefas extremamente úteis e pertinentes, embora mereçam os devidos cuidados tendo em vista seus possíveis problemas epistemológicos. Este filósofo afirma que

o aparecimento de uma tomada de consciência histórica constitui provavelmente a mais importante revolução pela qual passamos desde o início da época moderna. [...] A consciência histórica que caracteriza o homem contemporâneo é um privilégio, talvez mesmo um fardo que jamais se impôs a nenhuma geração anterior. [...] Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião (GADAMER, 1998, p. 17).

Com isso, Gadamer nos faz importante alerta ao mesmo tempo em que exclui determinados grupos da posse dessa tal consciência, já que restringe esse privilégio ao chamado homem moderno e contemporâneo, excluindo os humanos que não passaram por tais processos e adjetivando a tomada de consciência histórica como um estágio a ser atingido (CERRI, 2011, p. 25).

É importante salientar que, para o aluno, a consciência histórica se dá em três perspectivas básicas, que sinalizam que o educando realmente está munido dos elementos necessários para fazer uma análise histórica eficaz.

A primeira perspectiva que determina a consciência histórica está associada a capacidade que o indivíduo tem de se compreender enquanto sujeito ativo na

sociedade, modificador de sua realidade e parte integrante do processo de construção do seu próprio universo. Passa pela noção do empoderamento e da compreensão de que somos sujeitos históricos, determinados por um conjunto ideológico que formamos dentro de nossas vivências, e que podemos atuar ativamente na desconstrução de ideias e valores dominantes, para que formemos os princípios que irão compor a sociedade com o passar do tempo. Associa-se a questões de identidade e de pertencimento, sendo que os jovens, munidos de tal consciência, deverão agir na busca por uma organização social que se adeque aos ideais da convivência coletiva. Luís Fernando Cerri (2011), define esta perspectiva como “uma das estruturas do pensamento humano, o qual coloca em movimento a definição de identidade coletiva e pessoal, a memória e a imperiosidade de agir no mundo em que se está inserido”. A consciência histórica pressupõe uma postura ativa.

Dentro da temática do combate aos preconceitos, principalmente contra os nordestinos, essa noção deverá incentivar os jovens a atuarem no combate que irá problematizar o sertão nordestino e suas características históricas de forma inclusiva, não observando apenas suas problemáticas, mas valorizando o Nordeste como espaço de construção de elementos que contribuem para a história nacional. Os estereótipos que tratam o nordestino como sendo inferior, dependente, estranho e incapaz, serão confrontados pelos discursos dos agentes que possuam tal consciência e se entendam como capazes de criar novas ideias e formas de compreensão, para promover a inclusão que contribui para um país mais tolerante à sua enorme diversidade.

Uma segunda noção que pode definir a consciência histórica está relacionada a percepção que o indivíduo tem da situação econômica, social e política na qual ele está inserido. É quando conseguimos nos localizar dentro dos processos estruturais que determinam nossa vida, tendo a ciência de que somos afetados por eles e que também podemos afetá-los. É uma reflexão sobre como a sociedade funciona, considerando suas problemáticas e estudando possíveis soluções. Podemos exemplificar dentro do nosso próprio campo de debate neste trabalho, utilizando a definição do historiador norte-americano Donald Worster (WORSTER, 1991, p. 201) para os estudos da História Ambiental, quando o mesmo demonstra uma consciência histórica para analisar as relações entre homem e ambiente na contemporaneidade, sinalizando para uma interferência mútua que tem gerado desgastes na natureza e

que precisam ser pensados. Fica claro que o indivíduo se situa dentro da sua própria historicidade, colocando-se como partícipe do processo de reflexão sobre seu tempo.

Esta perspectiva valoriza o aspecto coletivo do sujeito humano, pautando suas ações e sua existência como sendo determinadas por fatores exógenos. “A consciência histórica pressupõe o indivíduo existindo em grupo, tomando-se em referência aos demais, de modo que a percepção e significação do tempo só podem ser coletivas” (CERRI, 2011, p. 30). Estamos interligados e somos um constructo que leva em consideração ideias, valores e práticas de nossa época, e dos demais seres que a compõem. O ensino de História, definido por inúmeros alunos como desinteressante, tendo em vista a desconexão proximal que os jovens têm com os conteúdos da disciplina e, principalmente, com algumas formas como estes são trabalhados, pode ser valorizado nesta perspectiva, se problematizado para gerar a noção de que somos determinados pelo passado e pelos sujeitos e fontes históricas que estudamos.

Dentro da reflexão sobre o sertão nordestino e do trabalho em sala de aula, é essencial que os alunos possam se apropriar de uma consciência semelhante, percebendo sua região como um produto construído e afetado por diversos aspectos. Na economia, entender que o sertão possui um legado histórico de inferioridade em relação ao litoral e que o Nordeste, por muito tempo, era colocado como menos importante na produção de riquezas nacionais por ser menos rentável. Na política, perceber atuação das oligarquias no controle de verbas que beneficiava os grandes centros em detrimento de uma condição de superação e necessidade de investimento que perdura por várias décadas, compreendendo suas consequências para o cenário político atual. De posse destas e de outras compreensões semelhantes, os jovens poderão fortalecer o seu entendimento acerca de sua localização dentro de sociedade na qual vive, refletindo acerca de seu papel como cidadão.

Novos discursos poderão e deverão surgir, fortificando ainda mais os debates em torno do que é o Nordeste e do que é ser nordestino. Novas discussões conceituais poderão problematizar os estereótipos que outrora eram tidos como representação do real e da verdade, e atuarem na ideia de repensar os discursos em torno de nossa região, questionando generalizações.

Ainda sobre as três perspectivas para compreendermos a consciência histórica e como ela se manifesta nos indivíduos, a terceira, e que mais se aproxima das

definições do historiador alemão Jörn Rüsen, é a que pode gerar jovens cada vez mais capazes de construir uma sociedade mais inclusiva e tolerante. Dentro do ensino de História, devemos buscar o despertar de uma consciência que capacite os alunos a comparar e distinguir os tempos históricos, analisando suas rupturas e continuidades, além de situar sua própria vivência dentro desta dinâmica. É perceptível que as três perspectivas se parecem e se confundem, mas, o que se pretende aqui, é despertar o professor para a tarefa de possibilitar ao aluno o domínio do conceito de historicidade, de entender que as definições para uma mesma palavra mudam de acordo com o tempo e o espaço, e que assim como a democracia ateniense ou o direito romano, as próprias definições de Sertão, Seca e Nordeste, são construções de um dado recorte espacial e temporal. Partindo do meio acadêmico, dependendo da leitura que se tenha e dos conhecimentos em teoria e metodologia da história e do ensino, parece fácil entender as mudanças e permanências sociais e as atuações humanas dentro de sua própria historicidade. Todavia, se conseguirmos fornecer aos alunos da educação básica os instrumentos necessários para adquirir tal compreensão, estaremos fazendo jus à nossa tarefa enquanto educadores, gerando cidadãos que percebem o movimento da engrenagem histórica e social, dentro de suas variações e possibilidades, tendo condições suficientes para se localizar dentro do processo histórico e modificá-lo a partir de sua própria existência.

Para o objeto de análise deste trabalho, alunos que entendam a invenção do Nordeste a partir de práticas discursivas solidificadas na temporalidade e espacialidade para definir uma região, ou as variações que definem os vários sertões, se apropriarão e fornecerão meios que irão subsidiar o combate ao preconceito que se gera em torno dos habitantes nordestinos e sertanejos, já que são os próprios sujeitos históricos que dão legitimidade aos discursos de seu tempo e espaço. Trata-se de entender onde cada termo está localizado na linha cronológica do tempo linear e dentro do mapa, para entender que as definições diferem e vivem em constante mudança.

Ao colocar que esta perspectiva é a que mais se aproxima da definição de Rüsen (2001) para consciência histórica, baseia-se em seus escritos, quando afirma que ela se define a partir da “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (p. 57).

Conforme o autor, conhecer a historicidade de cada época, inclusive da sua, é necessário para que o indivíduo, dotado de tal consciência, possa dirigir suas ações na construção da sociedade. O combate aos preconceitos e a formação de uma harmonia social mais igualitária pode ser incentivada a partir de metodologias educacionais que possibilitem aos educandos a compreensão das desigualdades e os mecanismos que podem ser utilizados para superá-las.

Em suma, o aluno dotado de uma consciência histórica que promova a inclusão e fortaleça a cidadania, deve ser capaz de demonstrar as habilidades referentes às perspectivas comentadas: se compreender como sujeito histórico, ativo e parte do processo social; Ter o conhecimento do funcionamento da sociedade, economia e política de forma geral, entendendo as interferências mútuas destes campos na sua vida; e saber situar-se dentro de sua própria historicidade, podendo localizar as demais, distinguindo as épocas através de suas mudanças e permanências espaciais e temporais. Se os educandos passarem a relacionar as informações históricas como todo o contexto no qual foram produzidas, estarão pensando historicamente e superando inúmeros limites do conhecimento.

Exemplificando, é em determinados contextos de interesses que a xenofobia e inúmeras outras desigualdades e preconceitos são geradas. Luís Fernando Cerri (2011) afirma que, “entender as coisas como construção, com uma duração própria, é essencial para quem quer agir sobre elas” (p. 59). É mais fácil tentar desconstruir ou ressignificar uma ideia sobre a qual se possui mais conhecimento, sobre sua gestação, seu alicerce, como foi formada e no que se baseia, sendo que toda ideia é gestada e consolidada dentro de uma temporalidade. É importante que se considere o tempo das ideias sobre as quais se pensa. É necessário que as novas gerações possam ser apresentadas a ferramentas que fortaleçam esta compreensão e possam tirar lições para sua vida prática, no intuito de gerar benefícios para seus semelhantes e combater os estereótipos que inferiorizam outros indivíduos por causa de sua origem ou outra característica.

Se a consciência histórica é inerente ao ser humano, conforme explicitou inicialmente Rüsen, o ensino pode ser o instrumento que moldará as intencionalidades desse indivíduo para moldes inclusivos, tornando esta consciência mais ativa, democrática e capaz de se colocar positivamente nas sociedades polêmicas, desiguais e excludentes que temos visto eclodir no mundo na contemporaneidade. A

tarefa é árdua, pois, as disputas pelo poder de manifestar uma verdade histórica e possui um saber legítimo estão imersas dentro deste campo social no qual a educação se inclui.

“Agir (incluindo deixar-se estar e ser objeto da ação de outrem) só ocorre com a existência de objetivos e intenções... (CERRI, 2011, p. 28). Para o professor, especificamente em seu papel de partícipe na formação de uma consciência, esta tarefa é complexa e nunca completa, tendo em vista que apenas uma minoria dos seus alunos adquire estas capacidades, por diversos motivos que interferem no ensino-aprendizagem e envolvem todas as esferas responsáveis por esta relação. Em sociedade, numa população pouco afeita à leitura e à busca pelo conhecimento, além de extremamente influenciada pela grande mídia, atingir bons níveis desta consciência é ainda mais utópico, fato este que garante a manutenção de desigualdades em nosso país.

O ensino de História deve se constituir como forma de resistência, representado pela atuação dos professores que devem se utilizar das novas ferramentas de comunicação e divulgação de informações para atingir objetivos que visem um aluno consciente de seu papel social ativo e de todo o processo estrutural no qual ele está inserido individual e coletivamente. Sejamos resistência e vamos à luta!

CAPÍTULO 3 - A literatura como suporte ao ensino da História do Sertão Nordestino

Aprender História é uma excelente forma de se situar no tempo e espaço, de analisar processos humanos, de perceber os caminhos percorridos pela humanidade em suas diferentes historicidades, considerando as mudanças e permanências sociais, políticas, econômicas e culturais. As noções de identidade que se consolidam com o sentimento de pertencimento a um determinado contexto que se constitui através de uma pátria - aqui no sentido de local de origem – nos evocam a necessidade de conhecer a história regional, e os processos formativos deste conhecimento ajudam a fortalecer o sentimento de pertença e valorização de determinadas tradições ou manifestações da memória coletiva.

O que definimos geograficamente e simbolicamente como Sertão Nordestino é um espaço riquíssimo em fatos e acontecimentos passíveis de análise, embora poucos destes fatos sejam documentados ou registrados dentro da escrita de uma história para a região. É um espaço que merece uma escrita mais numerosa e robusta sobre sua realidade, principalmente para um trabalho as novas gerações ou para os que veem esta região como sujeitos externos. Conhecer essas temáticas referentes ao passado da nossa região possibilitaria aos alunos uma ampliação de sua consciência enquanto cidadãos protagonistas e sujeitos ativos dentro do processo histórico que formou o Nordeste atual. Desta forma, evidencia-se a importância e necessidade de trabalhar a História do Nordeste em sala de aula, tendo em vista essa ampliação de conhecimentos e valores que pertencem ao nosso povo enquanto comunidade. Além do Nordeste, adentrar no espaço sertanejo, que, discursivamente, é associado como predominante em toda esta região e mostrar suas peculiaridades num ato de escrita histórica que pode gerar empoderamento aos que firmaram estas raízes que formam a história nacional.

A literatura brasileira, dentro de suas diversas correntes e dos diversos autores renomados, como José de Alencar, Raquel de Queiroz, Euclides da Cunha, já utiliza a temática sertaneja e nordestina como espaço-base para muitas de suas obras mais significantes. A própria sala de aula tem muitas dessas obras como conteúdo central de diversos estudos sobre a escrita literária produzida em nosso país. Sabemos que muitos destes relatos, da forma como foram escritos, abordando o sertão a partir de

suas problemáticas, acabaram por contribuir para a criação e fortalecimento de preconceitos e generalizações que tendem a excluir boa parte dos sertanejos nordestinos dos espaços de destaque, bem longe dos privilégios. Mas não seria hora do ensino de História, assim como de Literatura, se apropriar destas temáticas para trabalhar estas obras a partir de uma outra visão, que proponha a comparação e o debate no sentido da valorização e inclusão? O sertão que está além da seca e da falta de tecnologia também está registrado nas obras dos autores supracitados e de vários outros, sendo que a forma de abordagem em sala de aula pode gerar uma educação enriquecedora para este espaço, pois, se os problemas forem mostrados a partir da sua forma de sustentação, os educandos seriam apresentados à compreensão de que a dificuldade não é exclusividade da região sertaneja, mas é fortalecida pela atuação dos indivíduos que a compõem.

A literatura nos lega relatos importantes e interpretações oportunas, que podem ser úteis para auxiliar o professor nesta tarefa de conscientizar a sociedade da riqueza de nossa História, do passado repleto de dificuldades, e das tentativas de superação que sempre caracterizam o povo nordestino. Podemos propor uma nova abordagem que busque trechos onde se coloque um sertão para além de uma condição de região-problema ou espaço de sofrimento romantizado que vise uma superação.

Dentro desta tarefa inserida num amplo espaço de responsabilidades que é o ensino de História, o professor deve aparecer como um formador de opiniões ou um provocador, gerando outras diversas análises que possam formar um sujeito histórico crítico e possuidor de amplos saberes. Este sujeito, deverá se compreender enquanto partícipe de um espaço que também possui um contexto, e deve ser apreendido para que não se sinta à margem dos seus iguais, embora não vivamos mais em espaços tão limitados como nos feudos medievais, mas nossa identidade nos remete a um lugar. O ensino de História Regional e, neste caso, da História do Nordeste, vem de consoante a essa perspectiva de gerar uma relação eficaz entre ensino e aprendizagem.

Se o que se propõe é fortalecer o ensino de uma história regional, é justo que se analise como é entendida uma região, e como ela representa uma regionalidade manifesta pelos indivíduos que a ela pertencem. É necessário entender a diferença entre a “região administrativa e vivida”, conforme definido pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2010). Embora os limites de uma região administrativa sejam palpáveis e

possam ser demarcados, o que compreende a região vivida pode ultrapassar tais marcos, sendo esta última muito mais simbólica e sentimental do que determinada espacialmente. A regionalidade se manifesta dentro desta perspectiva do que é vivido, partindo do sentimentalismo peculiar por quem vive determinado espaço e compartilha determinadas práticas.

“A regionalidade envolveria a criação concomitante da ‘realidade’ e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra – o imaginário e a construção simbólica moldando o vivido regional e a produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas” (HAESBAERT, 2010, p. 8).

Quem vive o Nordeste, expressa práticas e costumes solidificados num determinado espaço, e representará essa região em qualquer outro espaço em que manifeste tais traços. Os forrós em alguns estados do sudeste ou os restaurantes de comida nordestina são exemplos de manifestações que representam uma região vivida para além dos seus limites administrativos. São pedacinhos de uma região que estão fora dos limites dela. A identidade do nordestino, manifesta em sua regionalidade, o acompanhará para além de seu território, pois, estes indivíduos representam sua própria região, pelos traços que os constituem. Daí já podemos obter a compreensão de uma regionalização, já que esta “deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem” (HAESBAERT, 2010, p. 6).

Em suma e ainda utilizando as contribuições de Rogério Haesbaert (2010), podemos definir a região administrativa como fiel a seus limites territoriais, usados para demarcar determinadas características do meio físico e até econômico, geralmente influenciada por fatores políticos. Todavia, na sua definição de região vivida, este termo se incorpora a outros para ser cognoscível, como ao processo que está em constante rearticulação e modificação - regionalização -, e à “propriedade de ser regional”, manifesta na cultura do indivíduo – regionalidade. Assim, alguém pode dizer que é Nordeste a partir de seu idioma, de sua culinária, ou do seu conhecimento e erudição, marcados por fortes traços de pertença a uma realidade específica.

Enquanto profissionais da educação, sabemos das dificuldades de se atingir os objetivos de um ensino de História Regional eficiente, tendo em vista as sobrecargas da tarefa de professor, o descaso dos livros que, geralmente, contém informações

escassas e desconexas sobre as regiões distantes do eixo de produção das referidas obras, obrigando ainda mais o professor a buscar material didático, além do próprio desinteresse dos órgãos da educação que tem privilegiado o ensino de História Geral em detrimento das especificidades regionais. Todavia, é necessário produzir material para que se atinja estes objetivos associando cada vez mais o professor e o pesquisador na produção de fontes que lhes sirvam de instrumento no ensino de nossa história, pois, conforme afirma o professor Marcos Lobato Martins,

“o que não se poderá fazer é ficar de braços cruzados, à espera de que alguma universidade ou algum pesquisador consagrado produza material didático suficiente para atender as demandas dos professores espalhados pelo Brasil, país tão grande quanto multifacetado” (MARTINS, 2010, p. 146).

O diálogo com novas metodologias para a obtenção de um ensino eficiente é urgente. O sistema educacional e as diretrizes impostas pelos órgãos responsáveis pela educação nos obrigam a inovar e nos adaptar cada vez mais. Entretanto, a leitura permanece como meio de uma explanação de aptidões e capacidades intelectuais, além de nos fornecer embasamento necessário para se relacionar socialmente fortalecendo nossa consciência histórica.

Nesta tarefa de produção de fontes para o trabalho em sala de aula, a literatura aparece como uma ferramenta de imensurável valor para a produção de referências históricas. Minimizando-se o debate sobre a ficção ou não dos textos literários, o valor destes escritos para o ensino de História pode ser compreendido a partir da interpretação do historiador Caio César Boschi, quando este afirma que “

Ao nos referirmos às fontes históricas, não podemos esquecer a literatura. Ainda que, ao contrário do historiador, o romancista e o poeta não tenham o compromisso com a realidade dos fatos ou com a reconstituição do passado, seu trabalho pode ajudar a preencher certas lacunas do conhecimento histórico. A literatura auxilia o historiador a repensar e ampliar o leque de seus questionamentos sobre a realidade. Na medida em que tratam da condição humana, a ficção e a poesia são instrumentos importantes para a análise da realidade.” (BOSCHI, 2007, p. 36-37).

A literatura possui referências importantes para compreender os aspectos históricos das sociedades e é uma das formas de expressão largamente utilizada para se referir às vivências de um indivíduo ou povo, e às peculiaridades de uma região, consolidando-se como uma ferramenta perspicaz para a explanação da aprendizagem

da história de nosso estado. Além do mais, trata de uma interpretação de um sujeito social sobre determinado contexto caracterizado pela narratividade, o que possibilita diversas análises por parte do historiador que estuda aquela fonte, e múltiplas abordagens por parte do professor que trabalha aqueles escritos com seus alunos, já que possibilita a entrada da “História-Problema” na sala de aula. (BERUTTI; MARQUES, 2009, p. 116).

A utilização da literatura em sala de aula visando o ensino de História do Nordeste propicia comentar com os alunos os processos históricos de rupturas e continuidades pelos quais passam os personagens dentro de um dado momento, a qual época e a qual local se refere aquele momento, ou até uma reflexão sobre interesses envolvidos na escrita do livro que envolvem o lugar de fala do autor, que estará filiado a determinados interesses e pressupostos, sejam eles inclusivos ou excludentes. Esta última abordagem pode ser amplamente discutida com os discentes já que todo texto possui uma subjetividade e, conforme afirmam os historiadores Flávio Berutti e Adhemar Marques sobre a utilização da literatura, “o seu autor é um sujeito histórico, um indivíduo de seu tempo, que produz a sua obra em determinado momento e lugar; logo, seu texto é um recorte de representações de um tempo histórico e de um espaço social” (BERUTTI; MARQUES, 2009, p. 117). O fazer literário assim como o fazer histórico nos remetem a um tempo e interliga os autores dos textos às condições estruturais de um dado momento. Temos, portanto, uma definição clara do abraço fraterno no qual se entrelaçam História e Literatura e de sua imensa relevância para o ensino de uma história do Nordeste analítica e estrutural.

Dentro da produção literária nacional, a figura do sertanejo tem espaço de destaque²⁶, com diversos exemplos que trabalham esta representação e o contexto espacial no qual o homem do sertão está inserido. Desde o século XIX, na busca por uma representação da ‘essência brasileira’ e por solidificar as bases personificadas de nosso país, José de Alencar já trabalhava na sua obra *O Sertanejo* (1985), a figura do homem do campo que representava as raízes nacionais, livro que se assemelhou em representatividade aos romances indianistas do escritor cearense. Já era um recado que definia a importância da figura sertaneja na formação do Brasil,

²⁶ As análises deste trecho, que trata de algumas obras que utilizam personagens sertanejos, foram feitas após a leitura do texto de CANDIDO, Felipe. A força do sertanejo nas páginas literárias. [bogsaraiva.com.br](https://blog.saraiva.com.br/a-forca-do-sertanejo-nas-paginas-literarias/), 2017. Disponível em <https://blog.saraiva.com.br/a-forca-do-sertanejo-nas-paginas-literarias/>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021, às 17h10.

principalmente nas regiões interioranas que fugiam aos limites do litoral e penetravam nos territórios centrais do nosso país, se multiplicando na atuação dos vaqueiros, agricultores, cuidadores e desbravadores daquele espaço que possuía uma realidade peculiar e merecia a atenção dos registros escritos que apresentariam o que era o Brasil.

É importante salientar, ainda analisando a obra *O sertanejo* (1875), a atuação do autor ao utilizar os signos da natureza como determinantes da nacionalidade brasileira e formadora de sujeitos. O homem do sertão é, diversas vezes, associado à sua proximidade do campo e das tarefas agrárias, que envolvem o traquejo com plantas e animais e um profundo conhecimento adquirido e repassado para as novas gerações, sobre como lidar com o meio em que se vive. O meio determina a formação e atuação dos personagens, passando a ser um elemento constitutivo do indivíduo. José de Alencar também promove essa interação entre homem e natureza nos seus romances indianistas, fornecendo aos professores algumas fontes que podem ser utilizadas para promover debates sobre história ambiental em sala de aula, com base nas observações do autor e do enredo dos livros e personagens. Essas peculiaridades espaciais dentro da enorme diversidade regional do Brasil são itens que fazem parte da História do Brasil, fortalecendo os laços identitários deste povo com esta pátria.

Nesse contexto de representatividade do povo brasileiro através das páginas literárias, o homem simples do campo também aparece como indivíduo responsável por manifestar uma crítica social, como no personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. A simplicidade do morador de zona rural fortemente associado aos traços das atividades praticadas no campo, que interpreta tudo à sua maneira e leva seus pressupostos e costumes aos demais ambientes, traduz, num mesmo personagem, os modos de vida vistos como atrasados por parte da crítica de quem criou ou visualizou o Jeca, e a autossuficiência de um caipira que demonstrava satisfação e felicidade, mesmo estando longe de ares modernos e tecnológicos. Uma análise enriquecedora para o trabalho docente utilizando esta obra, pode ser feita com objetivo de mostrar a ocorrência de preconceitos em diferentes momentos do História do Brasil, usando um método comparativo.

A figura do sertanejo, com seu modo de vida e suas aspirações, também é estudada e grafada nas páginas do livro *Os Sertões* (1954), de Euclides da Cunha.

Quando parte de um fato real, que foi a situação ocorrida na Guerra de Canudos²⁷, o autor carioca divide o livro em três partes: A Terra, O Homem e A Luta, sendo a segunda parte devotada a fazer diversas observações sobre o homem do sertão em múltiplos aspectos, numa tentativa de definir a população sertaneja em geral. As peculiaridades daquele povo, que deixavam claras as diversas diferenças de costumes entre os que analisavam externamente e, até mesmo entre si próprios, era um fato merecedor de atenção e passível de estudo, como se só houvesse possibilidade de compreender algum relato sobre o sertanejo quando se tivesse uma compreensão sobre quem era aquela figura portadora de particularidades que fugiam à compreensão de quem jamais viera à região ou tivera contato com este povo. Seria o sertanejo um ser tão exótico? A resposta pra essa pergunta ou as análises que se aproximem desta, podem ser trabalhadas em classe.

A superação das dificuldades é uma característica que aparece com frequência em diversas publicações que abordam a temática sertaneja. Esse objeto de escrita ganha força com a literatura regionalista de 1930 e tem na obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1938), um exemplo de como a vida no campo era descrita como acompanhada da precariedade para obter as condições mínimas de sobrevivência, o que levava muitos nordestinos a buscarem uma vida mais próxima de direitos e facilidades que os grandes centros urbanos e comerciais poderiam fornecer. De uma certa maneira, esta obra também aparece como uma crítica no combate às desigualdades sociais dentro da mesma região e atua como forma de denúncia, chamando atenção para a necessidade de um maior investimento na melhoria da qualidade de vida das populações sertanejas do Nordeste, numa característica que era presente dentro da quase totalidade dos romances regionalistas a partir de 1930.

Nos enredos de algumas obras que tratam o sertanejo no início do século XX, a superação de uma condição de dificuldade daria caminho a modernização do espaço sertanejo. A tecnologia seria uma forma de atenuar boa parte das dificuldades que a zona rural apresentava, e de inserir no âmbito do desenvolvimento os habitantes do campo. Caberia a figura do sertanejo, diante das mudanças impostas pela modernidade, também se adaptar e buscar tornar-se outro, capaz de se viver num mundo modificado. João Guimarães Rosa, escreve o enredo do livro *Grande Sertão:*

²⁷ Resumo sobre a Guerra de Canudos disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/canudos.htm>. Acesso em 21 de janeiro de 2021, às 15h27.

Veredas (1986), a partir da ótica de seu personagem principal que busca construir sua própria história num momento de mudanças e readaptações. Era como se o surgimento de um novo sertanejo fosse necessário, tendo em vista que as funções e atribuições estava se modificando no Brasil da primeira metade do século XX. O sertão do Nordeste é representado, na obra de João Guimarães, como um espaço simbólico, que afeta o psicológico de quem o conhece, que está dentro da personalidade de quem nasce naquele local, onde o sertão seria o próprio jagunço protagonista, como forma personificada de um conjunto de práticas, costumes e ideias que pertencem aquele lugar.

A figura feminina também aparece dentro da ótica literária a partir da realidade vivida no sertão e pode ser trabalhada dentro da perspectiva histórica. Num ambiente de produtores e de produções muito associadas à masculinidade, uma mulher surge como protagonista de um enredo que a leva a sair do sertão e fazer a sua vida dentro de um grande centro urbano. No livro *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector (1998), Macabéa é uma personagem oportuna para trabalhar as desigualdades impostas às mulheres dentro de ambientes competitivos como o trabalho e, principalmente, debater toda série de violências físicas e morais que são impostas à figura feminina, em diversas épocas e locais, constituindo-se num debate histórico e social. As denúncias contra a exclusão e desigualdade reinantes em diversos espaços e contextos da sociedade de nosso país, alvos muito trabalhados dentro dos escritos da literatura brasileira, são colocadas a partir de uma protagonista mulher, o que demonstra uma valorização de feminino, mesmo que seja para demonstrar seu sofrimento, mas no intuito de combater o que está sendo denunciado.

Estas representações da figura sertaneja dentro das páginas literárias são alguns exemplos de contribuições significativas para uma aula de História, constituindo-se numa atividade interdisciplinar que pode levar em conta o universo no qual os escritores de cada obra estavam inseridos, a realidade encarada pelos personagens das obras, numa comparação do real com o fictício, e o estudo das diversas situações expostas nos livros que possibilitam análises sociais, políticas, culturais e econômicas, dos sujeitos históricos dentro de sua própria historicidade.

O ensino de História é detentor de poder. É dele que surgem as referências, é nele que se situam as análises, é a partir dele que se fazem projeções. O fortalecimento de um ensino de História local e regional é elemento de

conscientização e empoderamento para o povo nordestino e pode ser feito num diálogo frequente com a literatura.

Os romances consagrados que contam a história do sertanejo, do retirante, do flagelado estão interligados com nosso cotidiano como moradores de um espaço que, guardadas algumas pequenas distancias, compreende as mesmas características. As narrativas presentes em livros com *A Fome* (1890), de Rodolfo Teófilo, *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, estão presentes na rotina de nossos conterrâneos quando tratam a temática da seca, que nos é extremamente recorrente. É necessário que criemos formas de diálogo entre o aluno e essas obras, que parecem estar esquecidas e até ultrapassadas, mas se referem a situações intensamente contemporâneas e atuais, pois, a seca persiste, a desigualdade persiste e o descaso também. Busquemos um ensino de História que se aproxime de nossa realidade, visando melhor compreendê-la e nos fornecendo instrumentos para melhor organizá-la, propiciando aos nossos alunos um mínimo de empatia com as demandas existentes na nossa região.

A seguir, propõe-se um texto simples, de diálogo de fácil compreensão e voltado para alunos do ensino médio. A proposta do referido texto surge a partir da realidade de muitos alunos moradores da zona rural da imensa região Nordeste do Brasil, buscando aproximar os personagens de muitas realidades enfrentadas por eles. Este entendimento surge a partir do contato que se teve com diversos alunos moradores da zona rural que cursam ensino médio na sede da cidade de Caririçu, no interior do Ceará, e é baseada em experiências práticas que os mesmos têm na sua lida com o sertão, servindo de modelo para diversos episódios narrados no texto.

É acrescentado ao enredo o protagonismo de um jovem aluno do sertão nordestino que se beneficia do conhecimento escolar e do estudo para ser um agente modificador de sua própria realidade. Também é debatida a questão dos preconceitos e de como eles podem ser desconstruídos através de uma ressignificação conceitual feita pelos próprios alunos. Como complemento, é debatida a importância do ensino de História, exemplificando algumas formas de como o conhecimento histórico pode auxiliar na vida dos alunos, por meio da criticidade aguçada e da tomada de consciência histórica.

É importante salientar, que a escrita do texto buscou não fugir das problemáticas existentes no espaço escolhido, como as dificuldades de renda de

várias famílias de agricultores, ou a escassez de água ocasionada pelo pouco investimento público em diversos municípios que compõem a realidade do interior cearense. Entretanto, diante das dificuldades, o foco no estudo e o conhecimento histórico, podem ser elementos que, associados a algumas oportunidades que devem ser fornecidas pelo estado para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, gerem uma mudança no futuro dos estudantes. Embora o personagem do texto tenha recebido uma oportunidade e conseguido melhorar sua vida através da educação, há ciência de que estas oportunidades não aparecem para todos, que são muito escassas para o povo pobre num país de desigualdade de renda brutal, e que é necessário muito investimento do estado e novas políticas de inclusão para a população sertaneja dos interiores do Nordeste.

3.1 – O rapaz que se sentia Sertão

São cinco horas da manhã. O cantar do galo e o badalar do chocalho das vacas no curral se entrelaçam com os primeiros movimentos na casa. O som das pisadas também vai aumentando em intensidade, até que os ruídos chegam ao pé da cama. A confusão daqueles sinais dentro da mente, no que mais se assemelhava a um sonho, se torna realidade com os primeiros toques nas costas em movimentos de vai-e-vem.

– Ei, acorda! Temos que ir. Tu tem que vir mais cedo pra ir pra escola.

Num ato de disposição, seguido por uma rápida e firme oração, se levanta da cama e está pronto para mais um longo dia, o jovem Francisco. Seus dezesseis anos de vida foram sempre permeados pela disposição em acordar cedo para lidar com as diversas tarefas que seu dia-a-dia lhe impunha. Era hora de testar mais uma vez seu tal atributo. Francisco era um rapaz de cabelos claros e pele escurecida pelo contato com a luz do sol ocorrida na lida nas tarefas campesinas. Alto e forte, o jovem era mais um braço útil nos trabalhos agrícolas que davam o sustento de sua família. Ele sabia da necessidade de colaborar. Além do mais, gostava de se sentir útil e das atividades que desenvolvia. Morar no campo, próximo da natureza, lhe inspirava a sempre se manter disposto e ativo nas tarefas do dia-a-dia. Gostava de pescar, caçar, e de sentar no meio do mato para ouvir o vento balançando as árvores ou o simples

canto dos pássaros. Gostava de sentir o sertão, e sabia que ele se expressava melhor no começo do dia.

Na cozinha, a responsável pelos gestos que o acordaram já estava muito mais esperta e preparada para seu cotidiano. Sua mãe já havia preparado o café, fervido o leite, feito as tapiocas que Francisco tanto gosta e temperado tudo com uma dose de motivação, representada pelo sorriso no rosto que ela sempre carregava. Dona Selma era um baluarte de sustentação daquela casa. Estudara o suficiente para aprender a ler e desenvolver uma interpretação razoável, que eram associadas à sua perspicácia e percepção de mundo no tocante a motivar seus três filhos e marido, diante das dificuldades que a vida lhes impunha.

Era momento da lavagem de roupa suja. Francisco seguia na frente carregando um grande volume de vestimentas por uma vereda estreita que levava até o cacimbão. Sua mãe, vinha logo em seguida com o excedente de roupas enroladas numa trouxa que ela trazia na cabeça. Aquela atividade era semanal. Ir até a cacimba significava economizar na conta de energia elétrica, uma das muitas despesas que sugavam a apertada renda da família. Ligar a bomba de água enquanto lavava aquela quantidade toda de roupa iria causar um gasto que poderia ser evitado. Daí a necessidade de se deslocar por quase meio quilometro para a lavagem. Naquele momento, a bomba d'água seriam os braços de Francisco, que ficava responsável por puxar a água manualmente do poço e abastecer a bacia de plástico da qual sua mãe tirava a água para ensaboar e enxaguar peça por peça, num processo demorado. A sombra de uma imensa mangueira era o refúgio de proteção contra o sol valente dos meses finais do ano, tornando a atividade menos desgastante.

Do ponto de lavagem de roupas, a casa onde a família morava podia ser contemplada. O luxo andava longe daquele imóvel, mas o aconchego era único. Um pequeno curral do lado, onde pouco mais de uma dezena de cabeças de gado passavam a noite, dava um toque de fazenda àquele espaço, ainda que a condição de fazendeiro ficasse bem distante de qualquer um dos membros da família. O gado não pertencia a eles, muito menos a casa, nem tampouco o terreno. Um primo do pai de Francisco, com condições um pouco melhores de vida e com um coração generoso, ofereceu morada ao casal há alguns anos, quando Selma e seu marido decidiram deixar a cidade próxima para ficarem mais próximos da roça. Em troca de moradia, a família cuidava daquele espaço como sendo seu. A casa era protegida por

uma cerca. Além dos limites desta, existia uma pastagem de capim dentro de uma imensa baixa, onde as vacas passavam o dia e podiam descansar debaixo de alguns pés de ingazeiras. Entre as puxadas do balde, era essa a paisagem que se podia contemplar.

– Que horas já são? – Indaga Selma ao filho.

– Dez horas! - Responde Francisco, motivado pela certeza de que sua árdua tarefa braçal estava chegando ao fim.

– Dá tempo. Em meia hora eu termino de enxaguar e você vai andando na frente pra se arrumar. – Complementa a matriarca.

Dez e meia era horário sagrado. Estivesse onde estivesse, fazendo o que fizesse, Francisco parava qualquer tarefa e seguia para casa nesse horário. Era o tempo suficiente para tomar banho, se arrumar, conferir o material e almoçar, antes de ir para a estrada aguardar seu transporte escolar. Seu ônibus vinha da vila próxima e se dirigia até a cidade, numa distância de cerca de vinte quilômetros. Uma viagem árdua e cansativa. A animação característica da juventude que, por vezes, era perceptível na ida, dava lugar a um extremo desgaste mental que acompanhava os mais de trinta alunos no retorno para suas casas.

Francisco esperava o ônibus na estrada com mais dois amigos. Nas proximidades da casa dele moravam mais cinco famílias, num local conhecido como sítio Seriema. A região era de baixadas que ficavam no vale do Rio Belo, manancial não perene, mas que mantinha água corrente por cerca de quatro meses no ano. Isso dava a região uma riqueza hídrica no subsolo arenoso, que mantinha a cacimba próxima a casa de Francisco sempre com água. Sobre ela, jazia o discurso de que nunca havia secado. Sua água, pura e límpida, era cobiçada inclusive por famílias da vila mais próxima, que ficava a dois quilômetros de distância. Por ser um líquido considerado como excelente para beber, era comum diversos habitantes da vila virem buscar água na cacimba, utilizando seus meios de transporte.

– Tu fez a leitura do livro que professora pediu pra apresentar? – Pergunta um dos rapazes a Francisco.

– Sim. Tive sorte, pois, peguei um livro que já tinha lido.

– Então você vai ter muita facilidade na apresentação. – Afirma o outro colega.

É sempre mais fácil falar sobre o que está próximo. – Responde, Francisco, em tom confiante e bem humorado.

A conversa é interrompida pelo barulho de motor. Era o ônibus que já vinha descendo a ladeira. Por mais um dia, rumariam para sua escola na cidade.

Os cumprimentos costumeiros eram feitos entre os balanços do veículo. O trajeto era praticamente todo em caminho vicinal e a estrada, que era reformada apenas duas vezes por ano, sempre dava sinais de precariedade. Entre buracos e inúmeras paradas, necessárias para que os demais alunos do trajeto entrassem no ônibus, a distância ia sendo vencida. O próprio Rio Belo era um companheiro em boa parte da viagem, sendo cruzado por quatro vezes durante o caminho. Era ele que, em tempos de enchente, muitas vezes impedia o tráfego dos próprios alunos até a escola, não dando passagem a nenhum veículo e deixando as comunidades rurais ilhadas por várias horas.

A cena da chegada na escola, que era uma das duas de ensino médio na cidade, geralmente era a mesma. Um frenesi de alunos aproveitando os minutos iniciais para tomar água ou ir ao banheiro ziguezagueava no meio dos que se dirigiam às classes. Já dentro de uma das salas de segundo ano, Francisco dava a última folheada no livro que apresentaria. Era um típico ritual de concentração e prazer, já que ele era muito afeito a leituras que lhe ajudassem a entender o seu papel na sociedade, além de compreender o seu lugar de moradia e como melhorá-lo. Seu livro falava de poesia, escrito por um poeta da roça, como o próprio autor se intitulava. Contava as coisas simples do sertão e da lida com as tarefas rotineiras. Em alguns poemas, denunciava certas desigualdades impostas aos mais pobres e necessitados da zona rural. Entre um mote e outro, Francisco se sentia contemplado, pois, conhecia com proximidade os termos que apareciam naquele linguajar peculiar do poeta e já trazia de outras leituras sobre o sertão um vasto arcabouço de conhecimentos. Isso lhe deu mais segurança para sua apresentação na disciplina de literatura, onde conseguiu deixar claro o teor do livro e a visão do autor, pois, Francisco também era um homem do campo, que sentia seu espaço de moradia como uma extensão de si.

Na hora do intervalo, já depois de realizadas as apresentações era hora entre o lanche e a interação com os colegas, surge uma novidade:

– Pessoal, o professor de História não veio hoje! – Afirma uma das colegas e líder da sala, que chegava à mesa naquele instante.

– Quem te disse? – Francisco e os demais colegas questionam quase de forma uníssonos.

- Passei agora mesmo em frente à coordenação e fui avisada.
- Iremos sair mais cedo, então? – Alguém da mesa pergunta.
- Eles avisaram que uma outra professora irá dar esta aula.

Ao retornarem à sala, um misto de ansiedade e curiosidade povoava alguns alunos, já que o conteúdo anterior da disciplina de História havia sido encerrado na semana anterior, e os jovens não faziam ideia do que seria passado pela professora substituta. Entre alguns cochichados de incerteza, adentra a sala uma mulher de estatura média e cabelos cacheados, trazendo para aquela classe um silêncio ensurdecedor. Aos poucos este silêncio daria lugar a gestos de confiança e descontração incentivados pela simpatia que aquela educadora já passava nos seus poucos minutos de apresentação.

– Meu nome é Anair, mas podem me chamar apenas de Ana. Fui convidada para ficar com vocês esta tarde durante estas duas aulas de História, e queria convidar vocês a conhecerem comigo um pouco da História do Sertão Nordestino.

Aquela frase soou como música aos ouvidos de Francisco. Ele se sentiu imensamente contemplado com aquela temática diante da possibilidade de saber ainda mais sobre si e seu espaço de moradia. Nas suas leituras e pesquisas ele sempre dera atenção ao Nordeste e suas representações. Lia sobre seca, retirantes, Guerra de Canudos, sobre a figura sertaneja na formação do Brasil e pesquisava sobre o bioma da caatinga, suas plantas e animais, sobre os prognósticos de chuva para a sua região, além de assistir filmes e novelas sobre coronéis, cangaço, messianismo. Muitos daqueles enredos lhe geravam curiosidade, pois, ele desconhecia várias daquelas práticas demonstradas ali, como se o seu sertão fosse outro. Além do mais, aquele rapaz se sentia Nordeste, ao caçar de baladeira, ao andar no lombo do jumento, ao botar água da cacimba, ao ir pra roça plantar três caroços de feijão ou dois de fava e quatro de milho em cada cova, Francisco sentia um lugar que estava para além de muitas formas de representar o sertão, o que lhe motivava a conhecê-lo cada vez mais.

A aula da professora Ana é iniciada com a colocação de algumas palavras-chave. Discurso, conceito, interesse... com o passar dos minutos, vai sendo demonstrado qual o sertão nordestino que aparece nos grandes veículos que divulgam informação e formam opiniões. Várias matérias de jornais são demonstradas, opiniões e falas de políticos e religiosos também, todas elas, se

referindo a um Nordeste problemático. Os enredos de filmes e novelas apresentados pela professora, bem como de alguns livros já lidos por Francisco e alguns colegas, inclusive até apresentados naquele mesmo dia, também endossavam a introdução da professora, que complementava:

– Vocês puderam ter acesso a documentos que afirmam diversas formas de como o sertão nordestino é representado. Todas essas representações se adequam ao sertão que vocês conhecem?

– Não! – Responderam alguns alunos, até mesmo uns que não moravam na zona rural do município.

– É nesse caminho que precisamos refletir. O sertão nordestino é feito por narrativas, por formas de pensar que tentam determinar o que é este espaço. Porém, todas elas são motivadas por interesses e boa parte destes têm sido excludentes, privilegiando uma determinada maneira de entender a região.

Para aqueles alunos, o entendimento era fácil. A maioria deles sabia que seu município era grande e diverso. Alguns moravam em locais com abundância de água e nunca haviam visto uma caveira com o crânio de uma vaca morta, que não fosse nas novelas ou filmes. Todos eles sabiam da riqueza natural que havia em sua localidade nos períodos chuvosos, que propiciava animados banhos de rios e cachoeiras e um clima ameno e agradável, que fugia totalmente do sertão seco e árido que aparecia em livros e outras fontes que eles já tinham tido contato. A presença da tecnologia na vida deles e das facilidades para conseguir executar determinados afazeres fugia totalmente àquelas definições de atraso e pouco desenvolvimento que eles assistiram nas fontes expostas pela professora. A percepção de que o sertão é um ambiente diverso ia aparecendo à medida que os alunos foram pedindo a palavra para dar exemplos do seu lugar de moradia ou dos que frequentavam aos finais de semana, além das tarefas que eles encaravam no seu dia-a-dia. O debate em cima de um espaço construído como discurso ficava distante do seu entendimento como conceito, e coube a professora Ana sintetizar:

– É importante que vocês tentem perceber qual o significado que está sendo dado ao nosso espaço de moradia. É este significado que vai defini-lo como conceito e o nosso discurso é essencial para que este conceito de sertão não seja associado a uma generalização sobre os problemas que parte de nosso povo enfrenta.

Aquela aula ficaria marcada na mente de Francisco. O entendimento de que o sertão nordestino é um espaço que ganhou significado de acordo com o que foi feito, vivido e escrito dentro do passado permeou sua mente durante todo o caminho de volta, que pareceu até ser mais curto. Na mente dele, era nítida a compreensão de que, se foram os sujeitos do passado que criaram o sentido de todas as coisas, ele e todos os membros de sua geração poderiam ser responsáveis por criar ou modificar os significados dos conceitos do futuro. Mais do que um simples jovem sertanejo, ele sabia que poderia mudar sua realidade a partir de suas próprias atitudes.

Os meses finais do ano seguiam quentes e secos. Embora a realidade da região onde Francisco morava fosse modificada no período chuvoso, não se podia negar que a maior parte do ano era marcada pela ausência das chuvas, o que gerava uma situação de estiagem que exigia adaptações por parte dos que ali moravam. Quanto aos níveis de armazenamento d'água, a boa e velha cacimba ainda se mantinha firme e com bom volume. Entretanto, com o início do novo ano, a demora das primeiras chuvas somada às previsões pouco empolgantes em relação à intensidade das precipitações vindouras começou a preocupar o pai de Francisco. Zé Ambrósio era um homem com aparência física bem conservada, que denunciava a todos que o viam um reflexo de quem tinha muita energia e disposição para o trabalho na roça, o que de fato era verdade. Muito tranquilo e sereno, ele raramente deixava transparecer suas preocupações. Todavia, a preocupação com a pouca chuva o deixava temeroso com relação ao sustento da sua família. Uma boa safra era essencial para manter em boas condições a esposa e os três filhos. Esse assunto chegou aos ouvidos de Francisco em diálogo com sua mãe, em mais um dia de lavar as roupas na cacimba:

– Tem que arrumar uma corda maior, mãe. A cacimba ainda tem muita água, mas é preciso ir mais fundo com o balde.

– Na despensa tem um pedaço que teu pai trouxe ontem da cidade. Tu pode emendar nessa daí. Amanhã ele vai de novo e peço pra ele comprar outra.

– Ele vai amanhã de novo? Pai nem gosta de ir tanto assim pra cidade.

– Tá atrás de um serviço lá. A chuva tá pouca, meu filho. Não tá tendo mais como esperar.

A sensação de Francisco foi de inutilidade. Ele queria ser mais útil, e contribuir com a renda da família para que seu pai não saísse de casa. Vários conhecidos do

rapaz já trabalhavam, e outros até pararam de estudar pela necessidade de conseguir uma renda para se manter ou ajudar suas famílias. Parar de estudar não estava nos planos do garoto, pois, ele sabia das enormes possibilidades que o conhecimento poderia trazer para sua vida futura, embora soubesse da extrema exigência que seria conciliar os estudos com um possível emprego. Ele permaneceu pensativo até o dia seguinte, quando, na hora em que almoçava com sua mãe e irmãos, foram atiçados com a chegada de seu pai, prenunciado pelo som da camionete de linha que fazia o transporte entre a vila e a cidade.

– Queridos, trouxe boas notícias. Viajo amanhã! – afirmou Zé Ambrósio, com o semblante repleto de entusiasmo.

– Como assim? O que isso tem de notícia boa? Vai nos deixar? – retrucou Selma numa sequência de perguntas desesperadas.

– Calma, mulher. É só por três dias. Sabe o primo Fabiano, que trabalha na secretaria de agricultura?

– Sei, homem muito bom.

– Conversamos por quase uma hora. Eu contei a ele toda nossa situação. Ele conseguiu me encaixar numa viagem que vai ensinar a mexer com horta de legumes. Vou comer e arrumar as coisas que subo pra cidade amanhã, as dez horas.

De fato, aquela oportunidade parecia perfeita para ajudar na renda da família, independentemente da existência de boas chuvas ou não. Fabiano, agrônomo e filho de um primo de Zé Ambrósio, fora nascido e criado na vila próxima e conhecia o potencial da cacimba do sítio Seriema, e a disposição da família de seu primo. Num período seco, poucos lugares no município teriam um potencial tão grande de prosperar com uma horta comunitária, o que gerou pouca procura pela viagem de capacitação e acabou deixando uma vaga ociosa, aquela que foi oferecida a Zé Ambrósio. A capacitação seria em São Paulo, num intercâmbio entre várias cidades e com despesas pagas pela Secretaria de Agricultura do município durante os três dias da vivência.

Francisco também viu com bons olhos a oportunidade. Ele mesmo, muitas vezes, comprava verduras na cidade a pedido de alguém da vila ou de sua própria mãe, já que na sua região não havia ninguém que vendesse. Se tudo viesse a dar certo, eles poderiam melhorar consideravelmente sua condição de vida, sendo agricultores que viveriam de um excedente que poderia ser comercializado, não

visando apenas sua subsistência. Além do mais, o próprio aprendizado que seu pai teria, poderia ser compartilhado com outras pessoas, no intuito de ajudar toda a comunidade.

O restante do dia foi bem melhor, repleto de empolgação e entusiasmo. A noite foi muito bem dormida e só findou para Francisco quando sua mãe o acordou, como fazia quase que diariamente. Entretanto, o tom da voz soou diferente:

– Francisco, levanta e vem no meu quarto. Depressa!

Ainda atordoado pela excelente noite de sono, o rapaz chega a ter dificuldade de se locomover pela casa sem colidir contra as paredes, e mais dificuldade ainda para entender o que acontecia naquele momento. Aos poucos, sua visão ia desembaraçando enquanto ele adentrava o quarto de seus pais e via Zé Ambrósio deitado na cama, num tom bem debilitado.

– Filho, você já teve vontade de conhecer São Paulo?

– Já! Mas por que essa pergunta? O que houve, pai?

– Seu pai tá com a coluna travada. Não consegue mexer a perna direita. Até febre já teve. – Disse Selma, em tom de preocupação.

Francisco sabia que seu pai tinha problema com o nervo ciático. Tal problema já havia tirado seu pai do roçado por algumas outras vezes. O que o rapaz não esperava era que a dor fosse se manifestar logo naquele momento, após uma noite tão animada.

– Fabiano ficou de me esperar em frente ao prédio da secretaria, pra de lá irmos pro aeroporto. Quando chegar lá, você fale pra ele do meu problema e diga que autorizo você a viajar com ele. – Ordenou Zé Ambrósio.

– O que? Mas, pai, eu não me preparei! É uma coisa importante demais. Não sei se sou capaz.

– Não vai ser nada diferente das suas aulas. Se você aprende na sua escola, irá aprender muita coisa lá. E você sabe que o Fabiano é um homem muito organizado. Não irá lhe faltar nada. Se apresse e vá se ajeitar!

De fato, Francisco sempre teve boa relação com Fabiano. Quando seu primo agrônomo vinha para o sítio, os dois sempre conversavam bastante sobre as mudanças e permanências existentes na vila e no próprio sítio Seriema, comparando o ontem e hoje, tentando fazer projeções para o futuro daquelas comunidades. Fabiano admirava a sede de conhecimento que Francisco tinha e já havia lhe

presenteado algumas vezes com livretos e cartilhas que tratavam sobre natureza, meio ambiente e agricultura.

Francisco era um misto de sentimentos. Incerteza, medo, nervosismo, ansiedade, euforia. Nunca havia viajado além das cidades próximas, que jamais se podiam comparar ao fluxo de uma metrópole como São Paulo. A vontade de aprender sobre as hortas comunitárias era um sentimento engolido por outros, que questionavam internamente o garoto sobre sua capacidade, e a probabilidade de ele não aproveitar aquela oportunidade como, talvez, seu pai aproveitaria. O que ele tinha certeza era de que embarcaria para a capital paulista, não importava o que houvesse. Ele fora ensinado a encarar o mundo de frente e, se tivesse medo, ele iria com medo e tudo mais. A única esperança de melhorar a vida de sua família era ele. Sua mãe, por todas as tarefas domésticas das quais era incumbida, não poderia, na lógica da própria Selma, fazer tal viagem por três dias. Os irmãos de Francisco eram mais novos que ele, e a responsabilidade de substituir o pai em outras tarefas menos importantes sempre havia sido do mais velho. Era um ato de amor à família e uma batalha que ele teria que vencer. Com toda certeza, a batalha mais difícil de sua vida, principalmente pelo medo do desconhecido.

Selma buscava passar uma imagem firme e gentil. Escondia bem sua emoção interna, num sentimento típico materno de preocupação em relação aos perigos de uma cidade grande. Todavia, ela conhecia Fabiano e sabia que ele estaria sempre na proteção de seu filho. Era muito mais necessário que ela passasse ao filho toda confiança e energia positiva, no intuito de colaborar com a autoconfiança do garoto, mostrando que ele seria capaz de encarar aquela situação, e que seus pais estavam totalmente confiantes nisso. Preocupada em não esquecer de colocar nada na mochila do filho, acrescentava desde a escova de dentes, até algumas cédulas amassadas de dinheiro que constituíam algumas economias feitas por ela durante o mês, mas que seria uma quantia extremamente útil em alguma precisão de seu filho. Seria hora de Francisco agir por si, longe do acompanhamento dos pais. Era hora de partir. Entre rápidas despedidas e votos de que tudo desse certo, Francisco subiu na garupa da moto de um amigo de seu pai, que havia se comprometido a ir deixá-lo na cidade, e partiu ao encontro de Fabiano. De lá, rumaria até o avião que o levaria ao desconhecido.

Faltava meia hora para o embarque quando o jovem chegou no local de encontro, onde Fabiano já o esperava com o semblante receptivo e carismático de sempre. Uma ligação de Selma, no começo da manhã, já havia servido para comunicar o agrônomo e prepará-lo para a tarefa de tutor de um menor durante os próximos dias. O garoto se sentiu à vontade muito rapidamente. Se dava bem com o primo, que o aguçava a curiosidade sobre muitas coisas que iriam conhecer enquanto rumavam para o único aeroporto da cidade. Ambiente novo para o jovem Francisco. O frio na barriga não passava nem comendo todos os lanches das cantinas próximas. Mal dava pra se concentrar no que Fabiano falava. Era um misto de sensações e a mais impactante delas ainda estava por vir.

O momento da decolagem trouxe um belo enjoo ao jovem sertanejo, que, aos poucos, foi diminuindo e dando lugar a uma sensação de realização pessoal, por algo tão simples, mas que não estava no leque de tarefas que aquele garoto do sertão pretendia realizar tão cedo. De um pequeno sítio, com algumas casinhas no interior do Nordeste, onde toda locomoção era feita a pé ou com ajuda de animais, surgia um representante que rompia com as barreiras antes impostas aos moradores mais humildes da zona rural. Era pelo ar que Francisco ia buscar melhorias para sua família, e essa melhoria viria através do conhecimento, do estudo e da dedicação em ser alguém ativo, que modificaria seu próprio destino. Francisco nunca se sentiu tão dono do mundo quanto naquele momento que via de cima.

Diante de tantas situações novas, o garoto do sertão parecia atordoado em determinados momentos, com o turbilhão de sensações e informações que chegavam à sua jovem mente. A escala na capital, o ato de sobrevoar uma cidade tão grande, a quantidade de pessoas ao desembarcar e se locomover pela cidade, até o luxo da hospedagem numa pousada que, para Francisco, já era muito mais do que a sua humilde casa no campo podia oferecer. Observador e atento a cada detalhe, o jovem procurava acumular o máximo de informações, algumas delas, passadas pela experiência de Fabiano, que já havia estado em São Paulo outras vezes. E um dos maiores aprendizados na vida daquele adolescente ainda estava por vir.

O dia seguinte à viagem não dava espaço para o cansaço. Era o primeiro dia de estudos em como criar e manter uma horta comunitária. O período de três dias seria curto para tantas informações necessárias ao bem executar da tarefa, mas, Francisco já conhecia a lida na terra com o feijão, o milho, o arroz, a fava, a macaxeira,

a melancia, sem mencionar o fato de que o rapaz pegava rápido os ensinamentos na escola e pretendia desempenhar o mesmo naquela experiência. O aprendizado como agricultor seria muito significativo. Entretanto, como ser humano, Francisco adquiria muito mais. Diante de pessoas de várias regiões do país, a predominância de sulistas era marcante na quantidade de participantes do curso. Na separação das equipes de dez pessoas que participariam de cada etapa das vivências, Francisco e Fabiano foram separados, no intuito de gerar maior integração entre saberes oriundos de várias regiões brasileiras. Opiniões e comportamentos diversos teriam que ser compartilhados nos próximos momentos. E na primeira refeição com os companheiros de time, muitas diferenças já ficaram evidentes.

– Então, Francisco, falta você dizer de onde é... – Indagou, o paulista Ângelo.

– Sou do interior do Ceará!

– Ah, então é um paraíba. – Completou o carioca aos risos.

– Não, sou do Ceará mesmo. A Paraíba é um outro estado do Nordeste.

– Eu sei. Mas acredito que sejam todos parecidos. Ou não?

– Na verdade, se considerarmos apenas o meu estado, já temos inúmeras diferenças entre nós.

– Realmente, acho que seja. Em comum lá existe apenas a falta d'água e o mato seco, não é? – Questionou Agenor, que morava no interior carioca.

– A minha região tem água suficiente pra gente viver bastante tempo. Tem chovido menos este ano, mas onde moro tem muito verde, principalmente ao primeiro sinal de chuva.

– Certa vez, um amigo me falou de um livro que leu que falava sobre algumas pessoas que fugiam da seca, e era no seu estado. – Continuou Agenor, seguido por Ângelo, que disse:

– Lembrei da novela das sete! Tinha pessoas que sempre cruzavam com vacas mortas no caminho. O que vocês fazem com tantos animais mortos por lá, Francisco?

A pergunta ficou sem resposta por causa do chamado do instrutor para voltarem para a aula teórica, que estava precedendo a primeira ida à lavoura. Entretanto, o que iria batalhar com o aprendizado sobre verduras, frutas e legumes que Francisco teria, era aquela sensação de inferioridade alicerçada num profundo desconhecimento. O interior de Ceará e o Nordeste pareciam um território que não possibilitava uma vida separada do sofrimento, e isto ficava claro nos discursos de

algumas pessoas que interagiam com Francisco no decorrer das vivências. Além do mais, alguns membros da capacitação tratavam o garoto sertanejo como um desconectado da tecnologia e da realidade na qual viviam, sempre procurando ensiná-lo algo, mesmo quando ele já sabia o que fazer. O jovem do sertão se sentiu um inválido por causa de diversas atitudes de protagonismo que foram assumidas por alguns de seus companheiros de equipe, muitas vezes, sem que estes compartilhassem o conhecimento. E assim, seguiriam os outros dias, mesmo com a troca e o revezamento dos integrantes de cada grupo. O preconceito, velado ou escancarado, marcado pela falta de conhecimento sobre as regiões de seu próprio país, não era perceptível em todos os membros do curso. Mas, alguns indivíduos deixavam a mostra como consideravam aquele nordestino inferior e incapaz.

Em vários outros momentos de diálogo dentro do período do curso, Francisco sempre foi confrontado e questionado sobre sua vida e a dinâmica existente no sertão. Entretanto, uma das lógicas que existia dentro das indagações feitas pelos curiosos companheiros de curso era a de que ser sertanejo representava viver em constante superação. Francisco era realmente acostumado a superar adversidades, mas isso não era exclusividade sua pelo fato de morar no Nordeste e também não era um sinal de inferioridade. Astuto, ele sabia que a vida sempre lhe traria novas oportunidades de mostrar a sua capacidade. Uma dessas chances estava por vir. Os alunos foram comunicados por seus instrutores que o último dia do curso sobre hortas comunitárias seria dedicado à avaliação final dos aprendizes. A aprovação na capacitação dependia de um resultado satisfatório naquela última atividade, o que gerou muita apreensão entre os estudantes na noite que antecedeu a culminância.

A tarefa era pensada no intuito de que os participantes da jornada pudessem utilizar o aprendizado obtido durante as vivências e comprovar um bom aproveitamento durante o curso, lidando com as possíveis problemáticas que a horta comunitária poderia apresentar. Num espaço de terra medindo três metros quadrados, cada um dos participantes deveria elaborar uma mini horta, escolhendo as culturas estudadas. Todas as etapas do processo deveriam ser feitas pelo responsável, desde a preparação do espaço até a demonstração de como funcionaria a irrigação e os processos de colheita futuros, alvos prediletos dos formadores que questionavam constantemente os aprendizes para obter o entendimento de como lidariam com cada imprevisto, aumentando o rigor daquele momento avaliativo. Além do mais, todos os

recursos utilizados naquela experiência de culminância do curso seriam de responsabilidade de cada aluno, para que todos tivessem a noção do investimento que seria necessário em cada realidade onde as hortas seriam desenvolvidas. Todos sabiam que os resultados do plantio não seriam obtidos em tão pouco tempo, mas eles serviriam como exemplo para futuros alunos que viessem a participar do projeto futuramente, onde os mesmos poderiam analisar a qualidade do trabalho e das verduras e legumes produzidos pela turma anterior.

O último dia da capacitação serviu apenas para o preparo desta atividade final e a ansiedade tomava conta de muitos. A teoria poderia estar totalmente articulada em suas mentes, mas a prática era duvidosa, tendo em vista o fato de que a maioria não possuía o traquejo necessário de lidar com a terra e seus segredos. Havia investidores, multiplicadores, indivíduos que entendiam muito das ideias, mas que não imaginavam ter de colocar a mão na massa, ou na terra. Para Francisco, nada era tão familiar. Ele lidava bem com aquela situação. Deitava no solo, utilizava as mãos para quase tudo, sem nojo ou temor, e calculava cada passo utilizando os conhecimentos que havia obtido. Era um alinhamento perfeito entre teoria e prática que faziam aquele garoto se destacar no manuseio dos utensílios, das sementes, e no controle do espaço da plantação. Ele conseguiu dividir o seu lote, que para muitos era insuficiente, em espaços onde conseguiria plantar uma pequena quantidade de cada cultura. Idealizou cercas com restos de arame coletados na rua para proteger os lotes de ataques de animais. Utilizou restos de alimentos e plantas em decomposição como adubo, reduzindo seu gasto com fertilizante, e era bem firme ao responder os questionamentos dos seus formadores, com solução possível e eficaz para tudo. O conhecimento obtido atrelado à sua vivência prática como agricultor, lhe garantiram pontos importantes na avaliação dos seus superiores.

No momento final da avaliação, no qual todos os alunos teriam que socializar seu trabalho com os demais, Francisco conseguiu se destacar ainda mais dentro do grupo de aprendizes. Seu modelo de irrigação usando garrafas de refrigerante cheias d'água foi extremamente elogiado por sua eficácia e relação custo-benefício. Cada garrafa tinha um furo na tampa, por onde a água escorria de forma bem tênue, no sistema de pinga-pinga, o que garantia um bom tempo para que fosse necessário o reabastecimento das mesmas. Sua experiência de vida e o aprendizado com seu pai, também foram úteis naquele momento, já que, atrelado ao furo na ponta da tampa, o

garoto colocou macarrão de enrolar cadeira, que ele conhecia demais, já que viu Zé Ambrósio enrolar cadeiras por diversas vezes a pedido de pessoas da sua comunidade. Francisco lembrou que era um artigo barato e poderia executar a função que ele necessitava. O fio do macarrão, funcionava como um condutor da água pelos diversos pontos do canteiro, e também possuía furos para distribuir o líquido de forma paulatina e manter a terra sempre úmida, nas condições necessárias a manutenção da boa qualidade das futuras plantas, que ainda não haviam germinado.

Após a avaliação satisfatória e a aprovação unânime de Francisco pelos seus superiores, os companheiros de curso do garoto logo começaram a parabenizá-lo e interagir com ele no intuito de adquirir algumas dicas. Alguns até já tentavam testar o modelo do jovem sertanejo para utilizar nas hortas que iriam criar dali em diante. De atrasado a badalado, Francisco havia dado uma bela volta por cima.

- Francisco, Francisco, me ajuda aqui. Comigo não está dando certo. – Gritava Ângelo, ao entrar numa roda de conversa entre Francisco e outros alunos do curso durante um momento de intervalo.

- Como assim? O que houve? – Respondeu o garoto.

- Eu estava testando seu modelo agora para ver a possibilidade de utilizar na minha horta, posteriormente. Peguei essa garrafa, mas ela está derramando água demais entre a tampa e o tubo. Assim, precisarei enchê-la muito frequentemente. Será que fiz algo errado?

Pegando a garrafa e destampando-a, Francisco verificou que faltava algo nela.

- Esta tampa não serve, meu amigo. Não tem aquela borracha circular transparente que fica no interior. É ela que garante que a água na vase em demasia.

- Sério? Mas, uma simples borracha que sempre achei que fosse inútil. – Interferia o carioca Agenor, que acompanhava a conversa.

- Pois é, meus caros. Em determinados momentos, agimos com julgamentos prévios e preconceitos por causa de uma primeira impressão que temos de algo, mas não sabemos a importância daquilo e a utilidade que ela pode ter em contribuir para nossa vida. Às vezes, também fazemos isso com algumas pessoas.

Desconcertados, os amigos que estavam naquele momento de interação foram saindo um por um, diante do sinal que avisava que as apresentações da culminância seriam retomadas. Ângelo olhava para baixo tentando assimilar a lição que a vida o havia dado, e camuflava esse sentimento no ato de encontrar outra tampa de garrafa

no chão. Naquele momento, o sertão nordestino aparecia pra ele como espaço de conhecimento e inteligência.

Já o sentimento de Francisco era de realização. Todo o aprendizado obtido na viagem, no curso e, principalmente, na interação com os demais, iria enriquecer sua vida. Ele havia convivido com pessoas maravilhosas de diversas regiões do país, inclusive de São Paulo e Rio de Janeiro, mas, também havia sentido na pele o que era o preconceito contra o nordestino, contra o sertanejo, que surgia da desinformação e reprodução de discursos pejorativos. Entretanto, Francisco sabia que era um sujeito histórico, responsável por suas ações e capaz de modificar a realidade na qual vivia através dos seus atos. Aquela aula de História da professora Ana, que havia sido ministrada enquanto Francisco ainda estava em sua sala de aula de segundo ano de ensino médio, não havia mais saído de sua mente, e o garoto sabia que poderia e deveria ser divulgador de novos discursos, com novas análises e novas atitudes que fossem de encontro ao maior respeito e tolerância às diversidades regionais. Aquela sua estadia na maior cidade do país deixava claro o fortalecimento das noções de cidadania e criticidade que Francisco adquiriu e que passaria a utilizar como sujeito ativo na sua própria vida.

O reencontro com Fabiano e algumas despedidas marcaram o restante do tempo de Francisco na cidade de São Paulo. A saudade de casa era enorme, mas, não se comparava ao entusiasmo para demonstrar o que havia aprendido.

No dia seguinte, bem cedo, o garoto e seu acompanhante já estavam em solo nordestino, e Zé Ambrósio, ainda com uma certa dificuldade para andar os recebia com um forte abraço em frente ao prédio onde funcionava a Secretaria de Agricultura, onde chegaram de carro, vindos do aeroporto. O cansaço nem deu as caras inicialmente, pois, tudo no corpo de Francisco era disposição e euforia. A chegada em casa e o reencontro com a mãe e os irmãos, foram feitos em meio à contagem das histórias vividas na viagem e o desembrulho de alguns materiais que seriam utilizados na horta, comprados com uma ajuda de custo que Fabiano conseguiu para Francisco junto à Secretaria de Agricultura do município, como brinde e incentivo para o participante da capacitação.

Dali em diante, foi botar o aprendizado em prática. Para plantar a ideia antes das verduras, foi essencial conversar com as pessoas do sítio Seriema que se interessassem em participar do projeto, mostrando os prós e os contras de tal

empreitada. Posteriormente, escolher o local mais adequado e começar a construir toda a estrutura necessária para que a horta funcionasse conforme o esperado, principalmente na parte do plantio e do sistema de irrigação, já que água era um artigo abundante na cacimba do sítio.

Aos poucos, tudo começou a funcionar. Embora o começo não tenha sido fácil, por conta da adaptação em torno do novo processo, a horta começou a dar excelentes resultados com o passar do tempo, além do mais, com a chegada das chuvas que voltaram a banhar a região e contribuíram para que o nível da água da cacimba aumentasse consideravelmente. A disposição e coragem daquelas pessoas que conheciam bem a labuta com a terra, ia se juntando a motivação das constantes visitas de Fabiano, mostrando o interesse do poder público em ver o projeto prosperar. Francisco tinha toda a confiança de seu primo agrônomo, pois, Fabiano tinha em mente a desenvoltura do garoto durante a estadia em São Paulo, e sabia que, se Francisco foi capaz de resolver problemas e questionamentos impostos pelos seus instrutores em solo paulista, teria traquejo suficiente para orientar aquela tarefa, sob a tutela de Zé Ambrósio.

Com o tempo, o sucesso da horta foi aumentando, sendo que a vila próxima e várias outras comunidades da região compravam verduras e legumes no sítio Seriema. No fim do ano, os agricultores da comunidade já haviam conseguido até transporte para vender seus produtos no caminho até a cidade. O sucesso do conhecimento atrelado à atitude fora inegável, para os moradores do sítio e para Francisco, que permaneceu firme nos estudos no intuito de prestar vestibular e se dedicar a uma faculdade. Quem sabe, cursar História, já que o conhecimento histórico lhe forneceu meios para modificar sua própria realidade, no intuito de combater desigualdades e modificar sua própria vida e de algumas pessoas próximas. Ele queria continuar ajudando na reconstrução e na ressignificação de certos termos, para promover um mundo mais inclusivo. A decisão seria dele, e o garoto do sertão nordestino sabia que sua contribuição já seria suficiente para promover uma sociedade mais justa e solidária, que não repetisse práticas como aquelas que ele havia sofrido na pele. Com sua simplicidade e seu estudo e mesmo diante de sua ainda curta história de vida, ele queria que mais pessoas soubessem que, muitas vezes, a sociedade é injusta, desigual e exploradora, mas, que a resistência é

necessária, a partir do conhecimento de quem somos e de onde viemos, para idealizar o mundo melhor para o qual queremos ir. Somos responsáveis pelo nosso futuro!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os momentos desta pesquisa as ideias sempre partiram em torno de um ideal de valorização do sertão como espaço merecedor de atenção, por possuir diversas vivências humanas interessantes a um trabalho em sala de aula. Na roça, nas atividades campesinas, nas pequenas cidades, nas comunidades interligadas por estradas de terra e espaços similares, habitam sujeitos que também merecem o protagonismo dentro de uma história nacional.

O que busquei aqui, foi trazer o espaço do campo, da zona rural, que comumente se define como espaço sertanejo, e colocá-lo dentro de um debate voltado para o ensino de História. Seria como contar uma história dentre tantas que conheço, tanto pelas narrativas que ouvi, como pelo fato de viver e presenciar, já que sempre estou em meio aos locais que foram alvo de debate nas páginas desta pesquisa. O sentimento se compara ao do poeta Patativa do Assaré, quando quer dizer “alguma das coisas do meu sertão”²⁸. Minha proximidade com uma área que se enquadra perfeitamente nas definições generalizadas sobre sertão e zona rural me motivou a priorizar esta temática e mostrar que o campo também acompanha a tecnologia, embora guarde algumas de suas raízes temporais ainda muito atreladas a costumes do passado, merecendo, portanto, lugar de debate nas escolas devido aos seus aspectos históricos.

Ao fim de todo esse aprendizado e diante dos debates feitos em tornos de diversas definições acerca do que significam determinados termos, posso, neste momento final, colocar as minhas impressões sobre como defino este espaço, que não difere muito de algumas colocadas no texto. Sertão, para mim, é uma mescla de sua paisagem e seu clima, predominantemente campestre, associado às atividades humanas que ali são praticadas. É simbólico, está nos sentidos e nas sensações, e muitas vezes, chega a superar o estágio físico para se fixar no estágio mental. Se um indivíduo sertanejo estiver fora do Nordeste, ele vai analisar o clima e olhar pro céu para ver se vai chover ou fazer sol, com mais intimidade do que a maioria dos moradores citadinos. As imposições do trabalho e do capitalismo, que sugam o tempo de quem queria dar um simples olhar pro alto para contemplar a natureza, acabam

²⁸ PATATIVA DO ASSARÉ (Antônio Gonçalves da Silva). *É coisa do meu sertão*, In: *Cante lá que eu canto cá. Filosofia de trovador nordestino*. 2^o ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1978, p. 70.

reduzindo o conhecimento dos fenômenos naturais de quem vive na zona rural ou em cidades pequenas. Isso também se mostra no trato com a flora e fauna, na criança que conhece a urtiga e não tem medo de cobra, que leva um estilo de vida próximo da natureza em contrariedade à maioria das crianças da zona urbana, que pouco conhecem, mas, admiram a baladeira, a vara de pescar, o jogo de bila e de pião que se dá até tarde da noite nos sítios com menos risco do que nas cidades.

O sertão é, para mim, um espaço ruralizado, que não traduz inferioridade ou inaptidão, mas exige adaptações e superações assim como a zona urbana. Hoje, o espaço sertanejo da maioria das cidades cearenses está muito mais tecnológico e informatizado, mas não perde a maioria de seus aspectos tradicionais, como a utilização da agricultura de subsistência, o apego à religiosidade popular, com as renovações e festas de padroeiros, e a tranquilidade de um ambiente que é buscado para descanso. Eu moro num espaço assim, e convivo com inúmeros alunos que vivem em condição similar, mostrando que o sertão é um espaço atual e deve ser debatido com eles e os demais, pois, é um local-referência do nosso tempo.

Contudo, gosto da utilização dos termos sertões, no plural, já que meu espaço de moradia não tem a posse exclusiva destas características que considero cruciais nas minhas definições, nem estas definições são incontestes. Sei que existem espaços de zona rural mais e menos desenvolvidos tecnologicamente em relação ao que eu cresci, e que as práticas narrativas em torno dos conceitos são extremamente determinantes para taxar um espaço como tal. Considerando esta variedade, busquei trabalhar o meu local no intuito de gerar um debate para questões gerais, que permitem trabalhos similares em outros destes sertões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. ***Falas de astúcia e angústia. A seca no imaginário nordestino: de problema a solução, 1877-1922.*** Campinas, UNICAMP 1987. Dissertação de mestrado.
- _____. ***A invenção do Nordeste e outras artes; prefácio de Margareth Rago.*** 5º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. ***Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional.*** Recife: Bagaço, 2008, p. 243.
- _____. ***Preconceito contra a origem geográfica de lugar.*** São Paulo: Cortez, 2007.
- ALENCAR, José de. ***O Sertanejo.*** SÃO Paulo: Ática, 1975.
- ALMEIDA, José Américo de. ***A bagaceira.*** 37º Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- AMADO, Janaína. ***Região, Sertão, Nação.*** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.
- ASSARÉ, Patativa do. ***Cante lá que eu canto cá.*** 15º Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. ***Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX.*** – Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.
- BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. ***Ensinar e aprender História.*** Belo Horizonte: RHJ, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. ***Ensino de História: fundamentos e métodos.*** 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOSCHI, Caio César. ***Por que estudar História?*** São Paulo: Ática, 2007.
- BOSI, Alfredo. ***História Concisa da Literatura Brasileira.*** 3º Ed. São Paulo, Ed. Cultrix, s.d.
- CERRI, Luís Fernando. ***Ensino de História e Consciência Histórica.*** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CUNHA, Euclides da. ***Os Sertões.*** 23º Ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1954.

- DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**; tradução de Alda Porto – Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FERRO, Marc. **A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação**. São Paulo: IBRASA. 1983.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 17.
- GADAMER, Hans George. **Problemas Epistemológicos das Ciências Humanas**. In: FRUCHON, Pierre (Org.) *O Problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. Antares, Caxias do Sul. N° 3 – jan-jun 2010.
- HARTOG, François. **Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History** - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog__Regime_de_Historicidade_%281%29.pdf. Acesso em 21/01/2020 às 15h24.
- KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6° Ed., 1° Reimpressão. – São Paulo, Contexto, 2010.
- LISPECTOR, Clarice. **A Hora da Estrela**. 1° ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- MARTINS, Marcos Lobato. **História Regional**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. – 1. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Sertão, um outro geográfico**. Terra Brasilis [Online] 4 – 5 | 2003, posto online no dia 05 de Novembro de 2012, consultado no dia 30 de setembro de 2016. <http://terrabrasilis.revues.org/341>.
- NEVES, Frederico de Castro. **O Nordeste e a historiografia brasileira**. Ponta de lança: Revista Eletrônica de História, Memória e Cultura. V. 6, n. 10. 2012. Acesso em 15 de janeiro de 2020.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. 1° Ed., 2° Reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.
- QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 98 Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: O Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2012.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro, Record, 2007.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 36. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- RUIZ, Rafael. **Novas formas de abordar o ensino de História**. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6º Ed. 1º Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender História perspectivas da Educação Histórica**. Ijuí, UNIJUÍ, 2009.
- SILVA, Marcos. GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no Século XXI: Em busca do tempo entendido**. 4. Ed. Campinas – SP: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome: cenas da seca no Ceará**. Organização e notas de Waldemar Rodrigues Pereira Filho; posfácio de Lira Neto. – São Paulo: Tordesilhas, 2011.
- TORRES, Antônio. **Essa Terra**. 12º edição. São Paulo: Ática, 1997.
- VILLA, Marco Antônio. **Vida e Morte no Sertão**. 1º edição. 1º reimpressão. - São Paulo: Ática, 2000
- WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, 1991.